

CHAI-NA

Otília Arantes

拆

CHAI-NA



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor João Grandino Rodas
Vice-reitor Hélio Nogueira da Cruz



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Plínio Martins Filho

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente Rubens Ricupero
Vice-presidente Carlos Alberto Barbosa Dantas
Antonio Penteadó Mendonça
Chester Luiz Galvão Cesar
Ivan Gilberto Sandoval Falleiros
Mary Macedo de Camargo Neves Lafer
Sedi Hirano

Diretora Editorial Cristiane Silvestrin
Editora-assistente Carla Fernanda Fontana

CHAI-NA

OTÍLIA ARANTES

Ficha catalográfica elaborada pelo Departamento Técnico do
Sistema Integrado de Bibliotecas da USP

Arantes, Otilia Beatriz Fiori.
Chai-na / Otilia Arantes. – São Paulo: Editora da
Universidade de São Paulo, 2011.
192 p.: il; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-314-1288-2

1. Arquitetura – China. 2. Planejamento territorial
urbano – China. I. Título.

CDD 720.951

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Av. Corifeu de Azevedo Marques, 1975, térreo
05581-001 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: Tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
SAC (11) 3091-2911 – Fax (11) 3091-4151
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2011

Foi feito o depósito legal

Nota explicativa	9
Ruínas do futuro	13
Pequim 2008 · Xangai 2010 Um estudo sobre a era das formas urbanas extremas	57
Bibliografia	183

Agradeço as muitas sugestões de Paulo Eduardo Arantes,
sem as quais não teria podido realizar este pequeno livro.

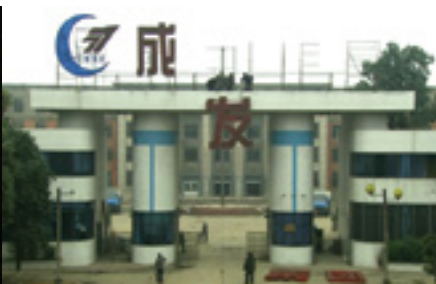
拆

Chaina, na pronúncia em inglês do nome desse país que parece ameaçar finalmente a liderança secular dos Estados Unidos, ao se reconstruir numa velocidade sem precedentes. Mas também *Chai-na*, em mandarim, que é “demolir aí”. Uma composição irônica adotada pelos opositores à atual política chinesa de terra arrasada, com os ideogramas que correspondem ao carimbo governamental – “demolir” – nos edifícios a serem evacuados e destruídos, sem qualquer tipo de apelação, acrescido da partícula designativa – “aí” – a apontar o próximo entulho. Grafiteiros de todo o país começaram a reproduzir o temido veredicto por toda parte, dos equipamentos públicos às próprias ruínas que se vão espalhando pelas cidades – como no caso do artista plástico Zhang Dali. A indistinção entre o ultimato do governo e a paródia do grafite, ao mesmo tempo em que traduz a ameaça generalizada, não deixa de expressar o clima de insegurança de um país que parece fazer tábula rasa do passado: antigas construções de enorme valor histórico-cultural, ou mesmo fábricas desativadas, do período da industrialização maoísta, moradias, casas de comércio, teatros, universidades, sem contar cidades inteiras, como ocorreu com a construção da barragem das Três Gargantas – retratada de forma implacável no filme de Jia Zhang-ke, *Still Life*. Aliás, no texto que se vai ler, também outro filme não menos emblemático, *A Oeste dos Trilhos*, de Wang Bing, retrata a derrocada do distrito industrial de Tiexi, na província de Shenyang, revelando como o decantado gradualismo chinês, em sua reconversão à economia de mercado, na verdade deixou

atrás de si montanhas de ferro velho, tanto fábricas arruinadas, como trabalhadores-traste.

A máxima de Mao Tse Tung – “sem destruir não se constrói, com a palavra destruir em mente já se está construindo” – que servira de álibi para a desurbanização do país ressuscitou, agora com sinal trocado: para a reconquista das antigas cidades e criação de novas, em princípio para abrigar uma população que não cessa de imigrar do campo, numa espécie de avalanche de proporções cíclicas, com a mesma violência das conquistas, desde sempre predatórias, de territórios alheios. Que megaventos como Olimpíadas, Feiras Internacionais etc. sirvam de pretexto não chega a ser uma novidade, não fosse a escala e a rapidez com que uma tal criação-destrutiva se processa, tanto quanto a fúria, por assim dizer, compulsiva, que vai multiplicando barragens, pontes, estradas, enfim, infraestruturas de todo tipo, superdimensionadas, com especial atenção para os grandes terminais aeroportuários, sem falar nas milhares de torres, a competir entre si na sua subida aos céus, ou os novos equipamentos esportivos e culturais numa exibição inaudita de ousadia e extravagância. Marketing, sem dúvida, mas também projeções megalômanas para um futuro que se quer nada menos do que infinito.

Tudo isso em vista, partindo de antigas experiências de mundos sonhados que foram desmoronando ao longo de mais de um século de ruínas do futuro, associado a um levantamento bibliográfico exaustivo e iconográfico, arrisquei-me a escrever este ensaio de interpretação da Nova China, em que todo o seu patrimônio cultural, em especial



arquitetônico, vai sendo substituído por castelos de areia, numa corrida acelerada que parece levar a lugar nenhum. É como se ela se desse numa esteira mecânica, onde, quanto mais se acelera, mais as energias futuras se esvaem num aqui e agora sem fim, como na sequência de outro filme de Jia Zhang-ke, *The World* – um longo *traveling* que acompanha a corrida em declive de uma figura feminina, estafando-se numa “*long march to nowhere*”.

Novembro de 2009

Fotogramas do filme de Jia Zhang-ke, *24 City*:
uma antiga indústria de armamentos, em
Chengdu, dará lugar ao empreendimento
imobiliário “24 City”



"Tempos estranhos começam."
Mike Davis, *Cidades Mortas*, 2002

RUÍNAS DO FUTURO

“Imagens da cidade”. A propósito desta menção ainda inocente do termo imagem, além do mais aplicado ao ambiente urbano, talvez seja oportuno recordar desde já, prevenindo os mal-entendidos de costume, a noção benjaminiana de “imagem dialética”. Está claro que não vem ao caso reconstituir pela enésima vez toda a discussão em torno deste conceito. Como se há de lembrar, Adorno, só para citar a objeção mais autorizada, via naquelas imagens ditas dialéticas apenas montagens e nada mais. Restrinjo-me a citar o próprio Benjamin, para quem, extraídas de seu contexto original, essas imagens, ou fragmentos, seriam capazes, por isto mesmo, enquanto “imagens que saltam” do passado, ou da realidade –como nas composições alegóricas de Baudelaire–, de desfazer as ilusões e fetiches, como o mundo das mercadorias, por exemplo, que se deixa adivinhar nas Passagens de Paris. Em resumo, olhando para a história, as imagens não seriam nada mais nada menos do que “a dialética na imobilidade”. [N 2ª, 3]. E o que ele tem em mente, ao se referir a tais imagens dialéticas, não são os grandes contrastes, mas, como esclarece, comentando uma adaptação do Fausto, “os contrastes dialéticos, que frequentemente se confundem com nuances; a partir deles, no entanto, recria-se a vida de novo”. [N 1ª, 4] E é esta força mobilizadora que Benjamin parece querer retirar das tantas imagens que vai colecionando, em especial aquelas que surgem do passado como alegorias do presente: “porém os farrapos, os resíduos, não quero inventariá-los (...) mas utilizá-los”, diz ele [N 1ª, 8].

Em maio de 1987, Susan Buck-Morss, então professora de Filosofia Política e História Visual, na Universidade de Cornell, depois de entregar ao editor os originais de um livro de quinhentas páginas sobre o Projeto das Passagens de Walter Benjamin¹, embarcou para Moscou na condição de turista ocasional, imbuída da ideia de que uma visita à capital do socialismo no século XX, sessenta anos depois de Benjamin ter passado dois agoniados meses por lá, poderia quem sabe transcorrer como um epílogo puramente visual – algo como uma derradeira verificação, conduzida, no entanto, ao sabor das situações que se apresentassem. Uma “visão” instruída pela pesquisa recém-concluída. Nesta ficamos sabendo que Benjamin explicara a Martin Buber, de quem recebera encomenda de um artigo sobre Moscou, que sua intenção era apresentar a cidade de tal modo que a dimensão factual das aparências concretas da vida em Moscou já fosse ela mesma teoria, de acordo com uma recomendação célebre de Goethe². Sem digressão teórica, contava extrair de certas imagens da cidade sua “posição interna”, no sentido político do termo, inclusive. Imagens ambivalentes, sem dúvida.

Fiel à sua questão de método, Benjamin vagueava de preferência pelas feiras de vendedores ambulantes que espalhavam, pelas ruas cobertas

1. Susan Buck-Morss, *The Dialectics of Seeing: Walter Benjamin and the Arcades Project*. Cambridge: MIT Press, 1993. Tradução brasileira de Ana Luiza Andrade, *Dialética do Olhar: Walter Benjamin e o Projeto das Passagens*, Belo Horizonte, Chapecó, ed. UFMG e Argos, 2002.
2. *Idem*, p. 28; trad. cit., p. 53.

de neve, um colorido mostruário de objetos enfeitados: “graxa de sapato, tinteiros e penas, toalhas, trenós de bonecos, balanços de crianças, roupa feminina, pássaros empalhados, cabides...”. Naquele momento crítico para o êxito da revolução, estava à cata de indicadores muito mais decisivos do que quotas de produção – apesar de que, sem esta última girando a pleno vapor, seria inatingível o objetivo de uma sociedade para além da escassez. Uma vez atravessado este limiar, passava a contar a verdadeira finalidade da revolução: social, evidentemente, e não apenas econômica. Satisfeitas as necessidades materiais, a balança da revolução deveria pender para as de ordem comunitária e cultural, se não parecesse descabido falar em necessidades estéticas – o que efetivamente era o caso.

Se Buck-Morss tem razão, já àquela altura, Benjamin estava convencido de que o critério último, neste campo crucial, era a “vitalidade da fantasia coletiva”, cujos sinais julgava entrever naqueles mercados de rua extraoficiais. Quer dizer, a visão geradora do Projeto das Passagens, tanto quanto a sua correspondente pedagogia materialista³, fazia algum tempo que cristalizara, ou seja: a ideia bizarra de que as “mercadorias – como os símbolos religiosos de uma era anterior – armazenam, em uma forma coisificada, o potencial de fantasia para a transformação social”. É verdade que, no bazar das ruas de Moscou, esta fantasia transfiguradora se exprimia, naqueles idos de 1920, numa forma pré-industrial, assim como as praças da cidade ainda não tinham sido profanadas e destruídas pelo *kitsch* urbano europeu. A prova dos nove viria no momento de realizar a equiparação do nível de consumo com o da Europa Ocidental.

Quando a autora desembarcou na Rússia da Perestroika, a última etapa desta prova estava em andamento. Testemunhou-a durante cinco anos de estadias consecutivas, ao longo das quais assistiu à Queda do

3. Ou seja, uma evocação histórica a contrapelo, não como mera *memorabilia*, mas de modo a permitir que a classe revolucionária pudesse desentranhar dos resíduos culturais, aí acumulados, lições para a sua prática política. (Cf. p.14 e também o capítulo IX do livro citado de Buck-Morss, “Uma Pedagogia Materialista”.)

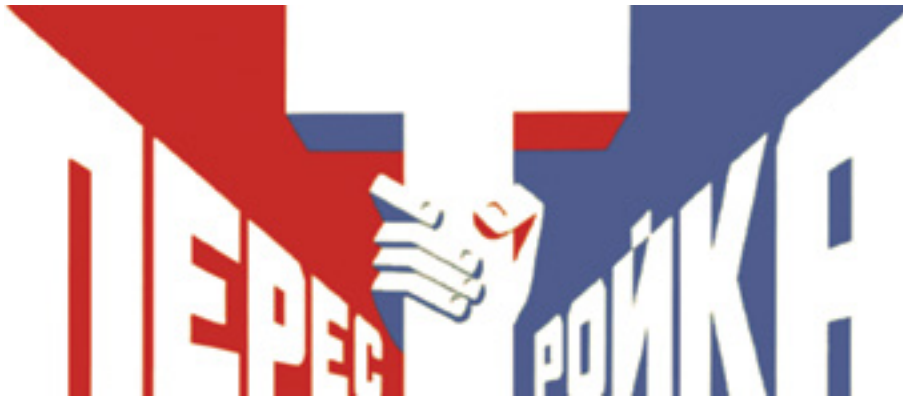


Feira na rua Sukharevskaia
Feira em Smolensk

Muro, à extinção da União Soviética e aos primeiros efeitos colaterais devastadores do tratamento econômico de choque subsequente. Mas a experiência do colapso da modernização soviética foi também um extraordinário campo de provas para os esquemas de interpretação do livro anterior, devidamente ampliados e liberados do espartilho acadêmico da glosa infinita de uma moda sem tempo, a saber, a ideia de que “a construção de uma utopia de massa foi o sonho do século XX”. Esta frase é a primeira do livro incomum que resultou daquele reencontro propriamente filosófico. Tão filosófico, aliás, quanto o impulso originário de Benjamin, ao levar a sério o entulho da cultura de massa como fonte de verdades de igual teor sobre o curso disruptivo da história⁴.

Não custa lembrar – agora na síntese de Buck-Morss – que, desde o tempo em que Max Weber redescobriu a intuição fundamental do Iluminismo, tornou-se um lugar comum sociológico afirmar que a modernidade vinha a ser um processo colossal de desmitificação e desencantamento do mundo. Na companhia dos surrealistas, entretanto, o argumento de Benjamin ia na exata contramão dessa presumida evidência do nosso tempo: nas condições do capitalismo, a industrialização-urbanização seria, muito pelo contrário, responsável por um surpreendente *reencantamento* do mundo. De sorte que, sob a superfície de uma racionalização sistêmica crescente, “em um nível onírico inconsciente, o novo mundo urbano-industrial foi plenamente reencantado; na cidade moderna, a face fascinante e ameaçadora do mito estava viva e por toda parte”. Assim, tomar a cultura de massa a sério e, através dela, todos os produtores da imaginação “coletiva”, como fotógrafos, artistas gráficos, e sobretudo arquitetos – que, na opinião de Giedion (adotada por Benjamin), levaram, a partir do século XIX, as formas arquitetônicas a desempenhar a função do subconsciente, de modo que, ao fim e ao

4. Sem ignorar, evidentemente, o compromisso da cultura de massa com o fascismo, o que o leva, por isto mesmo, a analisá-la em suas múltiplas formas e eventuais potencialidades críticas.



Erik Bulatov



Rulon Oboev

Manifestação de rua
durante o período da
Perestroika

cabo, toda a arquitetura havia se tornado a morada do sonho coletivo inconsciente que embalava o novo mundo da mercadoria –, consistia, pois, em não considerá-la “meramente como uma fonte de fantasmagoria do mundo social, mas como uma fonte de *energia coletiva* capaz de superá-la” (grifo nosso). Decorre deste projeto, verdadeiramente fora de esquadro, encarar a modernidade como um mundo de sonho, por sua vez associado a uma concepção não menos heterodoxa da revolução como um despertar coletivo deste sono mítico⁵.

Portanto: *Dreamworld and Catastrophe: The Passing of Mass Utopia in East and West*⁶. O título não poderia ser mais benjaminiano, a começar pelo emprego, num contexto inédito, de um dos conceitos estruturais do Projeto das Passagens: “mundo de sonho”; embora a matéria histórica real, enunciada no subtítulo, seja o cotejo entre as duas versões concorrentes, porém interligadas, do mesmo processo sistêmico de modernização total – a leste e oeste. Ou seja, uma inteira concepção de mundo – a crença de que a remodelagem do mundo pela industrialização-urbanização levaria as massas ao paraíso – ruína de ambos os lados, ao contrário do que pensa o senso comum, anestesiado pela achapante vitória do ocidente, esquecendo-se de que a arruinada União Soviética não estava menos ocidentalizada do que o seu inimigo fordista, ao menos desde os tempos de sua própria taylorização. Duas formas de “mundo de sonho”, comparadas no momento mesmo de um falso despertar. Como o sequestrado Príncipe Sigismundo da *Vida é Sonho*, de Calderón, as massas de ambos os lados em confronto “acordaram que sonhavam”⁷,

5. Feita essa aproximação com o surrealismo, cabe aqui, no entanto, uma ressalva do próprio Benjamin, ao marcar a diferença entre suas *Passagens* e o *Paysan de Paris* de Aragon (livro, aliás, que confessa tê-lo fascinado): “enquanto Aragon persiste no domínio do sonho, deve ser encontrada aqui a constelação do despertar [...] a dissolução da ‘mitologia’ no espaço da história. Isso, de fato, só pode acontecer através do despertar de um saber ainda não consciente do ocorrido” [N 1, 9].
6. Cambridge: MIT Press, 2000.
7. Na versão (*hip hop*) daquele clássico barroco espanhol pelo grupo teatral paulista, Cia. Bartolomeu de Depoimentos.

a rigor, para um pesadelo, a catástrofe que, segundo a autora, nos aguardava no outro extremo da utopia de massa do século XX. Assim, “os mais inspiradores projetos de massa – a soberania de massa, a produção de massa e a cultura de massa – deixaram uma história de desastres no momento do seu despertar”. O livro passa em revista uma imensa iconografia do poder, refugos de entretenimento tecnológico de um lado e de outro, formas de trabalho industrial, mitos políticos e estéticas de vanguarda, utilidades domésticas e artefatos nucleares etc. Sempre um mundo de sonho espelhando simetricamente o outro, de modo a desarmar de vez os estereótipos compartilhados de parte a parte acerca do antagonismo intrínseco entre os dois sistemas.

Apenas um parêntese nesta incursão pelo mundo quase pós-soviético: mesmo no ventre do monstro, a “dialética do despertar” ainda relutava em se extinguir. Talvez uma das mais espantosas “moradas do sonho” (Benjamin) da era stalinista seja o metrô de Moscou, ao qual Buck-Morss consagra duas páginas inspiradas, que passo a resumir⁸. Cada estação constituía um ambiente total, combinando desenho arquitetônico, mosaicos, esculturas, convenientemente arranjados em torno de um tema. Tudo, ornamento e luxo, alegadamente arquitetura palaciana para a classe operária, de fato, uma imensa iconografia do poder, nacional inclusive, ou, sobretudo, de qualquer modo, decorações suntuosas de interiores para a fantasia das massas, com acesso garantido por alguns simbólicos copeques. Sempre se disse que o mundo subterrâneo maravilhoso do metrô de Moscou se destinava a mascarar o trágico fracasso em curso acima daquele subsolo, misto de conto de fadas e parque temático *avant la lettre*⁹. É verdade. Mesmo assim, naqueles últimos anos da Perestroika, quando indagados acerca de suas lembranças de infância daquele extraordinário metrô, os residentes de Moscou se

8. *Idem*, pp. 208-209.

9. Não por acaso Svetlana Boym, em *The Future of Nostalgia* (Nova York: Basic Books, 2001), observará que a arquitetura de Moscou no final do século não passa de uma “segunda onda nativa de pós-modernismo”, numa versão capitalista do *revival* comunista (p. 113).

Mural em estação de Moscou



Interiores de estações de metrô em Moscou



recordavam de um lugar mágico, cuja fantasmagoria, variada a cada estação, parecia entranhada em sua rotina diária. Percorrer aquele espaço encantado lhes parecia algo como entrar numa catedral, salvo pela presença da torrente humana que os arrastava distraidamente, ora a favor, ora contra, a caminho da escola. Nossa autora ainda quer acreditar que mundos-de-sonho “socialistas” como este, precisamente por impregnarem tão intensamente a fantasia utópica da infância, terminam por adquirir um poder crítico na memória do adulto.

Assim, passando em revista inúmeras imagens paródicas do mundo soviético que estava afrouxando, naqueles anos de transição indefinida, nelas reconhecia muita derrisão, mas também nostalgia de um mundo “*suposto existir*”. Vale a transcrição do argumento, em linha com a ideia de Benjamin, a respeito da necessidade imperiosa de despertarmos dos mundos de nossos pais: mas o que fazer quando os pais de toda uma geração nunca sonharam? “O descompasso entre a promessa utópica na qual se acreditou na infância e a atualidade distópica que experimentam quando adultos engendra a força para um despertar coletivo. Este é o momento do desenfeitiçamento, do reconhecimento do sonho *como* sonho. Mas, um despertar político exige muito mais. Requer a ressurreição de desejos coletivos aos quais o sonho socialista deu expressão, antes que eles mergulhem de vez no inconsciente como puro esquecimento. Esta a tarefa da interpretação dos sonhos”. Voto piedoso ou não, de qualquer modo, insuflado sob as arcadas de uma real Passagem do século XX.

Ao mesmo tempo constata: o mito democrático de massa, de uma modernidade industrial, tornou-se simplesmente, na expressão de Susan Buck-Morss, “uma ideia enferrujada”, descartada pelas modernizações pós-colapso que igualmente sucatearam as fábricas encarregadas de tornar realidade tal ideia. É verdade que com a diferença, nada desprezível, de que, à terra literalmente arrasada do lado soviético, corresponde do outro, quando muito, um “cenário de ruínas”, diante do qual os pós-modernismos no seu auge encenarão todo tipo de *sublimação estética do*



desastre. Cenário reluzente de *skylines* emoldurando “ruínas” sociais de toda ordem, do trabalho vivo redundante aos bairros degradados, passando pelas cidades fantasmas do desemprego industrial, como a Flint do documentário de Michael Moore¹⁰, sem falar nas carcaças tecnológicas e infraestruturais abandonadas pelo caminho do Desenvolvimento que não houve na periferia. Ou no chamado Segundo Mundo, a começar por esta outra versão do despertar do sonho socialista: o decantado gradualismo chinês, que, em sua reconversão à economia de mercado, deixou atrás de si montanhas de ferro velho, tanto fábricas arruinadas, como trabalhadores-traste, como se pode ver no filme de Wang Bing sobre a derrocada do distrito industrial de Tiexi, na província de Shenyang¹¹.

Ainda, sobre a Rússia, Stephen Graham e Simon Marvin chegam a falar de uma verdadeira “desmodernização” nos anos 90¹². Sobre esta base, o que significaria o propalado *comeback* russo da Era Putin? Que novos mundos-de-sonho abastardados poderiam estar renascendo das cinzas, em pleno século XXI, numa sociedade dita emergente, e investindo sua energia anímica e social em outros ambientes construídos para abrigar outros artefatos da cultura de massa manufaturada? Por exemplo, projetada para um antigo terreno industrial, pelo grupo escocês RMJM, a torre City Palace, de 46 andares, ou a gigante Okhta Tower da Gasprom,

ao lado
Ruas em Moscou nos anos 90

10. Trata-se do filme *Roger e Eu*. Documento contundente também deste mundo em ruínas é o ensaio fotográfico de Camilo José Vergara, *American Ruins*. Nova York: Monacelli Press, 1999.
11. A propósito, numa entrevista, o diretor explicou que, quando viu pela primeira vez um tal cemitério industrial prematuro, sentiu-se atraído antes de tudo por aqueles fosses ainda quentes como quem contempla “os ideais passados de uma pessoa”. Comentando esta visão rigorosamente alegórica do cineasta, Lu Xinyu observou que, ao contrário dos filmes soviéticos dos anos 1930, que celebravam refinarias e siderúrgicas dos planos quinquenais, *West of the Tracks* (na versão em inglês) não é heroico nem elegíaco: “hoje em dia, aquelas usinas se tornaram as ruínas de um ideal, mas a memória deste ideal não está extinta no filme; ela vive na majestade das imagens, pois está enraizada nas peculiaridades desta indústria e naqueles que nelas trabalharam”. Lu Xinyu, “China’s Rustbelt Epic”, *New Left Review*, n. 31, 2005, p. 131.
12. *Splintering Urbanism*. Londres: Routledge, 2001, p. 26.

e outros tantos grandes empreendimentos, comandados pelo *star system* ocidental, Foster à frente, como o maior edifício do mundo, com uma área de 2 milhões e meio de metros quadrados – a Ilha de Cristal – ou a maior torre do mundo com 610 metros, encomendada pelo maior magnata imobiliário sul-africano, Shalva Chiginsky etc.¹³

O livro é anterior e se detém neste limiar. Apenas registra a crescente e irrespirável atmosfera de cinismo de massa, se perguntando se ainda haveria motivo para lamentar o perecimento de mundos-de-sonho, afinal compatíveis com agenciamentos aterradores de poder econômico e político: máquinas de guerra mundiais, máquinas de terror de massa, e formas violentas de exploração do trabalho. Não sem reparar, obviamente, que tais mundos-de-sonho passaram de época, e as referidas máquinas mortíferas de poder continuam, não obstante, operando¹⁴.



City Palace
RMJM
Moscou

Ilha de Cristal
Norman Foster
Moscou

13. Projetos que atualmente, com a grande crise internacional, começam a ter um futuro incerto, como tudo o mais, aliás. Sonhos de grandeza que se desfazem antes mesmo de começar.
14. Cf. o último livro de Susan Buck-Morss, ed. cit., p. 276.

Curiosamente, embora o tema de Susan Buck-Morss seja o despertar soviético para a catástrofe, depois de toda uma época sonhando com a época seguinte – como diria Michelet, secundado por Benjamin –, seu livro não chega até o capítulo benjaminiano das ruínas, embora sobrasse atmosfera naqueles anos finais. Segundo Masha Gessen, depois de Chernobyl, a catástrofe tinha-se tornado uma obsessão nacional russa¹⁵. Talvez por julgar, de acordo aliás com o arco baudelairiano das Passagens, que já as próprias fantasias soviéticas de produção total, que tão fielmente espelhavam o mundo-sonho capitalista, carregavam consigo, junto com o entulho sthakanovista, as ruínas do futuro.

A esse respeito, nunca será demais lembrar que Walter Benjamin¹⁶, embora estivesse conscientemente revivendo técnicas alegóricas no Projeto das Passagens, jamais permitiu que a visão barroca da ruína, propriamente metafísica, centrada na inevitabilidade da decadência e da desintegração, contaminasse sua percepção materialista de que os escombros acumulados pela cultura de massa não são um convite à resignação. Se os desastres históricos que eles representam são um sinal precursor, inscrito na própria fragilidade da ordem social, de uma possível catástrofe, talvez ainda houvesse a possibilidade de se chegar em tempo para acionar, como dizia, o freio de emergência, ou apagar o rastilho de

15. Masha Gessen, *Dead Again: the Russian Intelligentsia after Communism*. Londres: Verso, 1997, p. 24.

16. Como toma sempre o cuidado de fazê-lo nossa autora, por exemplo ver *Dialectics of Seeing...*, *op. cit.*, p. 170; trad. cit., p. 210.

pólvora, já aceso pelas armas químicas na Primeira Guerra¹⁷. Embora já à época vislumbrasse o final trágico daquele sonho cada vez mais tênue: à medida que os anos 1930 se aproximavam do seu fim, junto com a ascensão do nazifascismo e a capitulação comunista, o mercado de sonho de massa se alastrando a ponto de alargar e abastardar sua dimensão coletiva até os confins da classe operária, Benjamin também infletia o rumo de suas esperanças utópicas naquele emaranhado oitocentista de estupidez e sublimidade, premonições, vulgaridade e autoparódia. Afinal aquelas moradas de sonho eram mesmo “campos armados até os dentes com fuzis apontando para o Faubourg Saint-Antoine”, como lembrado por T. J. Clark, ao comentar as “Passagens”. Advertindo ao mesmo tempo que aquelas reservas de maravilhoso eram na verdade patéticos enclaves de sonho num grande deserto de aflições, e Paris, cada vez mais assustadora, vazia, desencantada inclusive – nos termos deliberadamente anacrônicos de nosso autor. Retrospectivamente, a Capital do século XIX lhe parecia cada vez menos envolta pelo sonho e cada vez mais invadida pelo *espetáculo*¹⁸.

Na verdade este “outro lado da dialética”, que Clark pretende decifrar em autores como Mallarmé, Manet, Cézanne ou Seurat, não está ausente daquele cipoal de notas que compõem esse livro paradoxal de Walter Benjamin, afinal não se pode esquecer que o personagem por excelência daquela Cidade-Capital da burguesia oitocentista era para este nada mais nada menos do que Baudelaire. Sua tarefa era não só de decifrar o personagem enigmático que poética e politicamente o poeta montara para si mesmo, porém, mais especificamente, o que teria levado

17. Cf. Walter Benjamin *apud* Buck-Morss, *op. cit.*, p. 125, e *Rua de Mão Única. Obras Escolhidas II*, São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 45-46.

18. E quem o diz é autor de um livro sobre Manet e a invenção da modernidade. Cf. T. J. Clark, “Será que Benjamin Devia Ter Lido Marx?” em *Modernismos*, coletânea de ensaios do autor, organizada por Sônia Salzstein e traduzida por Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2007; e *The Painting of Modern Life: Paris in the Art of Manet and his Followers*. Princeton: University Press, 1999.



ao lado
Passagem Vivienne

Rua da Bastille
antes e depois do Plano Haussman



Comuna:
Barricada na rua Castiglione
Ruínas da rua Royale



Baudelaire a sugerir em prosa e verso, ao encarar justamente a face mais moderna de Paris, que toda aquela fachada luminosa, novinha em folha, o fazia recordar uma *cidade em ruínas*. Ao contrário de seus contemporâneos, enfeitiçados pelo esplendor daquela *rêverie* urbana recém-saída da usina de imagens haussmannianas, sua resposta mesclava a melancolia de quem via tudo – “*palais neufs, échafaudages, blocs*”, como nos versos célebres – transformar-se em alegoria, e a cólera violenta, a ira destrutiva de quem se dispõe a invadir este mundo e arruinar suas edificações reluzentes¹⁹. E conhecemos a solução benjaminiana para o enigma: no cerne da experiência absolutamente nova da modernidade, a descoberta de que a degradação do mundo, que inspirara a antiga alegoria barroca, estava agora enraizada no coração de uma sociedade exclusivamente produtora de mercadorias. “A depreciação do mundo das coisas no âmbito da alegoria fora enfim sobrepujada, no interior mesmo deste mundo dos objetos, pela mercadoria”, como se lê no *Zentral Park*.

Feita a ressalva, retornemos à Rússia: não é nenhuma demasia dizer que, em plena “desmodernização”, a convergência de destroços e mercadoria produziu, por um lado, os grandes negócios da indústria das privatizações e, por outro, um surto de profetas do apocalipse, encabeçados pela última encarnação de Solzhenitsyn como profissional do juízo final²⁰. Derradeira manifestação da afinidade eletiva na degradação entre os respectivos reinos da mercadoria e da alegoria, de certo não como no auge do Alto Capitalismo, da Paris de Baudelaire, mas na terra arrasada pela derrocada extrema de uma utopia de massas, como se viu, isto é, nos termos benjaminianos recapitulados por Susan Buck-Morss.

Comparativamente, repassemos novamente, num breve relance, as ruínas chinesas do futuro, não só na forma tangível com que nos

19. Para uma síntese do capítulo das ruínas, ver Susan Buck-Morss, *Dialectics of Seeing...*, *op. cit.*, cap. 6.

20. Ver, a respeito destes últimos, o livro citado de Masha Gessen. Quanto à fabricação de um capitalismo sem capitalistas na Europa Oriental, é outro capítulo para outro momento.

defrontamos, graças ao filme de Wang Bing²¹. Quem sabe uma predisposição baudelairiana, capaz de voltar a despertar diante de um cenário extraor-dinário de demolições e edificações um análogo sentimento alegórico de uma nova idade urbana, ainda não venha apresentar-se na atual cena chinesa, inspirando um diagnóstico de época muito mais abrangente que o desfecho russo. (Por enquanto, apenas retrospectivo, este último, à espera, quem sabe, de um outro furor haussmanniano, como nos tempos da febre da construção a partir do nada de São Petersburgo.) E, no entanto, tudo parece correr numa velocidade inaudita em direção à catástrofe iminente, como na congênere soviética, mesmo que os tempos fossem outros. Na grande transformação urbana da China, tanto a escala ciclópica quanto a velocidade histórica do processo são tão impressionantes que chegam a assumir dimensões assustadoramente distópicas. Caminho que, como vimos, parece também começar a ser adotado pela Rússia, e, aparentemente, com riscos ainda maiores de um despertar precoce.

Não estou, é claro, sugerindo qualquer desastre próximo, muito menos insinuando o tremendo anacronismo de alguém, flanando pela nova

21. Ou em filmes como os de Jia Zhang-ke, *Still Life* e *24 City*.



Pequim em obras, ou a futura (?) Moscou, a cismar como o poeta, “*tout pour moi devient allégorie*”. Em todo caso, nunca é demais lembrar que, na melancolia do poeta ao atravessar a nova praça do Carroussel (como não lembrar aqui Tianamen?), ressoava ainda uma derrocada digna do desastre troiano – sua “*mémoire fertile*” vibra ainda quando pensa em Andrômaca logo no primeiro verso do poema –, a Revolução vencida de 1848, cujo cortejo de massacres e deportações vai evocando ao longo do poema e seus emblemas: cativos africanos, exilados, vencidos de toda sorte, marujos abandonados em ilhas desertas, enfim, “*quiconque a perdu ce qui ne se retrouve jamais*”²².

Seja como for, em qualquer cenário estaremos perseguindo algo como a sobrevida daqueles mundos-de-sonho, cuja certidão de nascimento Benjamin datou dos devaneios urbanos do século burguês por excelência. E com ele se encerrou, mal os bombardeios aéreos da Segunda Guerra Mundial começaram a reduzir de fato as cidades europeias a ruínas. Na conclusão de Buck-Morss: com a demonstração pela guerra da vulnerabilidade intrínseca da cidade moderna, “desaparece a significação das metrópoles modernas como peças ideológicas centrais do imperialismo nacional, do capital e do consumo. A população metropolitana do planeta nunca foi tão grande. E suas cidades nunca foram tão parecidas, mas já não há uma Cidade Capital do final de século XX, no sentido registrado por Benjamin em sua história da cidade de Paris. De um modo como seu autor nunca pretendeu, *Passagen Werke* recolhe o final de uma era de mundos urbanos de sonho”²³. O protótipo “Paris, capital do século XIX” jamais seria replicado. Mesmo durante o curto século XX de construção da utopia moderna de massa, Nova York e Moscou já não poderiam catalisar do mesmo modo, num único espaço sinóptico, os respectivos sonhos coletivos politicamente investidos –

22. Para esta linha de interpretação do poema *Le Cygne*, ver Doelf Oehler, *Terrenos Vulcânicos*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
23. *Dialectics of Seeing...*, *op. cit.*, p. 330; trad. cit. p. 390.

tanto no mundo dos artefatos industrialmente produzidos, como no ambiente construído.

Capítulo conclusivo? Salvo engano, ainda não. O despertar de tamanho sonho utópico não foi instantâneo, longe disto. Embora ainda mais intensamente dominado pelo espetáculo avassalador da mercadoria, o recém-nascido século XX voltou a embalar novos sonhos despertos de bem-aventurança coletiva – aqueles mesmo aliás com os quais a própria Buck-Morss foi procurar acertar contas, viajando para a União Soviética da Perestroika, meses depois de fechar um diagnóstico tão drástico, encerrando a Era das Metrôpoles Capital-de-Século. Parece ter sido enfaticamente o caso de Nova York. Mal se apagavam as luzes de Paris de Aragon e Breton, degradada pelo *tour* sinistro de Hitler, o sentimento de que a capital do novo século começava em Manhattan já era uma unanimidade, para além dos estereótipos da mera propaganda. Dentre as incontáveis entronizações, a do arquiteto Rem Koolhaas não só é a mais inventiva, como a sua aparente extravagância no fundo apenas revela afinidades involuntárias com a arqueologia benjaminiana, politização radical à parte. Sua versão da capital da primeira metade do século XX se distingue exatamente pelo delírio fantástico do empreendedor urbano entregue aos mais surpreendentes caprichos da forma mercadoria. E o mais intrigante neste notável entrecruzamento é que a “Nova York delirante”, redescoberta pela imaginação surrealista tardia do arquiteto, é rigorosamente contemporânea do diagnóstico feito por Walter Benjamin da Paris do Segundo Império²⁴.

24. Cf. Rem Koolhaas, *Delirious New York*. Nova York: Monacelli Press, 1994. Tradução brasileira *Nova York Delirante*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

Um sonho – de massa, por certo – que, de Manhattan, se eleva aos céus, onde, como se sabe, finalmente se desmanchará. Mas, enquanto isso, fantasias delirantes, paranoicas mesmo, povoam Nova York (não por acaso, Koolhaas recorre ao método *paranoïaque-critique* de Dali e dos surrealistas para interpretar esta irrupção/congestão de torres sem fim). Do alto destas torres era possível avistar os limites da ilha, inspecionar seus domínios, sem trocadilho, de fato fazer *le tour du propriétaire*. Uma autoconsciência de classe, gerada assim a voo de pássaro, na verdade canalizava “jorros de energia coletiva”, se reconhecia e comprazia em “metas megalomaniacas” compartilhadas, como se as ambições do capital recobrissem devaneios comuns. A seu ver, uma arquitetura ambiciosa e popular²⁵! Esta talvez a grande novidade americana: cidades fantásticas que se expandem para o alto, onde aparentemente uma classe operária, cada vez mais organizada e reivindicativa, parecia acreditar poder enfim acordar no paraíso. E, no entanto, nada mais inalcançável, frágil e ameaçador, do que essas montanhas que povoam Manhattan²⁶: eventos singulares, anárquicos, individuais – num equilíbrio permanentemente instável entre cada corporação e a organização coletiva do capital. O que fará de Nova York, como bem observa Koolhaas, a “capital da crise perpétua”²⁷ – tal como o capitalismo, por certo.

25. *Idem*, pp. 42 e 27.

26. Cf. a respeito Manfredo Tafuri, “The Disenchanted Mountain: the Skyscraper and the City”. In: Ciucci (org.), *American City*. Londres: Granada Publishing, 1980, pp. 389-527.

27. Na trad. cit., p. 28.

A novidade do nascente capitalismo organizacional americano foi justamente conferir dimensões rabelaisianas a algo como um padrão colossal de acumulação. Não por acaso, terra natal do arranha-céu, ou melhor, da corrida em altura, inerente à tipologia que se estava inaugurando, no rumo da torre espelhada infinita, já que o céu é o limite, e a acumulação interminável como um fim em si mesmo, a *hybris* por excelência do capitalismo. Tudo se passa, enfim, como se no conceito mesmo de um edifício que pudesse arranhar o céu estivesse incluída a marca a ser ultrapassada: até agora, e por muito tempo, a mais alta do mundo. E neste “mundo”, a evidência de uma competição “mundial” em andamento, mesmo que à época de sua invenção os primeiros espécimes do gênero só existissem nos Estados Unidos da última década do século XIX, mais exatamente, apenas em Chicago e Nova York. “Mundo”, na verdade, que, naquele momento inaugural, referia-se basicamente a um universo social muito específico, composto por firmas rivais e os respectivos egos de seus executivos e acionistas. Aos quais se poderia acrescentar a plateia embasbacada dos cidadãos ordinários, tão siderados pelo caráter regressivo desse torneio medieval, quanto os habitantes de San Gimignano pela emulação das torres das famílias que os esfolavam. Não por acaso, Adorno e Horkheimer abrem o seu capítulo clássico sobre a “indústria cultural” com o exemplo dos edifícios monumentais e luminosos das novas corporações.



Ao mesmo tempo, uma população que se deixava iludir por uma tal demonstração de pujança e inventividade, como se fossem os seus verdadeiros artífices (o que de certo modo eram), em estado contínuo de êxtase diante desta ilha mítica – numa espécie de “experiência coletiva exacerbada” por uma tal fábrica de fantasias²⁸. Afinal Manhattan não deixa de ser uma quase transposição de outro *dreamworld*, este, real: a vizinha Coney Island, com os primeiros centros de entretenimento no mundo em escala de massa. *Steeplechase*: balneário popular, repleto de aparições inusitadas, como um hotel em forma de elefante, parques de diversão com todo tipo de objetos movidos à eletricidade – o *loop-the-loop*, o *shoot-the-chutes*, os tonéis do amor, os cavalos mecânicos, a roda gigante, os arcos triunfais e assim por diante. E, logo ao lado, o modelo inaugural de todos os parques temáticos posteriores mundo afora, o famosíssimo *Luna Park*, uma paisagem lunar, ao mesmo tempo povoada de estruturas em forma de agulha – a primeira cidade de torres, aliás sem função alguma –, extravagantes, dispostas um tanto ao acaso, num “estilo livre”, como queria um de seus empreendedores, Frederic Thompson, predominantemente oriental, com suas espirais e mirantes. Enfim, verdadeira parafernália ilusionista, produzida pela novidade das luzes elétricas: “na vastidão do céu e do mar surge a pintura mágica de uma cidade flamejante” e “com a chegada da noite subitamente ergue-se do oceano uma cidade fantástica, toda de fogo, indo até o céu [...] inconcebivelmente fabulosa, inefavelmente linda é essa faiscante cintilação”²⁹ – o circo, o gira-gira, a aldeia alemã, as regiões agrestes da América do Sul, um jardim suspenso, logo batizado de Jardim da Babilônia, ou ainda, os Portões do Inferno, o Grande assalto ao trem etc. Como bem observado por Koolhaas, “o Luna Park sofre com as leis autodestrutivas que governam o entretenimento: ele consegue apenas roçar a superfície

Luna Park
Coney Island

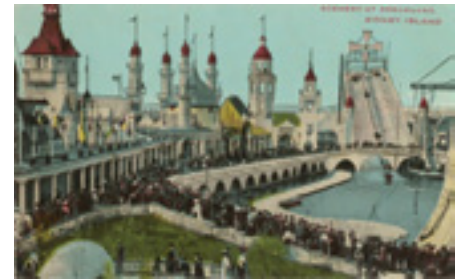


28. *New York Delirious*, *op. cit.*, p. 26. É ainda a Koolhaas que devemos as descrições deste mundos-de-sonho que de certa forma foram as “incubadoras das formas de Manhattan” em Coney Island.
29. Thompson, *apud* Koolhaas, *op. cit.*, pp. 62 e 63.

do mito, insinuar as ansiedades acumuladas no inconsciente coletivo”³⁰. Enquanto isso, Thompson, em seu escritório lunar, sonhava conquistar Manhattan e com tal objetivo dará um primeiro passo, em 1904, ao adquirir um quarteirão na Sexta Avenida.

O último elo dessa sequência genética de Manhattan é concebido pelo ex-senador e incorporador imobiliário William H. Reynolds: “um parque para acabar com todos os parques”, batizado justamente de *Dreamland* – um parque pós-proletário, segundo ele, capaz de atrair todas as classes. Um pavimento único, voltado para o mar, como um grande transatlântico, onde as várias passarelas permitem que 250 mil pessoas possam usufruir do conjunto como um todo. Todas as máquinas de diversões novamente reaparecem em escala monumental. Mini-cidades replicam as cidades míticas europeias. Finalmente, ciceroneados por guias fantasiados de Mefistófeles, os visitantes podem chegar a uma Lilliput, cidade dos anões, onde tudo é teatralmente permitido, numa espécie de “institucionalização do mau comportamento”, segundo Reynolds. Ou assistir à Queda de Pompeia, culminância de uma série de catástrofes simuladas – como a exorcizar a catástrofe que se previne em Manhattan³¹. O Fim do Mundo é encenado na forma de um incêndio contínuo, num faz-de-conta assombroso, porém circunscrito, que em 1911 se torna real, quando um curto-circuito na fiação elétrica ajudado pelo vento marinho se espalha por toda *Dreamland*. A catástrofe só foi anunciada 24 horas mais tarde, pois a imprensa imaginava ser mais um truque de Reynolds. O parque já estava em decadência, dizia ele, talvez por não conseguir conciliar o gosto elitista e a imaginação popular. Afinal, diz Koolhaas, “o potencialmente sublime é barato e irreal”. Para Reynolds o desastre veio a calhar: a beleza arquitetônica estava sendo desperdiçada. Também ele transferirá suas energias para Manhattan...

A passagem destas cidades-de-sonho para a cidade-dos-negócios se dá quase sem ruptura de continuidade. “Para sustentar o álibi dos



Dreamland
Coney Island

30. *Idem*, p. 65.

31. *Idem*, p. 74 (ver todo este capítulo sobre a *Dreamland*, pp. 67-101).



Torre de Dreamland



Incêndio de Dreamland, 1911

‘negócios’, a incipiente tradição da tecnologia do fantástico se disfarça de tecnologia pragmática. A parafernália da ilusão que acabou de subverter a natureza de Coney Island, transformando-a num paraíso artificial – eletricidade, ar-condicionado, tubulações, telégrafos, trilhos e elevadores –, reaparece em Manhattan como parafernália da eficiência, para converter o espaço bruto em escritórios”³².

32. *Idem*, p. 111.



Manhattan, 1931
Nova York

Assim foi definido o arranha-céu reinventado em Manhattan, naquelas condições literalmente feéricas, embora o acesso fosse cobrado em moeda sonante. Além do mais, definição historicamente exata, quando se pensa no mito da Fronteira, que acompanhou a expansão territorial do capitalismo americano. Não espanta, vistas as coisas por este prisma em que nação e acumulação se confundem, que os 306 arranha-céus construídos em Nova York, entre 1890 e 1908, não só se convertessem na imagem paradigmática da arquitetura e urbanismo americanos – criando, com suas formas únicas e díspares, aparentemente irracionais e programaticamente instáveis, se comparadas à racionalidade máxima do plano reticulado original da cidade, um conjunto urbano extraordinariamente inusitado –, mas no mais eloquente discurso acerca da nova cultura de negócios que o capitalismo corporativo americano estava fomentando. Além de alardear a eficiência de seus escritórios imobiliários – da incorporação ao projeto – na valorização exponencial do espaço construído. Nesta esfera fetichista por excelência, na qual coabitam narcisismo e toda a violência do imaginário, aliás, estritamente “corporal”, a partir de 1930 reinará soberano o Empire State Building³³. Edifício em

33. Não por acaso, no livro do Koolhaas, citado até agora, os prédios Empire State e Chrysler ganham uma dimensão antropomórfica e, inclusive, erótica, como ilustrado em apêndice pela pintora Madelon Vriesendorp, apresentando os dois edifícios na cama, “*après l’amour*” – a chave da interpretação encontrava-se, segundo o autor, na fantasia “paranoica” (como víamos há pouco, numa transposição do método utilizado pelos surrealistas, em especial

Après l'amour
série New York, 1973-1975
Madelon Vriesendorp



É curioso que num ensaio de 1965, dedicado à “imaginação da catástrofe”, Susan Sontag, justamente a propósito dos “prazeres primitivos”, provocados por filmes de ficção científica que oferecem numa “escala ampliada de maneira colossal, o espetáculo da catástrofe urbana”, inclua, e apenas de passagem, *King Kong* na categoria dos velhos filmes de monstros em que a Coisa “se dirigia para a grande cidade, onde provocaria enorme destruição, jogando ônibus de pontes, esmagando trens com as mãos, derrubando edifícios, e assim por diante”. (*Contra a Interpretação*. Porto Alegre: LPM, 1987, p. 248.) Depois do 11 de setembro, é claro, o horizonte, por assim dizer, desanuviou, convergindo para um único ponto cego. Induzido pela *mise-en-scène* dos ataques como um gênero de filme-catástrofe, que o público americano consumira avidamente nos anos 1990 (uma década de “ansiedade inexplicável”, nas palavras de Mike Davis), da noite para o dia, todo um repertório de imagens saturadas de medo e profecia se reapresentou, como que confirmando – se fosse preciso! – “uma premonição permanente sobre o espaço urbano como um potencial Ground Zero”. Dentre as inúmeras antevisões do apocalipse de Manhattan (para não mencionar a logo lembrada entre nós “Elegia de 1938”, de Drummond), uma das primeiras a serem citadas foi uma pintura de Orozco, de 1931, *Los Muertos*, “que representam os arranha-céus de Manhattan sendo despedaçados como piñatas” (Cf. Mike Davis, “As Chamas de Nova York”. In: *Cidades Mortas*. Rio de Janeiro: Record, 2007; o artigo em questão foi publicado originalmente no último número da *New Left Review*, daquele ano de 2001.)

Fotograma de *King Kong*, 1933



cujo topo, como se há de lembrar, se trava a batalha final do famoso filme King Kong – outra personificação monstruosa do King Size americano, que dispensa comentários.

Esta síndrome da hiperdimensão intensificada até o limiar de uma implosão pressentida desde sempre – é bom não esquecer que o referido gorila arquetípico chegou a Nova York pouco depois do Big Bang de Wall Street – está na origem, paradoxalmente, dos mais altos edifícios de Manhattan e do não menos importante conjunto arquitetônico, o mais monumental, amplo, multiuso, empresarial, e presumidamente popular, da época, com seus espaços abertos, jardins suspensos etc. (um verdadeiro “Luna Park pragmático”, na designação muito a propósito de Koolhaas): o famigerado Rockefeller Center!

Uma cidade dentro da cidade. Um centro ao mesmo tempo de serviço e recreação. Uma fórmula concentrada e imagem máxima do poderio americano em plena crise. O símbolo por excelência do New Deal: maximamente racional, um oásis de ordem, calculado nos mínimos detalhes para obter o máximo de eficiência e rendimento, alicerçado no metro quadrado mais lucrativo da época, numa escala de especulação imobiliária e valorização do solo nunca vistas. Se a família Rockefeller se beneficiava com a crise, ao mesmo tempo, num ambiente de verdadeira penúria, empregava 75 mil trabalhadores e ganhava o troféu do mecenato, além do mais por criar espaços culturais e de lazer, tendo assim, do ponto de vista efetivo e simbólico, um papel importante no *revival* econômico daquele período – como mostra à exaustão Manfredo Tafuri, em seu estudo sobre os *skyscrapers* americanos³⁴. De outro lado, a aparente impessoalidade do Rockefeller Center – com sua “colossal mediocridade”

Salvador Dali, ao mesmo tempo que teorizado por Lacan, cujo primeiro ensaio, justamente sobre a paranoia, foi publicado na revista *Minotaure*, no início da década de 1930). Também é revelador um baile de máscara à época, em Nova York, em que a elite de arquitetos-empresendedores comparece fantasiada com os arranha-céus de Manhattan.

34. Cf. pp. 472 e 481 do ensaio citado: “The Disenchanted Mountains”. Ver especialmente o capítulo “The Creation of Rockefeller Center”, pp. 461-483.

na visão crítica de Mumford – representava, talvez por isto mesmo, um modelo a ser replicado e, em consequência, gerava, definitivamente, o “desencantamento formal da montanha”, ao contrário da série de manifestações isoladas anteriores. A Grande Depressão parecia ter finalmente despertado os americanos de seu mundo de sonhos. Embora um empreendimento desse porte ainda alimentasse, apesar de tudo, ou por isso mesmo, um certo resíduo ideológico de reconciliação dos *trusts* e da coletividade em escala urbana³⁵, como se tivesse, num passe de mágica, finalmente resolvido todos os paradoxos de Manhattan – assim, ao menos, pretendia Koolhaas, referindo-se a ele como um verdadeiro golpe de mestre do canibalismo arquitetônico: “O Centro é a apoteose do ‘cisma vertical’. Rockefeller Center + Beaux Arts = Dremland + o futuro eletrônico [RCA + NBC] + o ‘passado reconstruído’ + o ‘futuro europeu’, ‘o máximo de congestão’ combinado com ‘o máximo de luz e espaço’, ‘o mais belo possível em consonância com o máximo rendimento a ser gerado’”³⁶.

Talvez não seja por acaso que uma tal ambição pela magnitude, encarnada exemplarmente num empreendimento desse porte, se encontre de tal modo arraigada na história da projeção do poder da elite americana do *big business*, que o último capítulo, ao mesmo tempo hiperbólico e igualmente paranoico acerca do espantinho chinês (para voltar ao paralelo anteriormente sugerido), principie por render-lhe tributo em nome de uma atávica veneração pelo *bigness*. Justamente sobre esta noção (entre outras aparentadas), o nosso arquiteto, Rem Koolhaas (ainda uma vez), edificará o conjunto de categorias segundo as quais alega projetar, por exemplo, o famoso prédio para a Televisão Chinesa na Pequim Olímpica – em verdade uma torre dupla a enquadrar todo um distrito

35. *Idem*, p. 484.

36. Koolhaas, *op. cit.*, p. 235. Para uma avaliação do ponto de vista nitidamente ambivalente de Koolhaas, ou o seu “realismo cínico” frente à crítica negativa, ou ainda, o paralelo entre as posições de Koolhaas e Tafuri, cujos textos sobre Nova York são quase contemporâneos, ver o Prefácio de Adrian Gorelik à tradução utilizada aqui.



Rockefeller Center, em construção



Vista sobre Manhattan
do conjunto Rockefeller Center

Feira Internacional de Nova York, 1939



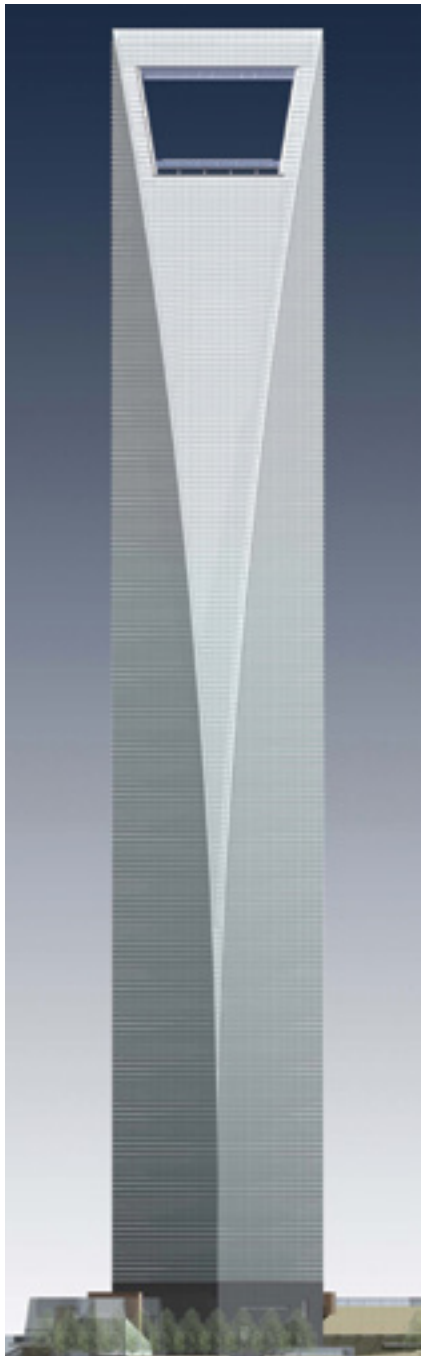


Petronas Towers
Cesar Pelli
Kuala Lumpur, 452 m

Jim Mao Tower
SOM
Xangai, 421 m



ao lado
World Financial Center
KPF
Xangai, 492 m



mediático e empresarial, cuja concepção remete obrigatoriamente ao conjunto do Rockefeller Center, o ponto culminante da sua New York delirante –; mas que, sobretudo, lhe permitirá mapear a *terra ignota* do hiperurbanismo chinês.

Pode-se dizer que, desde aquele momento inaugural, o mundo todo passou a aspirar a ter a sua Manhattan e a entrar na corrida rumo aos céus. Portanto não surpreende que, quando em 1996 as Petronas Towers em Kuala Lumpur foram concluídas, a mídia americana tenha sido a primeira a registrar a ferida narcísica: desde 1891, o edifício mais alto do mundo não só não era ocidental como também não se encontrava mais nos Estados Unidos – a rasa mesmice urbano-arquitetônica não vinha obviamente ao caso. Já naquela época – hoje, remota, tal a velocidade de rotação do capital – seis dos quinze maiores edifícios do mundo eram chineses. E para anunciar enfim o século asiático que se avizinhava, a revista americana *Progressive Architecture*, dando por evidente que é na arquitetura que se decifram as grandes viradas históricas, se congratulava, em nome do ofício, com a modernidade e a mudança de escala nos negócios correlatos, pelo fato de chineses e demais asiáticos estarem febrilmente empenhados em erguerem, competindo de resto entre si, torres cada vez mais altas, como prova e penhor ostensivo sabe-se lá de que novo ultramodernismo, tocado com velocidade futurista. *Seja como for, o mais poderoso motivo de choque e estupefação.*

Numa palavra: quanto maior, melhor! Tudo indica que estamos ingressando numa nova onda longa de fantasmagoria cósmica, governada também por uma nova megalomania de proporções siderais, impulsionada pelo fetiche dos “números puros, da abundância, do excesso, da mera expansão espacial”, nas palavras de Walter Benjamin, comentando a Paris de Haussmann, mas glosando, involuntariamente, o Fausto do último ato de sua “colonização” do universo. Não será demais recordar igualmente que, no auge por assim dizer imperialista – afinal a Grande Guerra recém findara –, da primeira onda de investimento capitalista do espaço urbano, o Lukács da *História e Consciência de Classe* chegara

Numa matéria recente para a Revista da Folha, *Morar* (30 maio 2008, pp. 20-22), o correspondente em Washington, Sérgio Dávila, refere o fato de que, numa lista dos dez arquitetos ocidentais mais renomados, em atividade, poucos não terão um projeto realizado, em execução, ou ainda no papel, mas já contratados, na China, e que todos, sem exceção, se destacam acinotosamente por dar forma a um “delírio” ostentatório, seja de concepção projetual, seja de materiais exorbitantes em todos os sentidos, sem falar na escala bárbara de tais *folies*. Reforçando a informação, remete o leitor a um artigo de Richard Lacayo na *Foreign Policy* de maio/junho de 2008, sobre esta proliferação extemporânea de monumentos à nova riqueza emergente, semeados, não por acaso (unidos pelo mesmo vínculo do poder-fazer sem restrições) pelos membros do *star system* arquitetônico global, ao longo de uma faixa geopolítica que se estende da sede da Gazprom em São Petersburgo, e da Ilha de Cristal em Moscou, passando pelos Emirados do Golfo Pérsico, subindo para a Ásia Central (Azerbaijão e Cazaquistão), e daí ao Extremo Oriente, sem falar nos novos enclaves de neocidades *high tech* no deserto da Arábia. Não necessariamente enunciada a questão nesta ordem e com este enfoque, mas pelo prisma da nova divisão do mundo, alardeada pelos neocons americanos reciclados pelo fiasco Bush: de um lado a liga das democracias liberais, do outro a autocracia dos novos ricos semiperiféricos (Cf. p. ex. Robert Kagan, *The Return of History and the End of*

Dreams. Nova York:Knopf, 2008). De sorte que os novos delírios em concreto ou titânio constituem o que o autor americano chama de “arquitetura da autocracia”, sem se dar conta, entretanto, de que a imaginação projetual de cada um deles foi justamente moldada na outra margem do rio, a do Ocidente liberal, mais exatamente, no apagar das luzes do Movimento Moderno. Seria o caso de se perguntar, enquanto se ruma a nova configuração do mundo, ou melhor, a “ascensão do resto”, num mundo decididamente pós-americano, na fórmula dos novos ideólogos do poder americano (Cf. p. ex. Fareed Zakaria, *The Post-American World*. Nova York:Norton, 2008): paródia involuntária da antiga afinidade eletiva da Causa Moderna com o *ethos* desenvolvimentista-autoritário de uma certa periferia “condenada ao moderno”, como se dizia? Seria grotesco se não fosse falso, como seria igualmente patético confundir com Desenvolvimento a atual migração global dos centros de acumulação, embora a literatura tenha consagrado as máquinas asiáticas de crescimento como Estados Desenvolvimentistas, depois, é claro, de encerrada a Era do Desenvolvimento como geocultura de legitimação do capitalismo histórico, nos termos em que a formulou, por exemplo, Immanuel Wallerstein. Não obstante tudo isto, Sérgio Dávila intitulou sua matéria “Arquitetura da Alienação”, sem maiores explicações. De fato, é disto que também se trata, se atinarmos enfim com a dinâmica singular destas modernizações pós-urbanas.



à ideia de “reificação” e a toda a sua carga de alienação e prenúncio de explosão emancipatória, refletindo também sobre a decidida conotação espacial da abstração avassaladora em que se consumiam as novas relações sociais. Arrematava, assim, as visões inaugurais de Simmel sobre o vínculo intrínseco entre a metrópole e a abstração da economia monetária³⁷.

O gigantismo compulsivo asiático de agora carrega consigo a memória dos dois ciclos, ou ondas, anteriores: a tábula rasa dos Modernos e a desmedida da expansão americana que emergiu da Grande Depressão. Estamos sem dúvida diante de uma mutação pelo excesso – com certeza uma expansão “até novas, inimagináveis e, talvez, impossíveis dimensões”³⁸.

37. Ver “A Metrópole e a Vida Mental”, de Georg Simmel, em G. Velho (org.), *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, pp. 10-25. Para um comentário: Otília Arantes, “A Ideologia do Lugar Público na Arquitetura Contemporânea”, em: *O Lugar da Arquitetura Depois dos Modernos*. São Paulo: Edusp, 1993, pp. 108-113.

38. A expressão é de Fredric Jameson para caracterizar o “hiperespaço” pós-moderno, em *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism*, cap. 1 (publicado originalmente na *New Left Review*, n. 146, 1984); trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 1996.

O cenário é hoje sem dúvida outro: nos tempos que correm, num planeta desprovido de capital, no sentido benjaminiano de centro único irradiador de todas as *féeries* urbanas, uma nova mitologia homogeneizadora ressurgiu com todo o seu cortejo petrificado de *son et lumière*: o mito da Cidade Global. Cidades, três até agora³⁹, reconhecidas pela literatura de celebração a respeito, circundadas por um sistema competitivo de hierarquias móveis de cidades aspirantes à condição de *world cities*, e, portanto, polos de atração para sediar elos significativos da cadeia de acumulação. A favor ou contra, conforme a flutuação dos conformismos e dissidências, formas urbanas reconhecidamente dualizadas, polarizadas, segregadas etc. Ocorre que, na condição de espaços totais introvertidos, tais fragmentos de “*Luxe, calme et volupté*” se espalharam pelas malhas dessas redes de bem-aventurança, levando consigo réplicas que não só rivalizam, mas por vezes suplantam o desenho urbano extremo das matrizes originais. Tudo somado, e retomando nosso fio condutor, digamos que tais *espaços extremos* passaram a abrigar a referida sobrevivência dos mundos de sonho a cuja reviravolta pelo despertar desenfeitante Benjamin confiara suas esperanças revolucionárias. Não parece mais verossímil, e não obstante ainda é este o conceito-senha-de-ingresso no universo fantasmagórico da riqueza global.

Recapitulemos uma segunda vez. Como estamos em outro limiar – a rigor vinte anos depois do anticlímax distópico retratado por

39. Ao menos na acepção mais forte do termo. Cf. Saskia Sassen, *The Global City, New York, Londres, Tokyo*. Princeton: University Press, 1991.

Buck-Morss –, deveríamos voltar-nos para o caráter de classe daqueles redutos que foram os mundos de sonho da burguesia oitocentista. Não é que Benjamin alguma vez tivesse duvidado de que as passagens e seus afluentes, as demais “moradas de sonhos coletivos” daquela idade de ouro do *kitsch* ancestral – jardins de inverno, estações ferroviárias, museus de cera, cassinos etc. –, fossem uma fantasia de intimidade forjada nos piores termos burgueses. Seu problema era a crescente colonização burguesa do utópico “sonhar coletivo”, cuja palpitação ele detectara, até mesmo no lixo cultural do século que encarnara o espírito daquela classe. Pelo menos é assim que o vê T.J. Clark, no ensaio citado anteriormente, em que declara que “talvez tenhamos chegado a um momento da história em que será preciso reafirmar o outro lado da dialética do século XIX: não só os desejos e as potencialidades urdidos contra as probabilidades pelo negativo, mas, antes de tudo, o que as formas de lucidez e positividade mais altas do século (suas realizações efetivas) revelaram do terror – o verdadeiro *abîme* entretecido ao sonho de liberdade da burguesia”⁴⁰.

Questão de ênfase talvez, mas, sobretudo, de periodização. Na verdade, quanto mais se decanta a máscara burguesa daqueles redutos sem vir-a-ser que não o presente da mais crua dominação, mais sombria vai se tornando a reconstituição benjaminiana da história dos dominados, uma história sem consolações, uma “aterradora montagem da miséria da classe operária, da exploração, do niilismo e do suicídio”. Não existe nenhum redentor, pois inclusive é preciso apartar de vez o materialismo dos hábitos mentais burgueses, deixar enfim de narrar a história do proletariado urbano “sob o signo da redenção, no qual o partido ou a revolução, ou a socialização dos meios de reprodução sempre surgem como

40. Em “Será que Benjamin Devia Ter Lido Marx?”, p. 304. Para se ter uma ideia deste novo momento da história que, segundo o autor, exigiria uma mudança tão drástica de acento na avaliação daquelas “moradas de sonho”, chamo a atenção para o livro que publicou a seguir, juntamente com Iain Boal, Joseph Matthews e Michael Walts, *Afflicted Powers: Capital and Spetacle in a New Age of War*. Londres: Verso, 2005.

o messias que dará um sentido, um destino ao sofrimento”. Sinais dos tempos, sem dúvida. Para ser mais específico: do pós-colapso de agora, que já dura uma virada de século.

Pois é neste outro limiar que brilha mais forte, conforme se distendem os extremos de uma nova era, em sua pureza espoliadora – se for permitido ser brutalmente direto –, a verdade mais íntima das moradas urbanas do sonho burguês. As novas Passagens da presente Era Urbana dos Extremos, que Mike Davis e Daniel Monk chamaram de Paraísos do Mal⁴¹. Duas palavras a respeito e encerro este prólogo ao mundo dos sonhos no século XXI.

O livro reúne estudos de caso do que se poderia chamar uma economia política das manifestações espaciais extremas do luxo, em todas as suas mais extravagantes variações. Uma geografia dos lugares fantásticos em que o vencedor fica com tudo: nem sombra de contrato social, para não falar de cláusulas trabalhistas corriqueiras, nessa utopia às avessas, onde “os ricos podem andar como deuses nos jardins de pesadelo de seus mais profundos e secretos desejos”. Quem disse “é glorioso ficar rico” sabia do que estava falando, além de parodiar Max Weber. Dos arquipélagos de cristal de Dubai ou Moscou, aos delírios olímpicos de Pequim, passando pelas cidades privadas da Califórnia, devidamente clonadas por Joahanesburgo ou pelo Cairo, dos condomínios em estilo Habsburg de Budapeste à Medellín fortificada pela “droga boa”, são universos alternativos para formas privilegiadas de vida humana.

Nossos dois autores se perguntam se uma espiral assim de desejos por consumo infinito, separatismo social absoluto, segurança física máxima e monumentalidade arquitetônica irrestrita ainda seria compatível com a mera sobrevivência moral da humanidade. Quanto à genealogia desses paraísos artificiais monstruosos tampouco hesitam: descendem dos mesmos redutos míticos impossíveis da falsa consciência vitoriana



41. Mike Davis e Daniel Monk (org.), *Evil Paradises*. Nova York: The New Press, 2007. Como se verá, o subtítulo do livro, *Dreamworlds of Neoliberalism*, não é mera coincidência.

Condições de trabalho em Dubai



e seus interiores estofados pelas piores intenções. Nem mais nem menos do que os *Dreamworlds* de que há pouco falávamos. Reorientadas, tais moradas de sonho, na sua direção assassina originária, ressaltada linhas atrás pelo comentário filologicamente tanto mais exato, de T.J. Clark, quanto inspirado pelo atual estado do mundo. Para Mike Davis e Daniel Monk, literalmente *terminal*. Ou seja: a trucagem fantasmagórica das torres dos Emirados Árabes ou da China, tanto quanto as megaestruturas olímpicas de Pequim, se alicerçam sem nenhum pudor no trabalho massacrante de uma massa de imigrantes, acampados em alojamentos indescritíveis. Tudo somado, tais arquipélagos de luxo utópico e estilos de vida supremos são casulos de ansiedade armada, num planeta de megacidades favelizadas. Sendo o preço destes mundos-de-sonho a catástrofe humana – que aliás se pode medir pela velocidade alucinante, na qual tentam desesperadamente consumir, no decurso de uma vida, todas as coisas boas de uma terra à beira da exaustão.

Sobra muito pouco para a antiga esperança emancipatória benjaminiana, alimentada em princípio pela dimensão utópica de tais fantasias em seus primórdios. Como sublinhado, este veio secou. A constelação de tais formações urbanas extremas mapeia assim “os estágios terminais, e não antecipatórios, da história da modernidade tardia”. Benjamin por um momento evocou uma sociedade que sonhava acordar. Na parafernália tecnológica destas derradeiras moradas do sonho é fácil constatar: “They have no alarm clocks”.



World Trade Center
antes e no momento do atentado



Det. Greg Smendinger

PEQUIM 2008 · XANGAI 2010

**UM ESTUDO SOBRE A ERA DAS
FORMAS URBANAS EXTREMAS**

Salvo engano, pois há controvérsia, tanto a ideia quanto a fórmula e suas variantes, “máquina urbana de crescimento”, remontam a um artigo de Harvey Molotch “A Cidade como Máquina de Crescimento” (1976), retomado e expandido num livro em coautoria com John Logan, *Urban Fortunes: The Political Economy of Place* (Berkeley: University of California Press, 1987). Num estudo anterior, dedicado ao lugar da cultura nas novas gestões urbanas, comentei o argumento no seu conjunto, que se poderia resumir do seguinte modo: “a ideia de cidade como *growth machine* envolve coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios, decorrente das possibilidades econômicas dos lugares, que conformam as políticas urbanas à medida que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza”. (Cf. “Uma Estratégia Fatal”, em *A Cidade do Pensamento Único*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 27.) Essa a composição social da engrenagem que move a cidade compreendida como um empreendimento, a cidade-negócio, explosivamente ancorada numa pseudomercadoria, o solo. Um arremate tipicamente americano pois, voltando às observações do estudo em questão, “em nenhuma região do mundo o solo foi considerado tão indiscutivelmente o alvo primordial da especulação capitalista.” Que a cidade tenha outra finalidade que não a de atrair o comércio, incrementar o valor dos imóveis e, portanto, pura e simplesmente crescer, é uma coisa que jamais passou pela cabeça dos próceres da nação, observou certa vez Lewis Mumford, recapitulando a urbanização americana de 1850 a 1930 (*Idem*, pp. 26-27).

Sem dúvida, estamos diante do mais espantoso fenômeno urbano de nosso tempo: *a explosão das cidades chinesas da atual Era das Reformas* – se é que ainda podemos falar em cidades – para ficarmos no eufemismo consagrado ao novo regime de acumulação (primitiva? flexível?), que emergiu do colapso da economia maoísta de comando. Por enquanto, o fato bruto, aliás, de uma brutalidade que em si mesma já é uma interpretação, ocupando não por acaso um lugar central no que restou de imaginação sociológica nesta virada de milênio¹.

A primeira lição, logo incorporada pelas autoridades municipais, foi que as cidades chinesas precisavam aprender rapidamente a se tornarem empreendedoras, para não dizer empresariais, como relembra John Friedmann². Não são, no entanto, nada desprezíveis as singularidades das máquinas de crescimento urbano que aí começaram a se instalar. Longe disso, como assinala um estudo recente: “enquanto nas cidades americanas elas são dirigidas por uma coalizão local de políticos, incorporadores privados, grupos profissionais e mídia, nas cidades chinesas da Era das Reformas, o motor da máquina de crescimento é a competição e a coalizão entre diferentes segmentos da burocracia de Estado, ao mesmo tempo que os outros setores permanecem numa posição muito

1. Como lembrou John Logan no capítulo de abertura do livro por ele organizado: *The New Chinese City*. Oxford: Blackwell, 2002.
2. *China's Urban Transition*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005, pp. 105-113.

menos relevante do que a dos seus homólogos americanos”³. Com certeza, “instituições anfíbias”, como as designa Friedmann – embora a preeminência maior ou menor do Estado varie no interior da própria China⁴.

Veremos de perto como estão sendo vendidas as grandes cidades chinesas, onde a propriedade estatal do solo, por exemplo, não impede de fazer dele um dos motores principais das máquinas locais de crescimento. E uma coisa é certa: *com pressa, com muita pressa*. Aqui talvez o foco de uma inédita *aceleração social*, de alcance histórico-mundial, que levou Koolhaas e seu grupo a forjarem um novo conceito para pensá-la: “unidade de crescimento abrupto”⁵.

Como sugerido no ensaio que de certo modo é um prólogo a este estudo, na grande transformação urbana da China, tanto a escala ciclópica quanto a velocidade histórica do processo são tão impressionantes que chegam a assumir dimensões assustadoramente distópicas⁶. Quando as reformas foram iniciadas, apenas 18% dos chineses viviam em cidades. Menos de uma geração depois a China urbana era habitada por quatrocentos milhões de pessoas, estimando-se que, por volta de 2025, a urbanização alcance 65% da população. Neste quadro dramático de mutação, costuma-se evocar os 120 anos consumidos pela Inglaterra da Revolução Industrial para se urbanizar, ou os oitenta anos que os Estados Unidos levaram para transformar o campo em cidade. Quanto

3. You-Tien Hsing, “Socialists Land Masters”, em Li Zhang e Aiwha Ong (orgs.), *Privatizing China, Socialism from Afar*. Ithaca: Cornell UP, 2008, pp. 58-59.
4. Cf. a respeito, especialmente no que concerne aos empreendimentos imobiliários e o mercado de terras, Tingwei Zhang, “Urban Development and a Socialist Pro-Growth Coalition in Shanghai”, em *Urban Affairs Review*, n. 4, vol.37, mar. 2002, pp. 475-499.
5. Cf. *Great Leap Forward*. Colônia; Londres: Taschen, 2001, p. 708.
6. Cf. “Ruínas do futuro”.



às cidades exponenciadas por essa avalanche histórica sem precedentes – e também sem destino reconhecível – as cifras também desnorteiam, por mais que se saiba que o excessivo, em todas as dimensões, tenha se tornado um trunfo estratégico numa corrida em que é preciso gerar, por assim dizer, estupefações de massa – do estremecimento infantilizado de embarcar num trem capaz de atingir quatrocentos quilômetros por hora e, oito minutos depois de partir do centro de Xangai, chegar ao aeroporto internacional, distante 32 quilômetros⁷, ao choque fáustico⁸ produzido pelos números da barragem das Três Gargantas, neles incluído, ao lado dos 18,2 gigawatts, o saldo de cem mil operários mortos na construção⁹. Mas aqui entraríamos prematuramente no âmbito das mega infraestruturas e a sua carga não menos espantosa de vulnerabilidades críticas.

Ficam obviamente subentendidos, nesses meganúmeros das cidades instantâneas chinesas, os bilhões e bilhões de dólares que costumam acompanhá-los, destinados igualmente a embasbacar, como as cifras

7. Uma espécie de sublime tecnológico a fundo perdido. Pois o trem-bala mais rápido do mundo é considerado economicamente inviável, tanto assim que em nenhum outro lugar do mundo foi adotado para fins comerciais. Como logo reparou a jornalista Cláudia Trevisan, também pasma com o evidente contrassenso: não só o governo de Xangai banca o prejuízo causado por uma tal extravagância eletromagnética, como tampouco parece afetado pelo disparate de “o destino final do trem refrescar muito pouco a vida dos viajantes, que desembarcam em Pudong, a cinco paradas de metrô do centro de Xangai, em Puxi, do outro lado do rio”. (*China – O Renascimento do Império*. São Paulo: Planeta, 2006, p. 65).
8. Para uma interpretação “desenvolvimentista” original do *Fausto* de Goethe, ver Marshall Berman, *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986, capítulo 1.
9. Dados oficiais, segundo Ruth de Aquino, em “China a Nova Superpotência”, *Época*, 23 jul. 2008, p. 50.

Fotogramas do filme de Jia Zhang-ke, *Still Life*: demolições de várias cidades para a construção da barragem das Três Gargantas



dos megaeventos de última geração (Olimpíadas em Pequim, Exposição Mundial em Xangai, para ficarmos nos mais recentes e vorazes em termos de consumo de meios de produção e força de trabalho), ou a lista de celebridades assinando os correspondentes hiper-complexos arquitetônicos da atual Era do Excesso (de fantasia projetual, inclusive) que se está reinaugurando justamente na antiga periferia do Ocidente – mero *remake*, neste último caso, dos Grandes Projetos Europeus, de Mitterrand à Londres dos próximos jogos Olímpicos? Como veremos, a resposta não é simples. A Pequim 2008, por exemplo, não é mero decalque da “estratégia” que redesenhou a paisagem urbana da Barcelona olímpica de duas décadas atrás¹⁰. Como já foi lembrado por diferentes autores, as “modernizações” de agora (assim mesmo, com aspas e no plural) correm por um outro trilho, tanto menos “ocidental” quanto mais o capital se globaliza e, por isso mesmo, aprofunda cada vez mais a demarcação das localizações em competição, ao mesmo tempo em que as multiplica¹¹.

Pois vamos então a mais alguns números “delirantes”, sem falar no teor um tanto obtuso de livro de recordes – mas a novidade justamente é que este tipo de medida, ou de total desmedida, passou a contar, a partir do momento em que a China comprimiu duzentos anos de industrialização ocidental em trinta. Há quinze anos, Pudong, o distrito financeiro de Xangai, era pouco mais do que um arrozal pontuado por casebres. Hoje equivale a oito Canary Wharf, o novíssimo centro financeiro de Londres. Como Chicago há um século, Chongqing, na região central da China, é a cidade que mais cresce no mundo, a uma razão de 300 mil habitantes por ano – aliás, estão na China as vinte cidades de mais rápido crescimento no mundo. Pequim se gaba de abrigar três mil arranha-céus em construção e de que 30% das gruas do mundo se encontram em seus

10. Cf. “Uma Estratégia Fatal”, *op. cit.* Analisada também, mais detidamente, em “Barcelona 2004”. São Paulo: Annablume, 2014.

11. Para um ponto de vista divergente, nem trivial nem apologético, acerca do atual desentrelaçamento de modernização e ocidentalização, que se está tentando mostrar aqui, ver Giovanni Arrighi, *Adam Smith em Pequim – Origem e Fundamentos do Século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.



Martin Brower

Pudong
Xangai

ao lado
Chongqing, com mais de trinta milhões de
habitantes, para onde migraram muitos dos
desabrigados pela inundação das Três Gargantas



canteiros, dos quais estão emergindo o equivalente a três Manhattans e o maior terminal aeroportuário do mundo (Norman Foster *opus*). E por aí vai, sendo correntes as comparações com Haussmann ou com a Berlim planejada para um pós-guerra vitorioso. Aliás, consultado a respeito, Albert Speer Jr. (coincidentemente chamado para projetar um *boulevard* de oito quilômetros ligando o Palácio da Cidade Proibida ao Parque Olímpico) declarou que, em relação à capital do Reich, projetada por seu pai, a Pequim de hoje não é só “*bigger*”, mas incrivelmente “*much bigger!*”¹².

Estas listas poderiam ser multiplicadas indefinidamente, sobretudo no quesito infraestrutura, pois a reurbanização chinesa consome metade do cimento produzido no mundo, um terço do aço etc. Há por certo razões estruturais (às quais retornaremos no seu devido momento). Antecipando, brevemente, considere-se, por exemplo, o modelo por si mesmo inclassificável de forma espacial em expansão no Delta do Rio Pérola, no qual se pretende identificar a Metrópole do Sul da China. Não

12. No outro lado da moeda, o “artista da demolição”, Haussmann, obviamente comparece também, pela escala colossal de seu “embelezamento estratégico”, como os contemporâneos batizaram sua fórmula de produção do espaço urbano. Para a inspiração haussmanniana da “cidade panóptica” que está sendo recriada em Pequim, ver Anne-Marie Broudehoux, *The Making and Selling of Post-Mao Beijing* (Londres: Routledge, 2004). Segundo Mike Davis, nas megacidades periféricas “o papel panóptico coercitivo de Haussmann costuma ser desempenhado por órgãos especializados de desenvolvimento”: seus exemplos, neste caso – da associação entre agências multilaterais e o mundo dos negócios imobiliários – são sobretudo indianos, Bangalore, em particular. (Cf. Mike Davis, *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 107.) Quanto à máquina propriamente chinesa de crescimento urbano, Mike Davis remete a um estudo que a compara à renovação urbana dos Estados Unidos no período do pós-Segunda Guerra, sem se demorar muito sobre o significado destas analogias, para a compreensão da atual hiperurbanização chinesa, que não é, nem pode ser, mero *remake*. Ver no detalhe o paralelo e as diferenças em Yan Zhang e Ke Fang, “Is History Repeating Itself? From Urban Renewal in the United States to Inner City Redevelopment in China”, em *Journal of Planning Education and Research*, n. 23, 2004, p. 110 – a ser retomado mais adiante.

Arquipélago – noção adotada aqui tal como reelaborada pelo urbanista Alessandro Petti nos seguintes termos: um sistema de ilhas conectadas por redes infraestruturais, atravessadas por todo tipo de fluxos, inclusive ilícitos, um território cujos fragmentos convivem na medida mesma em que se encontram inevitavelmente separados. Desenvolvendo a metáfora: “ilhas diferentes divididas por um mar que no entanto pode se fazer ponte”. Na sua forma extrema esta metáfora do ordenamento espacial contemporâneo encontra-se literalmente ilustrada pelo mundo encapsulado de Dubai e sua “urbanística *off-shore*”, nas palavras do autor. Por onde se vê que as novas redes infraestruturais são antes de tudo dispositivos de desconexão voluntária, por sua vez instrumento de produção de espaços de exclusão – fenômeno para o qual logo mais nos voltaremos (Cf. *Archipelaghi e Enclave, Architettura dell’Ordinamento Spaziale Contemporaneo*. Milão: Mondadori, 2007).

Ilha artificial de Dubai em forma de palmeira



se trata de uma simples conurbação física como se conhece nas megalópoles ocidentais, mas de uma área de tal modo segmentada, segregada, diversificada e, ao mesmo tempo, absolutamente interdependente enquanto unidade econômica, funcional e social (como um “arquipélago”¹³), que passou a exigir uma conectividade tão intensa quanto, por exemplo, as “infraestruturas gigantescas, com uso intensivo de tecnologia, que não parecem conhecer outro limite a não ser a quantidade de água doce que a região ainda consegue recuperar na área do East River” – conforme uma observação antiga de treze anos de Manuel Castells. A seu ver, o gigantismo de tirar o fôlego – na época falava-se de uma ponte de sessenta quilômetros sobre o Mar do Sul da China, ligando Zuhai, ao norte de Macau, a Hong Kong – não se devia, por certo, apenas ao fato de os governos locais, abarrotados de dinheiro da diáspora chinesa, terem embarcado na aventura de megaprojetos de infraestrutura. Adiante ainda observa que a arquitetura acompanhava o impulso vindo dos subterrâneos dessa urbanização do terceiro milênio: sem ser uma exclusividade asiática, tornava-se estereotipada e ostensivamente monumental, na sua acepção *extra-large*, isto é, desmesurada¹⁴. Digamos, sem presunção, que estava a um passo de atinar com a configuração propriamente *terminal* (em sua dupla acepção) da arquitetura e do urbanismo depois do “colapso”, segundo a periodização adotada no presente estudo¹⁵.

13. Diante dessa paisagem desconcertante seria talvez o caso de recorrer à noção de “arquipélago”, de Alessandro Petti (ao lado).
14. Cf. Manuel Castells, *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 433, 434 e 442.
15. Não por acaso o grupo de Koolhaas associa as mega infraestruturas do DRP aos *junkspaces* de Lagos. Cf. “Pearl River Delta”, em *Mutaciones*, *op. cit.*, pp. 280-335. Sobre as cidades do Delta, ver também, do mesmo grupo, *Great Leap Forward*, *op. cit.*

Pontes e elevados em Xangai





Aeroporto de Pudong
Paul Andreu
Xangai



Estação Sul de Trem
Agence REP
Xangai

O termo para caracterizar tal processo chinês, utilizado há pouco – “hiperurbanização” –, nos interessa, além do mais, por exprimir a mudança de paradigma implicada pelo inusitado da escala por assim dizer cósmica, tanto pela compressão temporal, quanto espacial. Pelo menos na acepção que encontrei empregada pela primeira vez, por Graham e Marvin¹⁶, para designar este “espantoso processo de urbanização jamais visto no planeta”, referindo-se sobretudo à reviravolta na tradição de “desenvolvimento comunal no planejamento de infraestrutura” em favor de um furioso empreendedorismo local, conduzido por novas e poderosas municipalidades em associação com corporações internacionais de infraestrutura e consultoria, num ambiente de intensa competição entre cidades. Até aí nada demais, pois é assim que a nova paisagem do mundo vem sendo redesenhada – por “pacotes” infraestruturais amplamente desmembrados, “customizados” e dispersos, para melhor interconectar, menos o entorno local eclipsado, do que capitais e investidores internacionais, mais os novos ricos nativos. E isso, desde o “colapso” (a expressão é a preferida dos autores citados) do modelo moderno de infraestrutura urbana integrada, cuja crise, alardeada como um envelhecimento natural, deveu-se à acelerada obsolescência e decadência

16. Cf. Stephen Graham e Simon Marvin, *Splintering Urbanism*. Londres: Routledge, 2001, pp. 348-349.

física da infraestrutura urbana das grandes cidades americanas, na virada dos anos 1970 para os 80. Por exemplo, quando se alastrou a percepção, aliada à suposta evidência de uma crônica crise fiscal do Estado, de que as pontes estavam ruindo, os túneis infiltrados, o saneamento regredindo, a água de qualidade decrescente, a energia escasseando, sem falar no sistema defasado das telecomunicações etc. Pois a “hiperurbanização” chinesa – faltou acrescentar – partiu deste pressuposto traumático (cuja construção política não vem ao caso agora) que, de fato, a China não conheceu, pois não havia nada semelhante na era maoísta. Durante a qual, aliás – na boa observação de John Friedmann¹⁷ –, havia sido decidido que o país simplesmente não se “desenvolveria”, na acepção convencional do termo no mundo capitalista. Assim, no âmbito de uma urbanização restrita – em favor de uma industrialização em marcha forçada totalmente endógena –, a rede social de infraestrutura foi contida em patamares mínimos.

A China renasceu, pois, aos pedaços, é verdade que sobre os escombros do antigo sistema de planejamento central. Digamos que, nesta conjunção, reside todo o foco do que estamos abordando: na forma de enclaves possibilitados justamente pelas novas tecnologias de segmentação infraestrutural. Se assim é, estamos-nos confrontando com a combinação desconforme de números astronômicos com implantes na escala social de um aldeamento. Circunstância cuja omissão torna apenas trivial a estupefação diante do registro de que Pudong é o maior projeto em construção no mundo. Conhecemos a procissão de milagres urbanos, do tipo “maior canteiro do mundo” no momento, e outras fórmulas similares. Alguém ainda se lembra da verdadeira comoção cosmopolita de um Vargas Llosa, referindo-se à Berlim a ser superlativamente agigantada pela microcidade-evento Potsdamerplatz, como a maior empresa arquitetônica e urbanística de que se tinha notícia?¹⁸

17. *Op. cit.*, pp. 10-11.

18. Cf. Otilia Arantes, “Berlim Reconquistada: Falsa Mistura e Outras Miragens”, em *Espaço e Debates*, vol. 23, n. 43-44, jan.-dez. 2003. Reproduzido em *Berlim e Barcelona, op.cit.*

Voltando aos números: tudo bem pesado, são apenas listas de factóides, mas o fato é que impressionam, sobretudo quando revestidos pela parafernália de acessórios do *design* corporativo. Mas sobretudo impressionam pelas proporções descomunais assumidas por qualquer significante urbano – se for possível falar assim – que associe, e faça sentir os efeitos correspondentes, um ícone qualquer do ultramoderno (seja lá o que isto queira dizer) e uma explosiva escala sobre-humana, como se encerrasse uma *promessa de aniquilação* (irei explicando-me aos poucos). É preciso notar, por ora, que estes números alucinantes são normalmente compilados, como foi dito, para deixar estupefata uma classe específica de acumuladores, e, obviamente, seu público aplastado e subjugado por este processo, digamos, de hiperdimensionamento. Um tal gigantismo compulsivo nada mais é do que uma verdadeira mutação pelo excesso – com certeza uma expansão “até novas, inimagináveis e, talvez, impossíveis dimensões”, na expressão de Fredric Jameson¹⁹.

Pensando bem, talvez só agora, com a hiperurbanização chinesa e suas ramificações asiáticas²⁰, estejamos diante da plena realização da experiência do *hiperespaço* – descrita por Jameson no seu famoso ensaio de 1984, sobre “A lógica cultural do capitalismo tardio”²¹ –, ao analisar o Hotel Bonaventure, construído no centro novo de Los Angeles, pelo



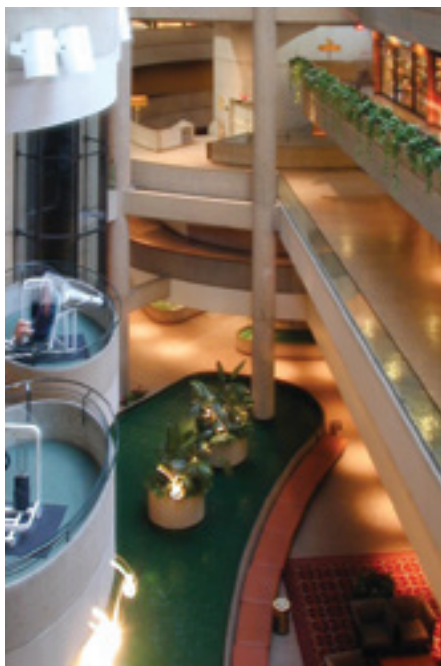
Mylene Fiori

Região central de Pequim

19. Citada já por mim em “Ruínas do Futuro”.

20. Obviamente, expressão de um descomunal ajuste espacial (*spatial fix*), na expressão de David Harvey para designar o modo pelo qual o capital produz espaço, se realociza para escapar das crises de superacumulação. A China de agora configura, precisamente, o mais fantástico destes ajustes espaciais, sendo só a sua atual avalanche de atualização da infraestrutura “muito maior, *in totum*, do que aquela realizada pelos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960”. (Cf. *The New Imperialism*. Nova York: Oxford UP, 2003, p. 123.)

21. Recolhido posteriormente em livro, *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism* (trad. Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 1996, cap. 1), foi publicado originalmente na *New Left Review*, n. 46, 1984. Embora “hiperespaço” seja um conceito um tanto nebuloso, que vem sendo aplicado com diferentes acepções, é utilizado no texto para caracterizar um tipo de vivência que talvez se assemelhe à que ocorre nessas megaconstruções urbanas chinesas. E é este paralelo que está nos interessando.



Hotel Buonaventura
Portman
Los Angeles

arquiteto e empreiteiro John Portman. Autor também de vários Hyatt Regencies, entre outros exemplares da novíssima retórica pós-moderna, na ocasião em plena batalha com a suposta austeridade elitista do alto modernismo arquitetônico. O que no começo mais intrigava Jameson, e o desnorteava sensorialmente – como se um novo descompasso histórico estivesse em vias de se instalar entre a nossa percepção e a experiência urbana, algo como um “novo e inimaginável salto quântico da alienação tecnológica” –, era a aspiração inequívoca a ser um “espaço total”, capaz de abrigar, por assim dizer, “uma nova e historicamente original multidão”. A minicidade, encerrada nas quatro torres simétricas – com seus átrios, corredores infundáveis, balcões, escadas rolantes e elevadores panorâmicos –, interligadas por passarelas e recobertas de vidros espelhados que, ao mesmo tempo, refletem e recusam a imagem da cidade degradada à volta, da qual emerge como uma miragem ou, mais precisamente, uma fantasmagoria, algo como uma *city in the sky*²². “Máquinas” destinadas a embevecer, apequenar e, sobretudo, uma vez que se entre nelas, fazer experimentar uma brutal sensação de desorientação. Não se trata de simples *mise-en-scène*, embora minuciosamente calculada, de trucagem para vender experiências excitantes. Sem poder evidentemente antever o que vinha pela frente, Jameson pressentiu a mutação terminal em curso: num tal hiperespaço, foi ultrapassada “a capacidade do corpo humano de se localizar, de organizar perceptivamente o espaço circundante e mapear cognitivamente sua posição em um mundo exterior mapeável (...) esse ponto de disjunção alarmante, entre o corpo e o

22. A expressão é de Graham e Marvin em *Splintering Urbanism, op. cit.*, ao falarem justamente do Bunker Hill de Los Angeles (onde se situa o Bonaventure), e de outras cidades americanas, em que a circulação de pedestres não ocorre, ou se dá em circuito fechado (p. 257). Ver na mesma direção a descrição que faz Virilio do centro financeiro de Xangai: torres descoladas do solo, que parecem equilibrar-se sobre pódios. (Cf. *Villes paniques, ailleurs comme ici*. Paris: Galilée, 2004, p. 27.)

ambiente construído, está para o choque inicial do modernismo, assim como a velocidade da nave espacial está para o automóvel”²³.

O mais surpreendente nesta premonição conceitual – se estou certa a respeito do referente historicamente mais ajustado à noção então enigmática de hiperespaço – é que algumas páginas antes, naquele mesmo ensaio, Jameson havia analisado, como amostra da “fragmentação esquizofrênica”, que a seu ver resumia a poética do novo mundo, um texto de um poeta de São Francisco, Bob Perelman, chamado, nada mais nada menos... “China”. A seu ver se tratava de um poema político, primeiro paradoxo; segundo, num exercício de descontinuidades, reemergia “um sentido global mais unificado ao longo de sentenças desconexas”, captando, de um modo ou de outro, “um pouco da exaustão da enorme e inacabada experiência da Nova China – sem paralelo na história do mundo”. No fim das contas, porém, concluía Jameson, os segredos estruturais do poema tinham bem pouco a ver com aquele referente chamado China, além do mais, o próprio autor revelara a origem anedótica de sentenças tais como: “*A paisagem é motorizada. /O trem leva você para onde ele vai. /Pontes no meio da água. /Pessoas desgarradas em grandes vias de concreto, indo para o avião. /Não se esqueça de como vão aparecer seu sapato e seu chapéu quando você tiver desaparecido. /Hora de acordar. /Mas é melhor nos acostumarmos com os sonhos*”²⁴. É que, andando por Chinatown, o poeta teria deparado com um livro de fotos, cujas legendas, em ideogramas, lhe eram inteiramente inacessíveis; ele então inventou novos subtítulos em forma de versos, forjando-lhes um referente. Não por acaso indeciso entre o sonho e o despertar.²⁵

23. Jameson, *op. cit.*, p. 70. Para toda esta análise, ver cap. 1, parte V.

24. *Idem*, p. 55.

25. Seja como for, coincidência ou não, o fato é que no ano seguinte, 1985, Fredric Jameson embarcou para a China a convite da Universidade de Pequim – um divisor de águas, na opinião do pequeno círculo de jovens intelectuais chineses que puderam ouvi-lo. Uma viagem inadvertidamente filosófica ao encontro do referente preterido? Aliás, se, na antevéspera de seu eclipse de quase

Ponte Donghai, ligando Xangai e Yangshan, a maior ponte marítima do mundo quando inaugurada em 2005



dois séculos, a China deu o que pensar ao Iluminismo europeu, por que recusar às colossais dissonâncias de seu espantoso renascimento urbano a capacidade de despertar a *imaginação teórica* dos contemporâneos? Assim como a China tem pressa e está alterando a fisionomia do mundo em função dessa aceleração histórica, nada impede que se tente elevar este abalo sísmico ao plano do conceito, como se dizia na primeira hora do Discurso Filosófico da Modernidade, cujo ponto cego, visto agora em retrospecto, era justamente a China, e toda sua constelação asiática, considerada então uma sociedade sem história – Hegel *dixit*. Ambas estão de volta, a China e a História. Como ficamos? Não seria descabido retomá-las pelo seu *substrato espacial* – não por acaso negligenciado, para não dizer recalcado, por aquele mesmo Discurso inaugural.

Olimpíadas – antes de evocar este reencantamento bastardo do mundo como uma das características primordiais destes megaeventos performáticos, o sociólogo Maurice Roche não hesita em atribuir-lhes uma origem ancestral, a exibição coreografada do aparato militar de dominação: quem não gosta de uma parada? (*Mega-events and Modernity: Olympics and expos in the growth of global culture*. Londres: Routledge, 2000.) Pois é esta relíquia arcaica de máxima atualidade – que aliás se viu desfilar outro dia na Pequim Olímpica armada até os dentes, de novo paramentada para os 60 anos do Regime – que anima tais explosões midiáticas periódicas. Aliás o calendário importa, continua nosso autor. Num universo em que o espaço e o tempo são cada vez mais comprimidos – como se diz, pelo menos desde que David Harvey resumiu nestes termos, mas não só nestes, é claro, a “condição pós-moderna” –, a regularidade dessas demonstrações de força, sublimadas num sem número de ritos

sacrificiais oferecidos em cena aberta, se reveste da paradoxal e inestimável virtude de demarcar lugares, e distâncias, num ambiente global de espaços uniformes, intercambiáveis e descartáveis. Tais eventos, ao criar excepcionalidades transitórias – como as festas burguesas vitorianas que a cada estação lançavam sangue novo na circulação de riqueza e prestígio –, deixam no seu rastro localizações diferenciadas no espaço e no tempo, distinções graças às quais se abrem então novas fronteiras de acumulação. O calendário também conta noutra dimensão: o do controle social que sua previsibilidade propicia. Arrematado com antecedência numa bolsa de candidaturas milionárias, o megaevento carrega consigo um horizonte artificial, em cujo ponto de fuga um mundo beirando a anomia de tempos em tempos entraria nos eixos. No momento em que escrevo esta nota, o ano carioca de 2016 já desponta como antevisão de uma cidade fusional reconciliada à beira de um mar enfim despoluído.

Ensaios preparativos à abertura das Olimpíadas de Pequim 2008



Joe Chan

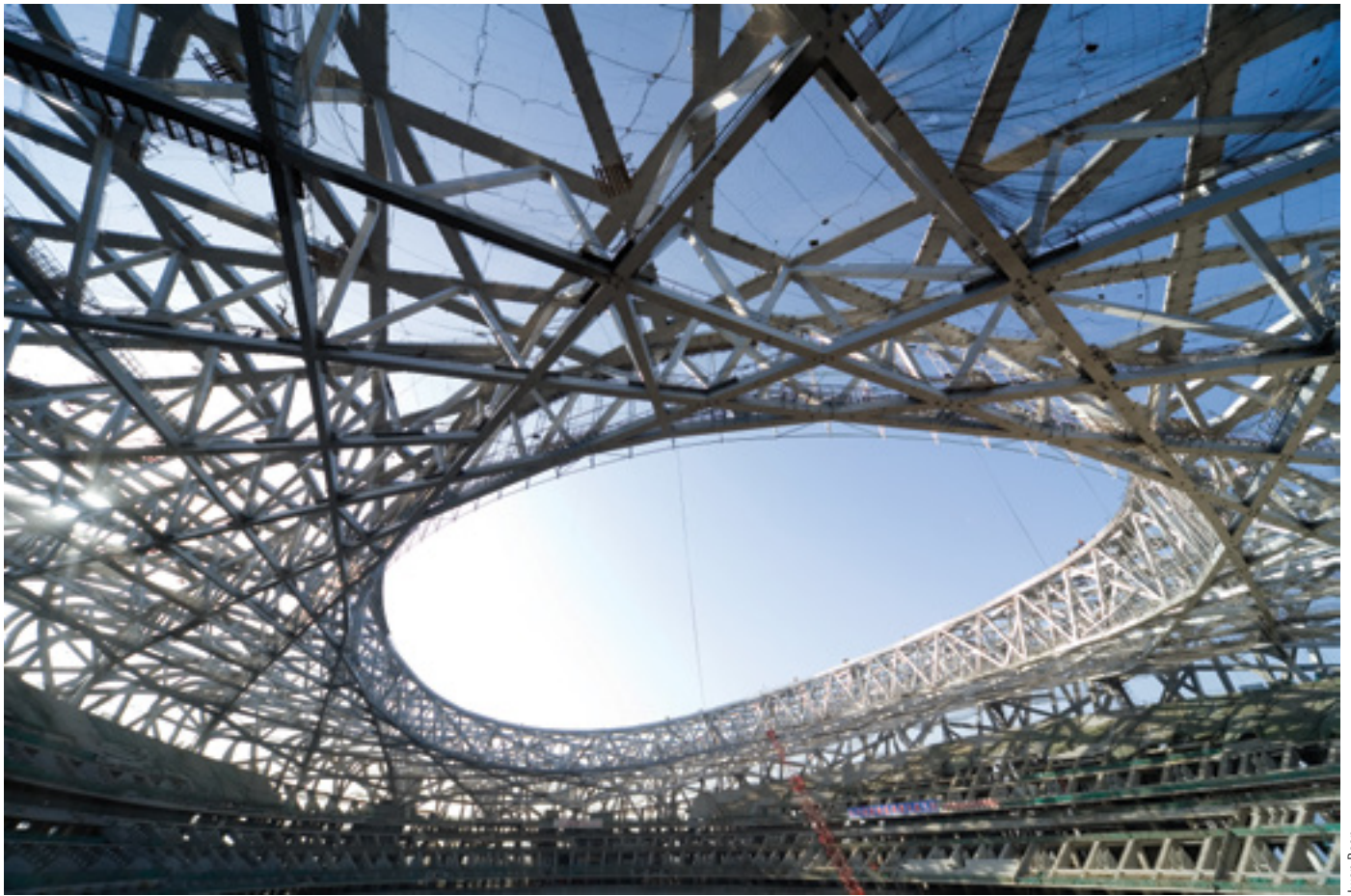


Ng Han Guan

Talvez se possa dizer, sem risco de errar, que a Nova China só passou a fazer parte do imaginário internacional muito recentemente, despertado por um megaevento de visibilidade máxima: o espetáculo feérico das Olimpíadas de 2008, que trouxe o país para o centro da cena mundial, e antes de tudo Pequim, com seus equipamentos vistosos e gigantescos, numa ostensiva exibição de recursos técnicos sofisticadíssimos. Desde já advirto que não é meu propósito estudar a deriva urbana de Pequim e Xangai do ângulo exclusivo dos megaeventos, para a realização dos quais, num determinado momento, se ajustaram ou desajustaram. Tais espetáculos são hoje parte da paisagem, cuja rotina – nada mais monótono do que a imensa “coleção de mercadorias” a que o mundo, agora único, finalmente se reduziu – são chamados a quebrar e afinal celebrar. Na forma de um drama – o que não falta são palcos, cenários e sobretudo a encenação do envolvimento da massa consumidora como o público desse teatro na escala do globo – algo como uma cerimônia ritual de apaziguamento e controle por meio da inoculação de doses colossais de aura e carisma na vida ordinária das multidões anestesiadas pelo sentimento da própria insignificância.

Feita a ressalva, é claro que iremos repassar as diversas materializações extravagantes do sonho olímpico de Pequim (e seu homólogo xangainês). No entanto, como sugerido, a proliferação do excesso urbano

26. Título de um ensaio de Anne-Marie Broudehoux, em Mike Davis e Daniel Monk (orgs.), *Evil Paradises, op. cit.*, por sua vez óbvia citação de *New York Delirious*, de Rem Koolhaas. De minha parte, aproveito a deixa para retomar o fio do argumento esboçado no ensaio anterior, “Ruínas do Futuro”.



Iwan Baan

Estádio Nacional em construção
Herzog Et de Meuron
Pequim

chinês ultrapassa tão desmedidamente o fogo de artifício periódico de tais megaeventos, que só a embriaguez do momento de fusão, entre os grandes negócios de uns poucos e a procissão de milagres que as populações esperam desses ritos de passagem, impede de ver o quanto a multiplicação indefinida de tais festivais é mera confissão de que no fundo já não há mais nada a festejar – salvo a sobrevida dos donos da festa. Sonhos Olímpicos²⁷. Sonhos precisamente capturados, e devidamente monetizados, pelas coalizões formadoras do “regime urbano”²⁸, que, em nota anterior, rerepresentamos na descrição de Molotch e Logan: as tais máquinas urbanas de crescimento, cuja versão chinesa – de resto para o mesmo processo avassalador de empresariamento da produção do espaço urbano –, como se viu, discrepa em mais de uma dimensão essencial. Os sonhos das elites chinesas de poder não são propriamente olímpicos, ou paroquialmente municipais – sem prejuízo dos negócios, o megaevento que lhes interessa é uma virada histórica para a qual a vitrine olímpica, sem deixar de ser estratégica, é um ornamento tanto mais decorativo quanto maior o ofuscamento produzido. Pequim 2008 e Xangai 2010 figuram no título do presente estudo como o que de fato são: uma etiqueta no mostruário.

Aliás, é preciso que se diga que o esforço em chamar a atenção para a capital chinesa começara já bem antes, justo após o massacre da Praça Celestial. Mantida em segundo plano no início dessa Nova Era de

27. Aliás, título de um livro americano sobre o impacto dos megaeventos na política local, no caso, das “cidades olímpicas americanas”, Los Angeles (1984), Atlanta (1986) e Salt Lake City (2002) (Cf. Matthew J. Burbank, Gregory D. Andranovitch, e Charles H. Heyning, *Olympic Dreams: The Impact of Mega-events on Local Politics*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001.)

28. A expressão “regime urbano”, adotada pelos autores citados acima, difundiu-se como designação genérica para as formas locais de governança e produção do espaço urbano, e que pode ser definido, na fórmula de C.N. Stone, como “arranjos informais que abarcam e complementam os procedimentos formais da autoridade governamental para mobilizar recursos, necessários para ‘negociar’ conflitos” (*The Study of Urban Regime*, apud Tingshwey Zang, *op. cit.*, p. 478).



Edward Revers

Shenzen, no Delta do Rio Pérola

A definição de Zonas Econômicas Especiais (SEZs), desde 1984, ou a definição do Plano Geral de Xangai, em 1986 (cf. a propósito Peter Rowe, em *Shangai, Architecture and Urbanism for Modern China*0. Munique: Prestel Publishing, 2004), anunciavam a grande transformação chinesa e o início das urbanizações aceleradas. O que viria realmente a acontecer com mais intensidade a partir da construção do distrito financeiro de Pudong, iniciado em 1991, e da febre edificatória que se segue (sem esquecer que já então estavam construídos a famosa torre Jim Mao e o conjunto com hotel e moradias de Portman), a ponto de Xangai chegar ao ano de 2000 com três mil torres, um emaranhado de autopistas elevadas, oito linhas de metrô (das vinte projetadas), uma das maiores pontes do mundo, ligando-a a duas ilhas do Delta do Rio Yangtze (aliás, as pontes vem-se multiplicando, em especial na região do Delta do Rio Pérola, ligando as cidades da região entre si e com Hong Kong), idem, aeroporto e porto, também dos mais modernos e maiores já construídos, numa cidade a se esparramar por 1,45 milhão de quilômetros quadrados, com um sistema multipolar e multiaxial de cidades satélites e subúrbios. Rosemary Richter, ao referir tais dados, chega à conclusão de que “em nenhuma outra cidade do mundo se construiu tanto, nem tão rápido, nem tão à margem das leis econômicas e da gravidade”. (Cf. “Al Rojo Blanco”, em *Arquitectura Viva*, n. 118-119, 2008, pp. 31 e 32.)

abertura para o mercado, quando as novas estratégias urbanas do país estavam inteiramente voltadas para as recém-criadas Zonas Econômicas Especiais – as cidades do Delta do Rio Pérola, ou mesmo Xangai, desde sempre o marco simbólico das modernizações chinesas –, Pequim voltou a ocupar o centro da cena. A partir do fatídico episódio de junho de 1989 era urgente reverter a imagem externa da China e, mais diretamente, a de sua capital, que devia mostrar-se ao mundo todo, também ela, e acima de tudo, como a expressão máxima das grandes transformações em curso. A partir de então, não foram poupados esforços e *yuans* (ou dólares, dá na mesma) de modo a desfazer a pecha de país autoritário e antidemocrático, reforçada por esse “incidente” em Tiananmen²⁹.

Assim, nos anos 90 e início do século XXI, a posição estratégica de Pequim é reavaliada e a cidade passa a ser alvo de toda uma política de transformações quase tão aceleradas quanto as demais, com o pretexto de candidatá-la a sediar as Olimpíadas: vultosos investimentos, infra-estruturas, renovação arquitetônica e mesmo urbana, com a definição, entre outras tantas iniciativas, de um grande eixo monumental, onde viriam a se situar os novos e aparatosos edifícios do *star system* arquitetônico internacional, para o que se convocou, não por mera coincidência, o filho do arquiteto de Hitler (como lembrado há pouco), algo como uma imensa pista olímpica, cujo ponto de fuga se situaria no infinito (na verdade, num Olympic Green, com uma área correspondente a três Central Park, a desmentir o descaso do governo chinês com o meio ambiente). Enfim, tudo na medida certa para apresentar-se ao mundo como

29. Para uma reconstituição do efeito produzido numa conjuntura que culminou no massacre da Praça da Paz Celestial, em junho de 1989, ver o artigo de Wang Ning, “The Mapping of Chinese Postmodernity”, em Arif Dirlik e Xunding Zhang, *Postmodernism and China*. Londres; Durham: Duke University Press, 2000. Ver ainda a coletânea de entrevistas e artigos, organizada por Chaohua Wang, *One China, Many Paths*. Londres: Verso, 2003; além dos ensaios do antigo editor da revista *Dushu*, Wang Hui, *China’s New Order*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

uma capital à altura do *Great Leap Forward* que, finalmente, a China pretendia estar dando.

Mais uma vez, uma empreitada como tantas outras no sentido de promover a imagem da cidade? E, no entanto, uma iniciativa quase sem precedentes, pois não se trata apenas de uma corrida em busca do troféu de uma *world city* a mais – à grande diferença dos tantos *renewals* urbanos mundo afora, aquilo a que se estaria na verdade assistindo seria, antes de mais nada, o esforço de forjar uma imagem enfaticamente positiva do país. Conquistar a simpatia internacional para um país que já era uma potência econômica, embora visto com desconfiança e até temor pelos demais países, especialmente pelas grandes potências ocidentais. A responsabilidade de Pequim-capital de uma nova China haveria de ser, assim, sem dúvida, desmesuradamente maior do que o de qualquer cidade aspirante a tornar-se uma cidade global: ela precisaria encarnar, de forma exemplar, tanto a identidade nacional quanto o cosmopolitismo que pudesse assegurar-lhe o passaporte ao mundo globalizado. Para tanto, era preciso reavivar, na memória de chineses e estrangeiros, passados dois séculos de humilhação e de pobreza, a grande potência que fora durante cinco séculos, da alta Idade Média europeia até meados do século XVIII, quando começou a revolução industrial. Mais ainda, convencer a todos de que os anos gloriosos estavam de volta, de que o salto para a frente da Era das Reformas era um fato, tão consistente quanto irreversível, e nada ameaçador – o que um evento lúdico de confraternização internacional propiciaria.

Não se tratava portanto, insisto, em apenas pôr a capital chinesa no mapa das cidades mundiais e, com tudo isso, atrair para ela investimentos estrangeiros que a transformassem num polo de tecnologia de ponta etc., afinal a corrida à China já começara com a virada de 1978, nem Pequim, com o seu perfil, jamais viria a ser uma *world city* em sentido estrito, mas era necessário alçá-la ao centro do mundo. Na verdade, Pequim precisava, antes de tudo, dominar o imaginário político, não apenas da Nação, mas do Mundo. E, para tanto, tinha que se tornar mais

Modernização de Pequim

Shohei Shigematsu



Mylena





Iwan Baan

do que nada um grande milagre midiático. Não por acaso, o maior delírio arquitetônico, a maior torre, aliás dupla, como um arco do triunfo fora de esquadro, uma janela para o céu, como queriam os seus arquitetos, mas também um mirante sobre a paisagem circundante, e não apenas do perímetro urbano, mas de toda a China, da Ásia e quem sabe do globo inteiro – mesmo que via satélite –, é a sede da CCTV, de autoria de Rem Koolhaas e Ole Sheeren. Uma estatal, nem poderia deixar de sê-lo, que aspira à posição de concorrente, em nível e amplitude, da BBC, e que pretende sinalizar ao mundo que é a hora e a vez da China. Uma conquista via imagem, algo como um império dos sentidos – não um poder que se afirme pelas armas (pelo menos por enquanto, nem teria meios para tanto), mas justamente na forma de um *soft power*, a insinuar que talvez tenhamos ingressado numa nova era e que o século XXI certamente será asiático. Trata-se, portanto, de uma cartada de alcance geopolítico, extraordinariamente mais ambiciosa do que um simples marketing urbano.

Não obstante, para criar esta contaminação via imagens, nada melhor do que um evento internacional, do qual participassem os países do mundo inteiro, o que, além de transmitir a todos esta nova visão da China, lhe concederia o aval que estava buscando do resto do mundo. O pretexto encontrado foi, ainda uma vez, como em tantas outras cidades ou países, os Jogos Olímpicos, num primeiro momento restrito aos XI Jogos Asiáticos, em 1990, afinal a rivalidade na região não era pequena além de secular. Mas era preciso chegar à Olimpíada Internacional. A candidatura para 2000 tendo sido derrotada (a decisão fora tomada em 1992, quando o massacre de Tiananmen estava ainda fresco na memória dos que detinham o poder de decisão, sem contar os outros interesses em jogo), o país teve de amargar mais nove anos de espera (a escolha para ser a sede das Olimpíadas de 2008 se deu em 13 de julho de 2001). Neste meio tempo, Pequim foi mudando de fisionomia, bairros inteiros foram reconstruídos, prédios antigos vieram abaixo (inclusive transformando em pó uma parte considerável do seu acervo arquitetônico), a cidade

nada mais era do que um verdadeiro canteiro de obras – mais um... Num primeiro momento, apesar do descaso com o patrimônio urbano – talvez resquício da política antiurbana anterior, que já havia depredado Pequim, como tantas outras cidades chinesas –, a virada tinha que se dar dentro do código local. “Chinesices” em construções que beiravam o *kitsch* apareciam por todo lado, numa maquiagem regional de uma arquitetura mal copiada dos grandes centros urbanos internacionais, mas que pouco a pouco foi cedendo lugar à “linguagem” internacional *tout court*. Já ao final da década começou-se a convocar as estrelas da arquitetura contemporânea – há algum tempo presente, diga-se de passagem, em outras cidades chinesas, especialmente em Xangai – para ajudar a projetar, nos vários sentidos, a nova Pequim. O primeiro grande projeto, extravagante para os padrões locais, foi o teatro em forma de grande cúpula em titânio e vidro, de Paul Andreu, próximo à fatídica praça. Levou vários anos até ser aprovado e concluído. Já os demais equipamentos olímpicos foram mais facilmente aceitos, a começar pelo grande estádio de Herzog & de Meuron, o edifício mais popular e logo batizado de “o ninho”. Afinal, nacionalismo à parte³⁰, ou por isto mesmo, era necessário mostrar que se estava entrando numa sociedade de mercado com capacidade de concorrer em todos os níveis, ou seja, que a modernização chegara para ficar.

Enfim, Pequim mudava de roupa e vários objetos chamativos iam sendo espalhados ao longo do eixo monumental, que foi se expandindo. Assim, da Cidade Proibida à Cidade Olímpica, os já referidos oito quilômetros à disposição das fantasias megalômanas alimentadas pelo *star system* da arquitetura. Algo que jamais Haussman teria sonhado, nem mesmo Hitler: incrivelmente “*much bigger!*” (nas palavras citadas há pouco, de Speer Jr.). E não apenas o imenso eixo com seus estranhos e disparatados objetos, ou mesmo a torre de Rem Koolhaas, a maior, a mais dispendiosa e a mais complexa já construída, mas já, de saída, o

30. Sobre o tema ver Peter Hays Gries, *China's New Nationalism, Pride, Politics and Diplomacy*. Berkeley: University of California Press, 2004.



Mylena Fiori

Teatro Nacional, ao lado da praça Tiananmen
Paul Andreu
Pequim

maior aeroporto do mundo, projetado por ninguém menos que o mandarim da arquitetura *high tech* há quase meio século: Sir Norman Foster. Sem falar no metrô. E por aí afora. A fórmula era conhecida, mas talvez não nesta escala, nem exatamente com o mesmo sentido, novos parâmetros espaciais e temporais entravam em jogo, tanto quanto políticos, ou geopolíticos – é ao menos o que estamos querendo compreender nesta breve incursão por Pequim, vista do pódio de 2008.

Recapitulando: as iniciativas foram muitas e em vários planos. Como na máxima modernista, iam do talher à cidade³¹. Se o *starting*, como dizíamos, havia sido dado pela necessidade de reversão dos efeitos, em plano internacional, do massacre de 4 de junho, na verdade foi a pretensão de ser sede da Olimpíada Internacional de 2000 que a levou a assumir uma dimensão e velocidade compassadas com os outros grandes centros empresariais e financeiros do país, logo reorientadas para as comemorações do cinquentenário da Revolução em 1999, habilitando-a finalmente às Olimpíadas de 2008.

31. *Strictu senso*, não só porque os ambientes domésticos foram modernizados, com a introdução de mobiliário ocidental, cozinha em inox, aparelhos eletrônicos, como também os exteriores, o mobiliário urbano, as luminárias, os próprios jardins, pré-desenhados e quase artificiais, onde as árvores já eram plantadas “adultas”. Com a renovação ocorrida, a própria atividade dos designers locais se expandiu: dos cartazes de propaganda do período maoísta passaram a redesenhar objetos, roupas, ambientes, e mais, passaram a criar grupos, escritórios e mesmo empresas de consultoria de design, quase todos imbuídos da intenção de fazer da China uma marca, recolhendo e reciclando elementos da tradição chinesa de modo a criar um novo espírito com caracteres antigos. Cf. a propósito Tim Adams, “Made in China, la Reinención del País a través del Diseño”, sobre exposição no Museu Victoria and Albert, de Londres, em *Arquitectura Viva*, *op. cit.*, pp. 148 e 149.



Grande Eixo, da Cidade Proibida à Cidade Olímpica
Pequim



Aeroporto Internacional de Pequim
Norman Foster

Liang Sicheng (1901-1972), formado pela Universidade da Pensilvânia e, no final dos anos 40, conselheiro da ONU em Nova York, conviveu com os maiores arquitetos da época, inclusive com Le Corbusier, o que o levou, desde antes da revolução, a empenhar-se na modernização da arquitetura na China e de seu ensino (tendo chegado a criar uma faculdade nos moldes da Bauhaus e a escrever uma *História da Arquitetura Moderna Chinesa*), ao mesmo tempo em que batalhava pela preservação das tradições (juntamente com sua esposa Lin Huiyin, realizou também uma pesquisa que durou quize anos – 1930-1945 – fazendo o levantamento exaustivo dos monumentos históricos da China). Esta combinação do moderno com o tradicional o levou a propor e projetar uma nova arquitetura que fosse, acreditava ele, mais adaptada ao país. No entanto, apesar da importância que teve, inclusive no próprio redesenho da cidade pós-Mao, apenas conseguiu minimizar o desastre. Se em 1958 se podiam contar, em Pequim, ainda oito mil edifícios históricos, quarenta anos depois estavam reduzidos a 78 (Cf. dados em Chantal Béret, “Polarités chinoises. Entre époque et mémoire”, em *Alors, la Chine?:* catálogo. Paris: Centre Pompidou, 2003. pp. 222 e ss., 2003).

Para se ter uma ideia do salto à frente da capital chinesa, talvez devêssemos relembrar brevemente o que foi na era Mao, quando o retorno ao campo, imposto pelo governo central, provocou um verdadeiro êxodo (forçado, é bom lembrar) e a consequente degradação de todas as cidades chinesas, entre as quais a própria Pequim. Embora sede do governo, ficou restrita a alguns prédios monumentais, conjuntos habitacionais – no pior estilo – e uma zona fabril, sob a supervisão de alguns arquitetos da União Soviética e da Alemanha do Leste. Foi assim sendo destruída, para ser reconstruída, boa parte da velha cidade, com sua história. Segundo o novo governo, expressão dos regimes anteriores, inclusive do último, derrotado pela revolução, de Chiang Kai-shek, e dos quais era necessário apagar todos os rastros, sem fazer concessão aos ornamentos tão ao gosto da burguesia ocidental. Segundo Jasper Becker³², a intenção de Mao era a demolição inteira da cidade antiga, o que só não ocorreu pela resistência de muitos, especialmente do conhecido arquiteto Liang Sicheng, defensor tenaz do patrimônio arquitetônico, pelo qual zelou mesmo durante o regime comunista, do qual chegou a participar como diretor da Comissão de Planejamento Urbano. Foram em vão, por exemplo, seus esforços no sentido de não serem destruídas a muralha e as cinco portas de Pequim, como foi sua batalha por criar uma área especial para a instalação do centro administrativo fora do centro antigo, de modo a não desfigurá-lo. A proposta não foi aceita pelo partido, e os prédios monumentais – ao todo dez grandes projetos, dentre os quais se

32. *City of Heavenly Tranquility*. Oxford: Oxford University Press, 2008.



Palácio da Assembleia do Povo, 1959
Bo Zhang e Dongri Zhao
Pequim

Estação Central de Pequim, 1959
Tingbao Yang

Estádio dos Trabalhadores, 1959
Instituto de Projeto da Cidade de Pequim

destacam o Palácio do Povo e o Museu da História da Revolução –, predominantemente neoclássicos, embora por vezes com alguns detalhes de arquitetura chinesa, acabaram dominando a paisagem.

De uma arquitetura com “forma” nacional e “conteúdo” social (conforme eles próprios a definiam), ou do assim chamado “realismo socialista” (década de 50), passou-se a uma arquitetura de “expressionismo político”: prédios ornamentados com emblemas nacionais, bandeiras vermelhas, retratos de Mao Tse Tung, altos relevos recontando a história da revolução, slogans revolucionários etc.³³ As moradias, por sua vez, foram modernizadas, mas seguindo o receituário já adotado pelos países do leste: blocos cinzas de concreto padronizados, entregues a engenheiros, reduzidos a quatro e, finalmente, nos anos 70, a apenas dois modelos básicos de moradia, a serem reproduzidos. Aliás, a estandardização e o uso sistemático de elementos pré-moldados chegaram ao ponto de tornar indiscerníveis residências, hospitais, prisões ou fábricas, conforme observa o autor que estamos citando³⁴.

Foi nesta paisagem cinzenta e depressiva, ou grandiloquente e opressiva, que começaram a se alastrar as insatisfações de toda ordem, entre as quais não devia deixar de pesar a precariedade da habitação (melhor dito, das condições de vida em geral na cidade, para uma população que não se beneficiava com as mudanças anunciadas), e que culminariam nas manifestações de 1989 – já em plena fase de “abertura”, ao menos para o mercado. Era urgente que o país mudasse o *lay out* de sua capital. Aliadas ao empreendedorismo que tomava conta do país, as administrações, central e de Pequim, começaram portanto a mudar-lhe a imagem e, com ela, o papel da cidade no país e no mundo.

33. Cf. Zhu Jianfei, “Vers un moderne chinois”, em *Alors, la Chine?*, *op. cit.*, pp. 194-195.

34. *Idem*, pp. 276-281.



Massacre na Praça Tiananmen, 1989

ao lado
Praça Tiananmen



Anne-Marie Broudehoux, em seu livro sobre Pequim pós-Mao reconta esta história, exemplificando-a com as transformações de apenas uma Avenida, a principal, mais tradicional e mais popular de Pequim, uma espécie de mercado ou mesmo de enclave transnacional, onde se concentravam o maior mercado popular, as lojas, os restaurantes e principais serviços, salas de espetáculos e uma das maiores livrarias do mundo: Wangfujing e seu entorno, no distrito de mesmo nome. Símbolo do cosmopolitismo de Pequim, espécie de “janela para o mundo”. A história de Wangfujing é, pretende Broudehoux, a história do encontro de Pequim com a modernidade. Seguindo os passos da autora, passo a narrá-la brevemente, com o intuito de elucidar um pouco este caráter dúplice de Pequim moderna e colonizada, rica culturalmente e pobre socialmente, até chegarmos ao auge das transformações ou da construção destrutiva e da cidade e da cultura³⁵.

Marcada desde pelo menos a Segunda Guerra do Ópio (1860) pela presença europeia, Wangfujing foi sede tanto de um destacamento militar internacional permanente, como da igreja jesuítica portuguesa São José, a primeira igreja católica no país (depois substituída, em 1904, pela Catedral de Pequim). Ao mesmo tempo, tornou-se o lugar por excelência de encontro dos estrangeiros que vinham comprar seda, sapatos, relógios, máquinas fotográficas, joias – e isto até os anos 20-30. Foi por isto mesmo a primeira rua pavimentada de Pequim, em 1905, e asfaltada em

35. *The Making and Selling of Post-Mao Beijing*, op. cit.



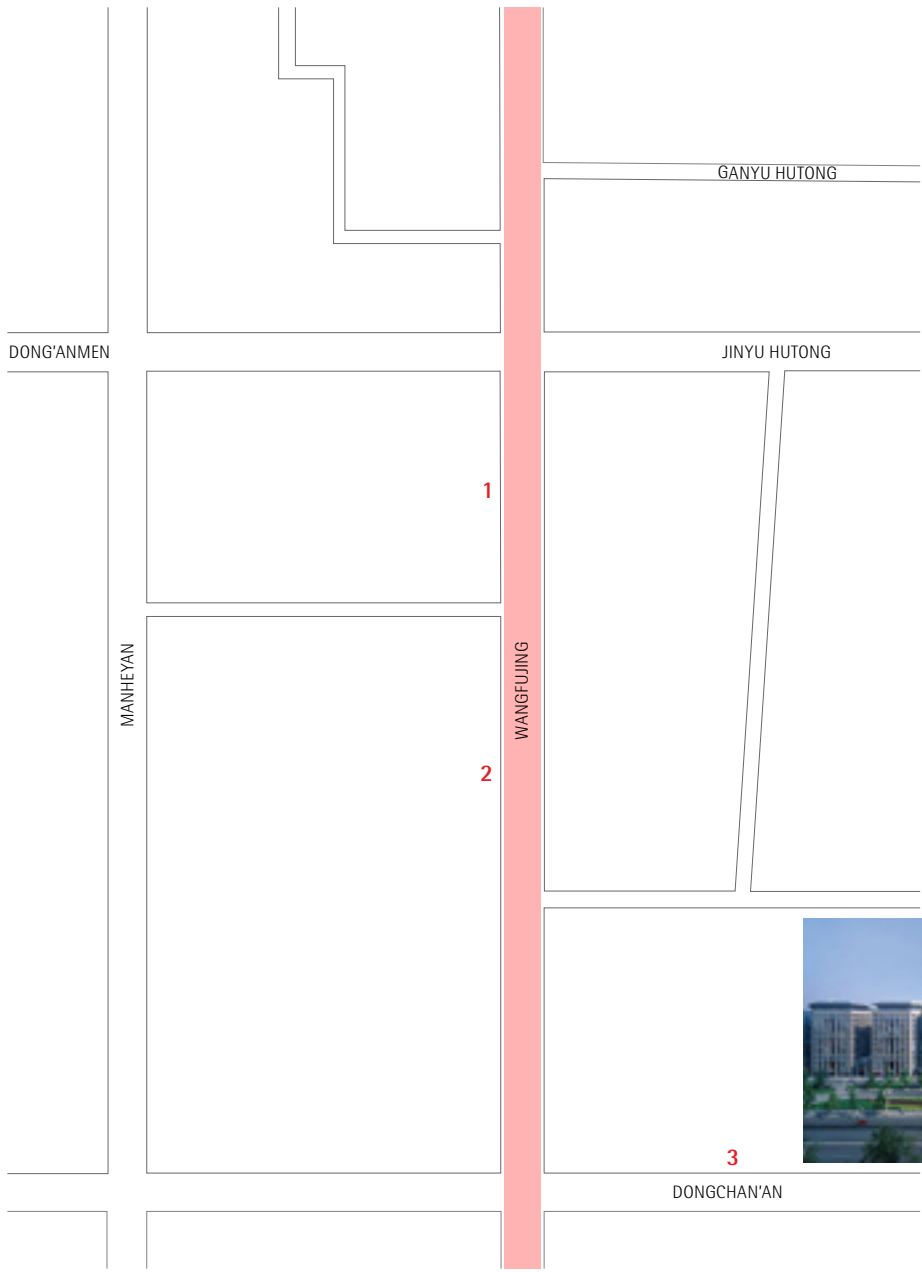
Igreja São José/Catedral, século XVII
Pequim

1928 (quando a capital foi transferida para Nanquim, o que representaria um golpe para a economia local). Foi também, além da Cidade proibida e do Quarteirão das delegações estrangeiras, a primeira a ter instalação elétrica. Sediava a Escola e Centro Médico, de medicina moderna, construída por Harry Hussey (arquiteto canadense) e financiada pela Fundação Rockefeller. Mas, além de centro de residentes e consumidores estrangeiros de alto poder aquisitivo, era também um lugar que a população comum frequentava para se abastecer em seu dia a dia. Uma das mais antigas e famosas instituições comerciais era justamente o mercado popular Dong Na Bazaar, que chegou a abrigar 267 lojas e 658 stands no início dos anos 30. Tinha fama de vender produtos de qualidade a baixos preços. Ajudou, além do mais, a transformar Wangfujing num centro de entretenimento que abrigava divertimentos vários, chineses ou ocidentais, casas de chá, grupos de cantores amadores, bilhares no interior do próprio mercado, mágicos e acrobatas que se apresentavam no hall aberto, e todo tipo de performances, ao custo de poucas moedas. Bem próximo, o mais importante centro de entretenimento, o Teatro Jixiang, famoso principalmente pela Ópera de Pequim que aí se apresentava e por seu mais conhecido performer, Mei Langfang (1894-1961).

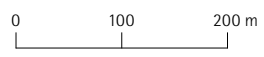


Centro Médico, 1926
Pequim

Com a transferência da capital e depois, com a ocupação japonesa (1937-45), quando lojas japonesas vieram substituir as anteriores e, por exemplo, o Centro Médico transformou-se em Hospital militar japonês, Wangfujing começou a perder o seu brilho. Assim, quando o Partido Comunista tomou o poder em 1949, o seu caráter internacional e variado já havia dramaticamente se transformado, constata Broudehoux, descrevendo a seguir os efeitos devastadores da Guerra da Coreia que acabou por esvaziar a área, a começar pelo mercado, e, finalmente, os abalos provocados pela Revolução Cultural, que imediatamente tratou de mudar o nome do mercado e da rua, que passaram a chamar-se respectivamente Mercado do Leste e Rua do Povo. Apesar de tudo, como ressalva a autora, independentemente das adaptações ideológicas, continuou sendo o centro comercial e cosmopolita mais importante de



Eve Andersson



Pequim na era Mao, acrescido inclusive do primeiro *shopping*, ao qual acorreram 160 mil consumidores no dia da inauguração, em 1954. Mas as novas e mais radicais transformações ocorrerão a partir da política de “portas abertas” de 1978, em especial a partir da prosperidade maior dos anos 80, quando, de um lado, aumentou a exigência de qualidade dos consumidores e, de outro, a necessidade de rapidamente se “modernizar” e se abrir aos investidores estrangeiros. O primeiro e simbólico empreendimento novo a vir se instalar, como não poderia deixar de ser, foi uma loja do mais conhecido *fast food* americano, o McDonald’s, logo transformado em ícone da nova cidade e do emparelhamento da China com a cultura ocidental.

As grandes mudanças, contudo, ainda estavam por ocorrer: a reconstrução do velho mercado, que voltou à denominação original, e a destruição de parte das edificações mais antigas para dar origem ao imenso complexo Oriental Plaza – um misto de grande especulação, iniciativa privada e conivência governamental, além da corrupção, também em grande escala. Tudo isso com uma arquitetura pseudo pós-moderna, que vem de encontro à ambição de tornar Wangfujing algo como um Centro Empresarial, e de conseqüentemente alterar as atividades, de acordo com o gosto ocidentalizado da nova elite, destruindo tudo o que restava de cultura tradicional, a Academia de Belas Artes, as galerias, o teatro Jixiang, que foi fechado, transferindo a Ópera de Pequim, considerada decadente, bem como a Universidade instalada próximo dali, juntamente com a maior livraria, a Xinhua (em parte para abrir espaço ao Oriental Plaza), e não apenas para dar lugar a *shoppings* e escritórios, mas a *fast foods*, karaokês, danceterias e outros tantos novos entretenimentos.

Assim, o exemplo mais eloquente da renovação de Wangfujing e dos novos grandes negócios da China talvez tenha sido, por tudo isso, o Oriental Plaza. Na ocasião, um empreendimento imobiliário orçado em dois bilhões de dólares – financiado por investidores de

Hong Kong³⁶ – representava o maior projeto de incorporação civil na Ásia: um complexo de *shoppings*, apartamentos de luxo, hotel e escritórios, sob a “tutela” do prefeito de Pequim, Chen Xitong. Ao mesmo tempo, uma das histórias mais escabrosas da Era das Reformas, que vale recontar um pouco mais detalhadamente, utilizando ainda as informações contidas no texto de Broudehoux. Um edifício gigante, que deveria ocupar nada mais nada menos do que quinhentos metros de extensão e duzentos de profundidade, um único bloco de 78 metros de altura, em contraposição aos trinta permitidos, sem falar nos custos, quarenta vezes superiores ao valor a partir do qual qualquer construção deveria ser submetida ao Bureau Central de Planejamento – o qual, embora não tenha sido consultado, nem pela prefeitura de Pequim, nem pelos empreendedores, foi acionado por alguns opositores ao projeto, obrigando a sua suspensão imediata, em novembro de 1994. Alguns meses mais tarde, contudo, o consórcio de Hong Kong apresentou um novo projeto com a escala um pouco alterada, mas novamente o processo foi interrompido, agora pelo vazamento de um grande esquema de corrupção envolvendo Chen Xitong e seus associados. Eles teriam recebido mais de 37 milhões de dólares de propinas do milionário Li Ka-shing, líder do consórcio investidor, a fim de evacuarem a área residencial para a construção do Oriental Plaza. O prefeito, que já num primeiro momento havia enfrentado o próprio McDonald’s, que possuía uma concessão de vinte anos e se recusava a aceitar a ordem de despejo, logo a seguir, os próprios moradores e comerciantes da área, após o escândalo das propinas, acabou sendo preso e condenado a dezesseis anos de prisão.

Durante dois anos ao menos, o projeto esteve congelado, e o Comitê Central de Consulta Política, órgão regulador composto de representantes de oito partidos, entre eles, do “majoritário” PCC, redigiu uma declaração condenatória do empreendimento, alegando que a revisão proposta, seccionando em três blocos o projeto original, na verdade não

36. Como aliás vários outros novos empreendimentos, seja na área da construção, seja na instalação de novas indústrias.



Oriental Plaza, 1999
Rua Wangfujing, esquina com
a avenida Dongchan'an
Pequim

Rua Wangfujing, ao lado do Oriental Plaza



alterava a impressão de um único e colossal edifício, desviando a atenção dos demais no entorno, justamente construções e espaços históricos ou administrativos – afinal se tratava do centro de maiores referências simbólicas da capital chinesa –, bem como de seu eixo monumental. Deploravam também a arquitetura e o impacto negativo para a imagem internacional da cidade, inclusive por sacrificar sua herança cultural em benefício apenas do interesse monetário dos investidores, fixando-se no lucro a curto prazo e ignorando o impacto a longo prazo para a antiga capital. Tudo isto acabou gerando um grande debate em torno da arquitetura moderna chinesa e, como refere nossa autora, do dilema modernização/tradição, influências chinesas e ocidentais, ou ainda, até mesmo, ideologia socialista ou capitalista.

O maior opositor à construção naquele local e naquela escala foi Liang Congjie, justamente o filho de Liang Sicheng, citado há pouco, e que se batera em vão pela preservação do centro cívico já nos anos 50. Mas, apesar das vozes contrárias, a resposta veio em junho de 1996, do mesmo Conselho, aprovando agora o projeto, com pequenas alterações de escala. Ou seja, aumentando a distância entre os blocos e mantendo alturas de 49, 59 e 68 metros – portanto bem acima do limite até então em vigor, de trinta metros. Porém, enquanto a oposição ao megaprojeto de Li Ka-shing parecia falar sozinha (o próprio McDonald's chegara a um acordo, transferindo-se para outro local da avenida), um terceiro incidente viria a ocorrer: a descoberta pelos operários, em meio às escavações, de vestígios de um sítio arqueológico do período paleolítico, fornecendo mais um motivo para a interrupção da obra. Esse também logo foi resolvido de forma a mais pragmática: a criação de um espaço de exposição no interior do Oriental Plaza, um museu arqueológico que deveria ter quatrocentos metros quadrados, mas que acabou relegado ao terceiro piso inferior, ao lado da estação de metrô.

Os protestos continuaram, inclusive já fazendo concessões e propondo que ao menos a altura dos prédios não excedesse quarenta metros, embora aceitando que os investidores fossem ressarcidos através

Rua Wangfujing
Pequim



da liberação de outras áreas da cidade. Mas nada impediu o prosseguimento da obra, que em seu pico chegou a empregar vinte mil operários e deveria ficar pronta o mais rápido possível, para ser exibida no cinquentenário da revolução, em 1999. O que de fato ocorreu, e com o Oriental Plaza como a mais evidente imagem da nova Pequim, capital do mundo dos negócios, pretensamente sociedade de mercado e socialista. Para alguns mais pessimistas, como assinala Broudehoux, embora Hong Kong tivesse sido reintegrada desde 1997, na verdade o que se via era o inverso: Hong Kong é que estava impondo-se à China, ao menos no plano dos negócios. Num primeiro momento, era o que parecia estar ocorrendo, e o empreendimento de Li-Kashing (membro, junto com outros grandes empresários, do comitê que preparou a transição para a integração de Hong Kong à China) era um exemplo palpável disso; não por acaso as novas cidades do Delta do Rio Pérola foram construídas nas imediações do antigo protetorado britânico. Aliás, as empresas de Li-Kashing foram responsáveis, após o “êxito” do Oriental Plaza, pela construção de infraestruturas, escolas, postos de saúde etc. A porta fora arrombada, e logo viriam também americanos (em parte oriundos da própria diáspora chinesa) e europeus, diversificando e internacionalizando em maior escala tanto a arquitetura (nesta área qualquer coisa representaria um avanço, diante do desastre arquitetônico do Oriental Plaza) como os negócios, embora as grandes incorporadoras e empreiteiras continuem até hoje sendo de Hong Kong e Macau. A mão de obra, esta, migrante, e por isto mesmo esfolada até o osso, privada dos direitos corriqueiros de um munícipe, vivendo à margem (em todos os sentidos) das cidades que constroem, é nacional, oriunda das profundezas da China rural e “arcaica”.

O dilema mencionado por Broudehoux estava longe de ser resolvido com as medidas adotadas. Ao contrário, a dualidade, quando não se aprofundava, era em geral “resolvida” em detrimento do polo mais fraco – seja da população, seja da cultura local –, sem falar no caráter caótico que foram assumindo as cidades chinesas, inclusive Pequim, com seu plano em anéis, eixos, e as imensas áreas de ruelas

e *hutongs* típicos. Grandes empreendimentos, como o Oriental Plaza, ou mais adiante os grandes projetos, do Teatro de Andreu aos equipamentos olímpicos, o alargamento de ruas e avenidas, foram aos poucos destruindo as edificações mais antigas, as casas-pátio históricas, as *sheyuan*, ou os *hutongs*³⁷, e desfigurando o tecido originário. Populações aos milhares eram deslocadas: fala-se em trezentos mil só na área do eixo e dos novos empreendimentos, mas é uma cifra de 2004, a que chegou a agência Center on Housing Rights and Eviction, e que pode ter sido ultrapassada de muito³⁸. As medidas, para variar, draconianas e, como sempre, os mais pobres e com habitações mais precárias ficavam sem recursos suficientes para se realojarem. Alguns dos conjuntos habitacionais se ergueram sobre a própria área dos velhos *hutongs*, mas não abrigavam todos os antigos habitantes da região. A renovação da cidade, que contemplou muito poucas edificações de valor, como a Estação Central ou o Salão do Povo (*Remnin Dahuitang*), conservadas e restauradas para as comemorações do cinquentenário da Revolução, foi se acelerando com a aproximação da Olimpíada, a ponto de transformar Pequim em algo que o urbanista Deyan Sudjic descreveu como “um campo de batalha medieval concebido na escala épica japonesa”³⁹. O lema *demolir para construir* nunca foi levado tão a sério, como aliás já ocorrera em outras cidades chinesas, a começar por Xangai.

37. Os poucos *hutongs* originais que ainda restam, com suas ruelas de pequenas residências e pequenos negócios, onde só se circula de bicicleta, destoam frontalmente da Nova Pequim e logo deverão dar lugar a outras construções mais adequadas à paisagem reinventada pelos empreendedores imobiliários, apesar de alguns deles terem sido preservados e restaurados como atração turística, incluindo hotéis e restaurantes de alto luxo (lê-se no *OESP*, de 3 ago. 2008, que o Han’s Royal Garden, no *hutong* de Quinlao, tem diárias a oitocentos dólares! – cf. matéria do enviado especial, Eduardo Maluf).

38. Cf. Broudehoux em capítulo cit. de *Evil Paradises*.

39. Citado por T. Campanella no número especial da *Arquitectura Viva* sobre Pequim Olímpico, número cit. p. 37. Cf. também a descrição que faz o autor das transformações ocorridas com vistas às Olimpíadas, pp. 36-47.

Mao Tse Tung dizia que “sem destruir não se constrói; com a palavra destruir em mente já se está construindo” (*Apud* Li Xianting, “Une imitation sarcastique”, em *Alors la Chine?*, *op. cit.*, p. 111). Zhu Jianfei, em texto já citado do mesmo catálogo, afirma que “o ritmo e amplitude do desenvolvimento são tais que as cidades se transformam em canteiros: por toda a parte se demole e se reconstrói, e os novos edifícios se multiplicam a toda velocidade [como se vê, um termo chave em todas as descrições a respeito das transformações ocorridas na China]. Esta expansão rápida da arquitetura da melhor qualidade [?!] e da disparidade de ganhos e estilos de vida produz uma diferenciação radical de espaços, uma ‘heterotopia’ mais violenta do que aquela imaginada por Michel Foucault (no final dos anos 60) ou os teóricos do pós-modernismo no Ocidente” (p. 196). Outro discurso ideológico, que procura justificar tanto a destruição quanto a precariedade das construções e a utilização proposital de materiais perecíveis, é o da “fidelidade” ao espírito da arte e da cultura chinesa, ou seja, à estética do efêmero, onde tudo aparece e desaparece (como numa pintura ou numa paisagem), onde tudo se transforma indefinidamente. Por exemplo, os *Bamboo projects* de Chang Yung Ho, onde a resposta a uma situação ecológica e contextual é associada a uma postura mitológica de sujeição às transformações da paisagem, e, portanto, de certa maneira, construir a cidade é produzir uma espécie de *built obsolescence*, numa quase continuação da paisagem (cf. Chantal Béret, *op. cit.*, pp. 224-225).

E tudo isto, ao menos no que diz respeito aos projetos de maior visibilidade, sob a condução dos engenheiros ingleses da Ove Arup & Partners: o “cubo” aquático, o “ninho”, a CCTV e as estruturas do aeroporto projetado pelo escritório de Sir Norman Foster.



Andy Wong



Antigas ruas de comércio no centro de Pequim, próximas a Da Shi Lan

Ruas Quianmen e Da Shi Lan, principais ruas comerciais do centro de Pequim, depois de sua remodelação

Fotos Mylena Fiori

fotos China Daily





Fotos Mylena Fiori

Moradores em meio aos escombros das casas demolidas para a remodelação do distrito de Da Shi Lan

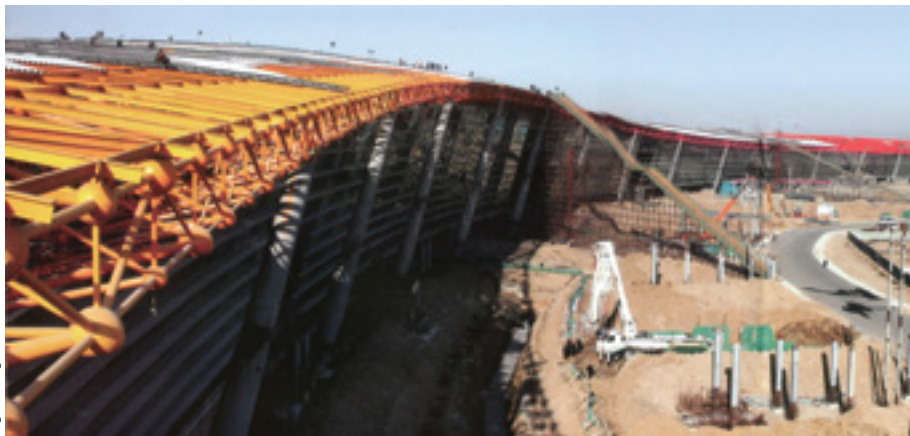


Suficientemente divulgadas e comentadas, pouco há a acrescentar sobre as obras citadas. Mesmo assim, alguma recapitulação sempre ajuda. Começando pelo lugar de chegada, o Aeroporto de Pequim, já na forma, uma grande alegoria: um dragão voador, metálico nas cores da cidade proibida (ao todo dezesseis tons, do vermelho ao amarelo). Com um projeto de 1,3 milhões de metros quadrados, o maior do mundo, e que foi construído em apenas quatro anos, tendo ocupado até cinquenta mil operários (trabalhando três turnos por dia, 24 horas, sete dias na semana), declara Foster ter conseguido inovar em termos de eficiência, conforto e sustentabilidade, aproveitando materiais locais disponíveis e conhecimentos autóctones a baixo custo (!). De fato, as soluções plásticas e funcionais encontradas não deixam de ser engenhosas, a começar pela forma, entre um dragão e um gigantesco abanador, a iluminação zenital, filtrando a luz através de aberturas que lembram escamas, voltadas para sudoeste de forma a maximizar o ganho de calor desde as primeiras horas da manhã. As paredes de lâminas finas e painéis de vidro ajudam a dar o máximo de luminosidade e transparência ao interior, poupando energia. Tudo na devida medida? Ou estamos diante de mais um *show case* desmesurado, a um custo exorbitante de aproximadamente dois bilhões de dólares? Como em relação a tantas infraestruturas superdimensionadas, não se sabe se se trata de uma visão prospectiva ou apenas de grandes “negócios” para grandes clientes, a começar pelos consumidores de imagens, embasbacados diante da fartura que as cifras traduziriam. Do mesmo modo que os prédios se perdem nas alturas, cada vez mais altas, se é que se pode falar assim, como meras carcaças à

Aeroporto Internacional de Pequim
Norman Foster

Na fase de sua construção, com a vila de operários migrantes, e concluído

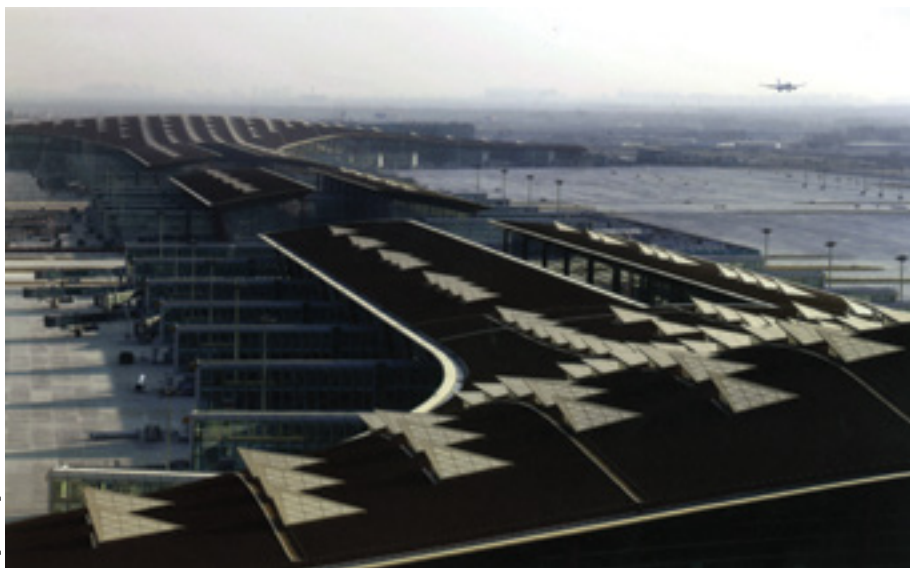
Nigel Young



Iwan Baan



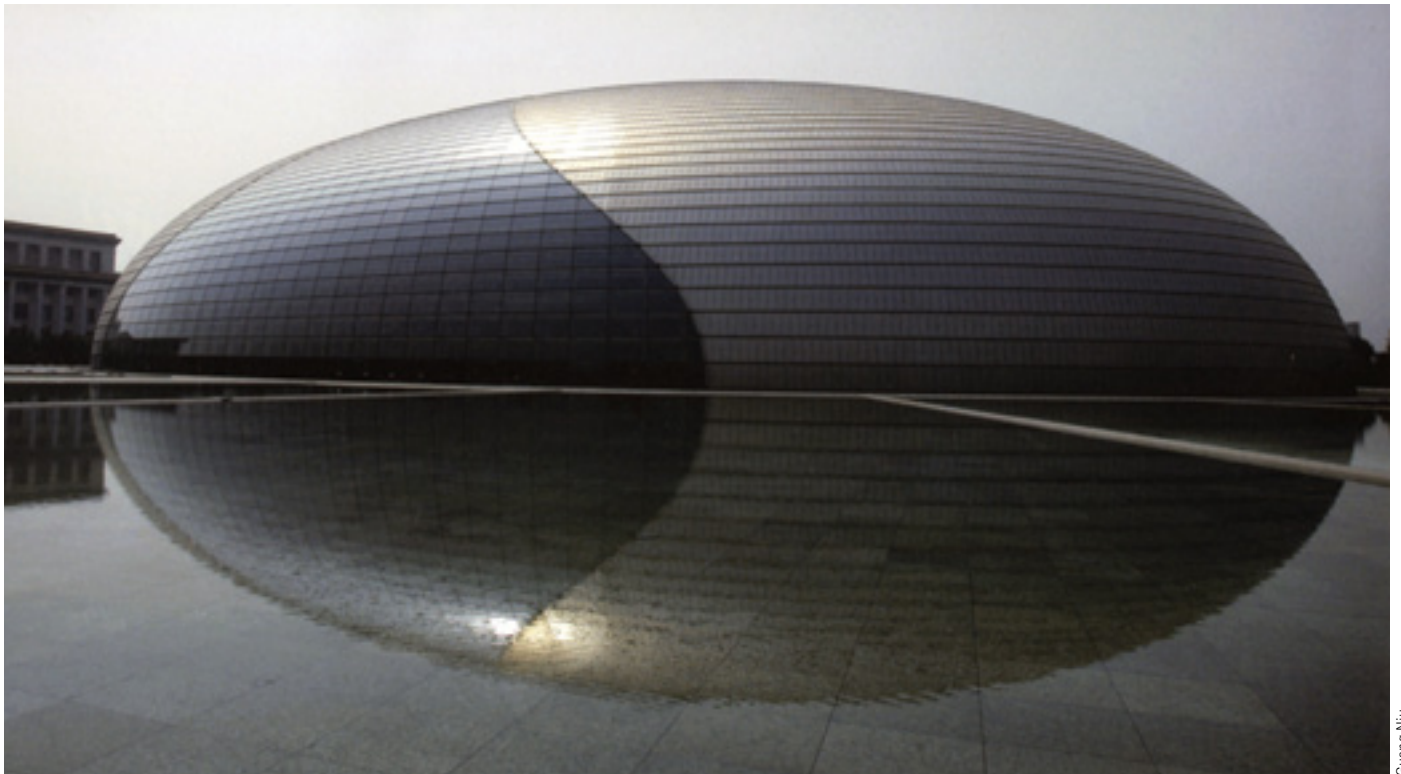
Nigel Young





Andy Ryan

Grande Teatro Nacional de Pequim
Paul Andreu



Guang Niu

espera de um sopro de vida, ou seja, de uma população de locatários que parece não chegar nunca. Mas voltemos aos grandes projetos olímpicos.

Antecipando, um “ovo” – não exatamente o de uma avestruz, os chineses preferem compará-lo ao de uma tartaruga, que, não por acaso, desovou logo ao lado da Praça Tiananmen –, aliás, diga-se de passagem, sob protestos veementes da população que pela primeira vez havia sido chamada a opinar sobre um projeto. Projeto este, destinado a contrabalançar a extinção de vários espaços culturais pela remodelação urbana que vinha acontecendo devido principalmente aos preparativos para os festejos de 1999, além de colocar Pequim à frente da onda que vinha espalhando pela China inteira teatros de ópera, motivada pelo sucesso da nova Ópera de Xangai, por Charpentier: um imenso teatro “popular”, o maior de todos, como não poderia deixar de ser. Aberto o concurso internacional, com um júri de dezoito arquitetos (catorze chineses) e um “comitê de propriedade” com membros do governo, dos nove finalistas deviam ser escolhidos três, mas o comitê, bem como Yang Zemin, logo se decidiram pelo projeto de Andreu (antes uma caixa que evoluiu para a forma de uma cúpula), apesar da opinião contrária dos arquitetos, seja devido ao custo (a nada irrisória quantia de 350 milhões de dólares), seja pela inadequação ao contexto. Num gesto sem precedentes, conforme relata Thomas Campanella⁴⁰, funcionários do governo apresentaram as quarenta e quatro propostas ao público, que escolheu o projeto de Isosaki, o qual também tinha a preferência do júri de arquitetos. Mas a votação não foi levada em conta, a rivalidade China/Japão e outros interesses não revelados acabaram por dar ganho de causa à solução de Paul Andreu, que ficou alguns anos engavetada e levou vários outros para ser concluída, já na antevéspera das Olimpíadas. Trata-se, como lembrado, de uma grande cúpula envolta em titânio e parte em vidro, que surge em meio a um lago, com 144 metros de largura e 46 de altura, três salas de espetáculo, espaços de exposição, um foro aberto, interno, com ruas, praças, restaurantes, e outras atividades, de modo a assegurar

40. Em *Arquitectura Viva*, *op. cit.*

ao conjunto – ao menos é o que pretende o arquiteto – uma dimensão pública e não apenas elitista. Apesar disto, sua entrada é invisível: respeitando seu caráter “abstrato e enigmático”, ela se dá através de uma passarela de vidro transparente, submersa em seu espelho d’água, de modo a simbolizar a passagem da vida diária (árdua por certo) para “o espaço quimérico do mundo da cena” (ainda nas palavras do autor⁴¹).

O projeto central do evento e o mais popular, pelo seu formato que imediatamente foi comparado a um ninho de pássaro, é sem dúvida o Estádio Nacional, onde se dariam a abertura e os principais jogos, construído ao lado do eixo monumental e próximo ao Parque Olímpico, onde se situou a maioria dos equipamentos para os jogos. Novamente um concurso internacional trouxe vários arquitetos de renome para a China, mas a dupla suíça – Herzog & de Meuron – já contava com um trunfo a mais: o celebrado estádio da Copa do Mundo na Alemanha – o Allianz Arena de Munique⁴². Novamente um projeto que prima pela ousadia técnica e pelo excesso de exibição da mesma, visto que aqui a estrutura é a própria fachada, se se pode dizer assim, ou melhor, a substitui – como escreveu um jornalista do *New York Times*, “sua pele são seus ossos” –, tanto quanto dispensa qualquer decoração suplementar. Não se pode esquecer que sua concepção contou com a colaboração do artista plástico, arquiteto e paisagista chinês Ai Weiwei, que diz ter-se inspirado numa vasilha de cerâmica da antiga dinastia chinesa Shang, e que pretende que este imenso e estranho objeto, tão díspar em relação ao entorno, se inscreva na tradição artística local, ao mesmo tempo que, num certo sentido, a desfaz!

41. Cf. Paul Andreu, “Ovoide Titânico”, em *Arquitectura Viva*, *op. cit.*, pp. 68-69.

42. Para uma descrição do Allianz Arena, ver o texto de Pedro Arantes, “O Grau Zero da Arquitetura na Era Financeira”, *Novos Estudos*, Cebrap, São Paulo, n. 80, pp. 193-194, 2008.

Estádio Nacional de Pequim
Herzog & de Meuron

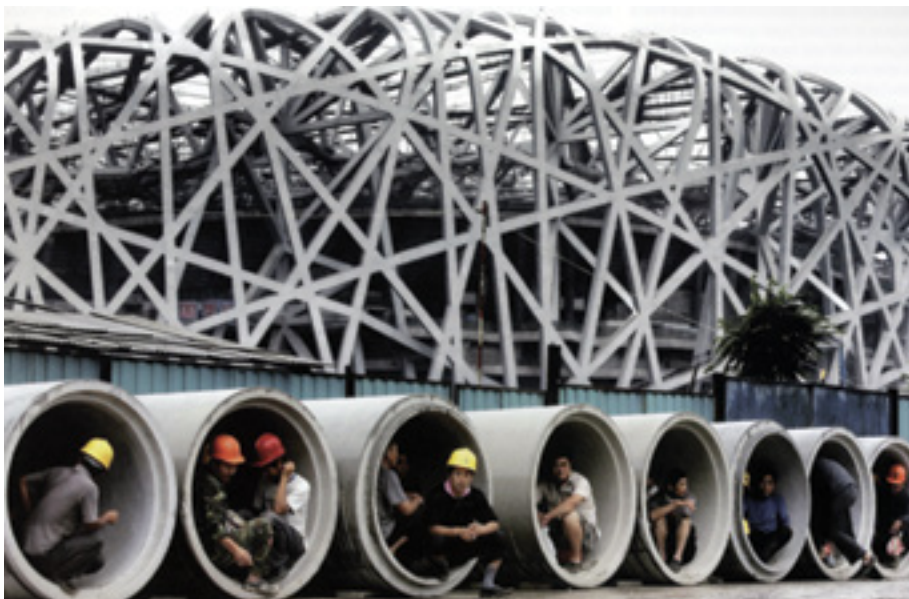




fotos HRW



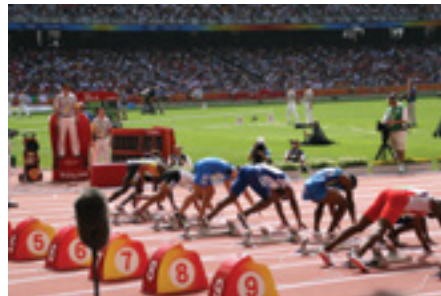
Reinhard



fotos Iwan Baan



fotos Mylena



Ai Weiwei, nascido em Pequim em 1957, viveu nos Estados Unidos de 1981 a 1993, tendo cursado a Escola Superior de Design de Parsons, e é hoje um dos artistas chineses mais conhecidos e consagrados fora de seu país. Uma de suas famosas performances, ao voltar, e que a bem dizer inaugurou a sua carreira de artista maldito, consistiu em jogar no chão uma urna da dinastia Han, estilhaçando-a; outra atitude iconoclasta do mesmo artista: inscrever em urnas da mesma época o logotipo da Coca Cola (Cf. Lara Manonelles, “Un Revolucionario Cultural”, em *Arquitectura Viva*, *op. cit.*, pp. 150-151; e ainda “El Arte como Sintoma. Ai Weiwei, primera exposición en España”, de L. F. Galiano y M. Anglès, *Arquitectura Viva*, n. 125, 2009, pp. 80-84.) Pouco citado como coautor do ninho, Weiwei, apesar do prestígio de que goza no exterior (na última Documenta de Kassel levou a obra mais cara: um conjunto de 1001 cadeiras e chineses, numa performance que procurava encenar um pouco da vida nas grandes cidades da China, intitulada “Conto de Fadas”), é, como se pode imaginar, *persona non grata* para o governo chinês. Opositor militante do autoritarismo e das desigualdades chinesas, e extremamente crítico em relação à postura acomodada dos intelectuais e artistas que passaram a vender bem sua produção graças ao *boom* econômico, só não caiu no ostracismo

e não esteve preso, como outros dissidentes, inclusive durante as Olimpíadas, por ser muito conhecido e, afinal, coautor do prédio mais importante do evento. Mas teve que se refugiar numa área rural próxima a Pequim, onde tem seu atelier, e nem mesmo foi convidado para a abertura dos jogos no estádio que ajudou a projetar. (Ver também, sobre o artista, matéria do correspondente da *Folha* nos Jogos Olímpicos, Raul Juste Lores, *FSP*, 21 jul. 2008, pp. E1,3). Aliás, coincidentemente, a correspondente do *OESP*, Cláudia Trevisan, em reportagem do mesmo dia, refere-se a Weiwei, ao fazer um balanço da produção artística chinesa atual, que, ao replicar no campo das artes a ascensão econômica da China, viria batendo sucessivos recordes de preço. Detém-se em especial na descrição do distrito artístico de Pequim, “798”, do qual Weiwei num certo momento chegou a participar (antiga fábrica, construída pelos arquitetos da Alemanha Oriental nos anos 50 e atualmente centro de ateliês, galerias, e outras atividades culturais e gastronômicas), hoje, segundo ela, um dos pontos turísticos mais frequentados da cidade. Entre as grandes estrelas, aponta, ao lado de Weiwei, Zeng Fenzhi, Yue Minjun, Zhang Xiaogang, Fang Lijun e Liu Xiadong (toda uma geração de 50 anos que agora descobre a glória...) (*OESP*, 21 jul. 2008, p. D1).



Ao custo de quatrocentos milhões de dólares, com trezentos metros em seu eixo maior e acomodações para quase cem mil pessoas, o Estádio Nacional é formado de vários módulos de 24 pilares metálicos entrelaçados (nenhum, obrigatoriamente, vertical), como se formasse uma malha frouxa ou mesmo a trama de galhos de um ninho. A cobertura é feita de um material transparente ETFE (etileno tetrafluoretileno), acústico e térmico, ao mesmo tempo que, internamente, encobre a estrutura, de modo a não roubar o protagonismo dos jogos, segundo os autores. Mas, na verdade, o maior protagonismo ficou por conta das luzes e cores, que filtram por todos os lados e tornaram famosa, no mundo todo, a imagem-símbolo das Olimpíadas, que, diga-se de passagem, primou pelos efeitos cênicos, na devida medida – esta sim – de um evento midiático desse porte.

Do outro lado do eixo de Speer Jr., fazendo *pendant* a essa grande forma ovalada, o cubo de espuma, ou bolhas d'água que abriga as piscinas – o Centro Nacional de Natação. Projetado pelo grupo australiano PTW, com setenta mil metros quadrados de superfície, orçado em cem milhões de dólares, foi logo identificado como um *ying* aquoso, poliédrico e leve, em face a um *yang* ígneo, curvo e pesado. Em uma simulação gráfica e de jogo de luzes (reproduzida pela mesma revista), o pavilhão é figurado na forma de uma grande caixa de borbulhas de sabão transbordando em direção ao alto, em azul, quase ao lado de um imenso halo de luz vermelha, como uma pira olímpica, justamente o Estádio Nacional. A complementariedade de ambos está também no fato de que se inspiraram em produtos naturais, e, mais uma convergência, o cubo foi recoberto com o mesmo material (ETFE) que preenche os vazios da cobertura do ninho, só que como pele que envolve totalmente o esqueleto – uma estrutura concebida como se fossem células orgânicas e cujo desenho se deixa adivinhar, mas sem ser aparente como o de seu par antagônico. E um dado nada desimportante: ambos são igualmente translúcidos e propícios a todo tipo de efeitos óticos e cênicos.

Centro Nacional de Natação
PTW Architects



Ng Han Guan



Iwan Baan



Mylena Fiori

Apesar do rápido enriquecimento chinês, não se pode deixar de perguntar como tudo isto foi financiado (lembramos que ao todo foram gastos algo em torno de doze bilhões de dólares na cidade, para viabilizar as Olimpíadas⁴³), e ainda: para que servirão todos esses equipamentos, uma vez concluídos os jogos? Como informa Broudehoux, comentando o “delírio de Pequim” e as cifras acima referidas, a maior parte dos lucros com as Olimpíadas viriam da venda de direitos de concessão e difusão da imagem dos jogos, algo extremamente disputado pelas empresas, dada a abrangência do circuito e portanto da publicidade, interna e externa, das firmas concessionárias. Assim mesmo, não cobririam os gastos, e o Estado teve que recorrer à iniciativa privada, transferindo a responsabilidade da construção e exploração dos edifícios: o investidor privado, encarregado de supervisionar a realização de um projeto, tornar-se-ia a seguir seu gestor por um período de trinta anos. Ou seja, mesmo que grande parte do financiamento seja estatal, o usufruto será privado e muitos dos equipamentos já teriam sido concebidos com esta finalidade. Por exemplo, o Centro Nacional de Natação tornar-se-á, numa curiosa formulação da autora, um reino do “hedonismo” – piscinas, praia artificial, riques de patinação, clube, cinema, restaurantes e butiques. E por aí vai. Ou seja, os edifícios construídos sobre as ruínas da cidade não se destinarão à população que aí habitava, porém às elites, inclusive estrangeiras, e os estádios, aos grandes clubes privados. Mas, alerta ainda a autora, muitos financiamentos foram a fundo perdido e representam grandes riscos financeiros para o Estado⁴⁴. Como aliás ocorre em vários outros setores da construção na China, como veremos mais adiante.

43. Cf. Lillian M. Li, Alison J. Dray-Novey, Haili Kong, *Beijing, from Imperial Capital to Olympic City*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007 (sobre esta cifra, p. 261).

44. Cf. capítulo citado de *Evil Paradises*.

Mas resta ainda comentar pelo menos um dos Grandes Projetos pequineses, senão o maior, orçado em seiscentos milhões de dólares. Justamente a sede da transmissão de tantas imagens feéricas, a CCTV do escritório de Rem Koolhaas, num conjunto de quatrocentos mil metros quadrados e 230 metros de altura – uma amostra surpreendente do *bigness* ou *XLarge* propugnado pelo arquiteto em seus textos, ou da norma chinesa que, segundo ele, inverte a de Mies Van der Rohe, de que o “mais é o mais”⁴⁵ (das infraestruturas aos edifícios, mas não menos na acumulação de um país em que “enriquecer é glorioso” – nas palavras de Deng Xiaoping). De fato, duas torres que, como a parodiar o WTC, se abraçam a certa altura, na verdade, a CCTV (*China Central Television*) e a TVCC (*TV Cultural Center*), cada uma alojada em uma das “pernas” – ainda ficando nas metáforas ao gosto chinês – e, entrelaçando-as, os escritórios administrativos. Além disso, de usos múltiplos, incluindo hotéis, áreas de cultura e lazer, mas, principalmente, o ícone do *Central Business District* (CBD), tão almejado por Pequim, e da própria capital, apesar da incongruência. É um fato, que essa nova fase de negócios e empreendimentos já havia dado origem a pelo menos dois polos urbanos de escritórios em Pequim⁴⁶, mesmo não tendo ela sido classificada como Zona Econômica Especial: o primeiro, em Jianguomen (a leste, entre o terceiro e quarto anel viário), próximo às embaixadas, equipado com hotéis de luxo e lugar escolhido pelas multinacionais estrangeiras, e, do outro lado, a oeste, o polo da *Finance Street*, próximo aos ministérios e sedes de estatais, por isto mesmo preferido dos empresários chineses. A torre da CCTV foi decisiva para consolidar a CBD de Jianguomen, ou melhor, para “qualificar” os 250 hectares de uma futura *city* ou *downtown*, atraindo as demais empresas e torres (cujo precedente vinha autorizar a disputa, nas alturas, pela extravagância, visto que no chão da cidade nada autorizava aquela excrescência), sem falar nas moradias de

45. Em *Great Leap Forward: Project on the City vol. 1*. Colônia; Londres: Taschen, 2001, p. 209.

46. Como lembra Campanella, em *Arquitectura Viva*, p. 42.



CCTV
OMA/Rem Koolhaas
no contexto urbano de Pequim



luxo. Estas, aliás, num certo sentido já foram chegando antes. Mesmo não consolidada, a CBD de Jianguomen passou a ser um lugar procurado para habitação de alto padrão, por executivos ou por membros do partido e do governo⁴⁷, embora parte da população mais rica tenha preferido emigrar para os condomínios nos arredores de Pequim, fugindo da poluição e do caos urbano, em palacetes que obedecem aos mais variados estilos estrangeiros, das casas georgianas aos bangalôs normandos.

Voltando à CCTV. De OMA/Koolhaas e Olen Sheere, na verdade contou com a participação e assessoria de um enorme corpo técnico para resolver todos os problemas de estrutura e equilíbrio. Chegou-se a falar na construção mais difícil já realizada. De qualquer modo, havia inclusive injunções climáticas que precisavam ser respeitadas, por exemplo, o fato de possuírem, os dois blocos, inclinação diversa e, portanto, estarem sujeitos a um grau distinto de exposição solar: a dilatação obrigava a esperar o pôr do sol para executar a junção de ambos, que só puderam unir-se ao anoitecer, numa resolução “singularmente poética”, ironiza (?) Campanella⁴⁸. Uma evocação nada inocente para um “campus midiático compactado” e que pretende ser a pedra fundamental de um *Central Business District*. Já havia anteriormente um plano diretor para este distrito, de 2001, projetado por um pequeno escritório de Los Angeles, que previa quinhentos novos edifícios e mais de dez milhões de metros quadrados de uso residencial, comercial e de escritórios, entre outros, cuja marca seria uma imensa torre de 140 andares (se construída, suplantando o edifício da CCTV). Mas, como se viu, a vocação empresarial de Pequim foi sempre muito duvidosa e pouco incentivada, o que fez com que Koolhaas viesse desbravar o caminho desta área, que não crescia na velocidade chinesa. Logo após os jogos, o Mandarin Hotel, que fazia parte do conjunto desenhado pelo arquiteto holandês, incendiou-se, lembrando o espetáculo de 2001 em Manhattan, justamente no ano em que estava sendo projetado,

47. Cf. *idem*, p. 44.

48. *Idem*, *ibidem*.

por um americano, o plano desse Distrito Empresarial no outro lado do mundo – maus presságios? Não há dúvida de que, mais uma vez, parece que a escala dos projetos chineses obedece à mesma lei da antecipação de décadas do que possa vir a ser realmente aproveitado – pelo menos não se chega ainda a ter em Pequim uma *city* fantasma, ameaça que paira sobre Pudong, em Xangai, como adiante será sugerido.

De qualquer modo os negócios não param, a especulação imobiliária menos ainda, e o que se observa é uma multiplicação de edificações, por enquanto ainda preferencialmente residenciais, atraindo muitos novos ricos. O principal, mais conhecido e com maior sucesso de vendas, destes condomínios exclusivos, é o conjunto Soho Jian Wai, do arquiteto Riken Yamamoto⁴⁹. Com suas torres modernas, de finas arestas, sobre um belo jardim (embora se diga que muito mal construídas), sobressai a todos os demais prédios de uso múltiplo do entorno e é o preferido da classe emergente de profissionais chineses. O conjunto deve abrigar uma população de cinquenta mil pessoas, entre residentes e trabalhadores. Os promotores da obra são Pan Shiyi e Zhang Xin, fundadores da Cia. Soho China, hoje das mais prósperas na área e que se tem destacado por explorar um mercado de “marcas”, entre elas Zaha Hadid, Steven Holl e outros mais⁵⁰. Justamente o conjunto de Steven Holl, lançado também por ocasião das Olimpíadas, e apresentado como uma das novidades arquitetônicas de Pequim, a “comunidade do anel”, como a denomina seu autor⁵¹, o complexo residencial *Linked Hybrid* (novamente prédios que se abraçam, como a assinalar a presença aí de um espaço comunitário de qualidade, “uma cidade dentro da cidade”), com 622 apartamentos e um hotel, se define, ainda nos termos de Holl, como uma arquitetura “sustentável” para o século XXI, com reciclagem das águas, controle solar etc., e com serviços e atividades esportivas, para um total de 2500 habitantes – “um verdadeiro exercício de microurbanismo” que

49. Sobre isso cf. ainda Campanella, *op. cit.*, p. 44.

50. Ainda sobre a arquitetura de “marca”, ver Pedro Arantes, *op. cit.*

51. Cf. *Arquitectura Viva*, *op. cit.*, p. 136.



fotos Iwan Baan

Linked Hybrid
Steven Holl
Pequim

deve servir de padrão para os demais. Por enquanto, um fato isolado, cujo sucesso está por testar. Como também fogem aos padrões médios chineses os apartamentos da Vila Olímpica – de 170 a 240 m². Ora, com a lei do filho único, o metro quadrado por habitante nestes apartamentos (embora alguns possam vir a ser subdivididos) fica, em princípio, bem acima da média de 25 m² por pessoa (segundo os dados oficiais), e, no entanto, muitos deles já teriam sido vendidos antes mesmo de serem concluídos e utilizados pelos atletas⁵².

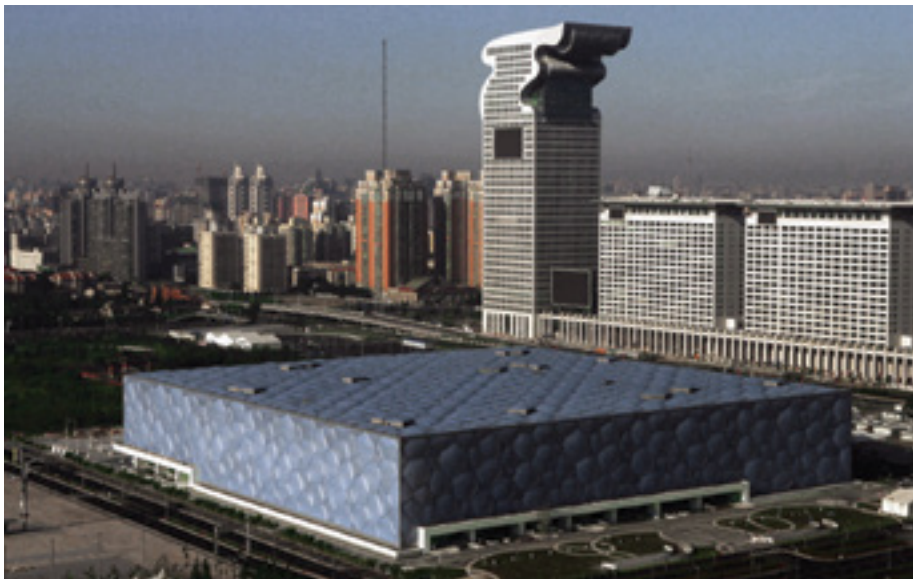
O que domina a paisagem pequinesa, contudo, é visivelmente outro tipo de empreendimento, em geral prédios de muito baixa qualidade arquitetônica e construtiva, destinados à população desalojada por essa “renovação” urbana acelerada, ou aos novos trabalhadores da cidade (excluídos obviamente os “migrantes”), ou seja, a uma população de baixo poder aquisitivo. Sem contar o estoque que se vai construindo como forma de poupança desta mesma população. Mas já aí entramos em outro capítulo: o do crescimento desordenado em direção a algo que já se está diagnosticando como outra bolha imobiliária, prestes, também ela, a estourar⁵³.

52. Cf. matéria a respeito na *FSP*, 6 mar. 2008, p. D5.

53. Este ao menos é o diagnóstico de John Foley (*Le Monde*, 15 ago. 2009), em um artigo intitulado “China se Expõe aos Riscos de uma Bolha Imobiliária” (ver p. 126).

John Fohley, no *Le Monde* de agosto de 2009 (v. nota 53), faz prognósticos extremamente pessimistas a respeito da elevação do preço dos imóveis na China: “Está se formando no mercado imobiliário chinês uma bolha que certamente vai inflar mais antes de estourar. (...) O que parece certo é que as condições favoráveis às bolhas estão reunidas: os capitais estão disponíveis em quantidade e os comportamentos, tanto dos vendedores quanto dos compradores, estão irracionais. A evolução recente do mercado é sintomática: os últimos números oficiais indicam que entre junho e julho o valor do metro quadrado à venda subiu 7% em um mês. Os preços aumentaram em 63 das 70 grandes cidades chinesas”. Aliás, na revista *Exame* especial sobre a China no ano das Olimpíadas (n.11, ago.2008), Tiago Lethbridge relata as oscilações vertiginosas das bolsas chinesas, levando, por exemplo, alguns meses antes dos jogos, a uma queda nas três principais delas de, em média, 50% nas ações – só no setor imobiliário algumas empresas teriam chegado a perder 75% do seu valor de mercado (p. 99). Já o correspondente do *Economist* em Hong Kong, em matéria recente (10 out. 2009), diz não acreditar nos prognósticos negativos sobre possíveis bolhas no mercado acionário e de habitação, na China. Sem a pronta ação do governo, os preços de fato poderiam sofrer uma forte desvalorização, mas isto está longe de acontecer e de provocar um colapso do setor, assim como o fato de o preço da moradia subir recentemente nove vezes mais do que a renda média da população. O que significaria um perigo nos demais países não chega, de acordo com esta mesma fonte, a pôr em risco o mercado imobiliário, muito menos a economia chinesa. Segundo Arthur Koeber, citado na matéria, economista da Dragonomics, sediado em Pequim, os altos subsídios do governo, aplainando a diferença entre custos e salários, é que viabilizam o fluxo dos imóveis

– procedimento que, com o crescimento da economia e a lucratividade das indústrias, incrementado pela expansão acelerada da rede infraestrutural e demais políticas pró-crescimento, não corre risco de ser interrompido. Numa análise mais recente, Ren Xingzhou, membro do Centro de Pesquisa em Desenvolvimento do Conselho de Estado, de acordo com o jornal *Nanfang Daily* (reproduzido pela correspondente do OESP, Cláudia Trevisan, 16 jan. 2010, p. B11), avalia também de forma negativa o comportamento do mercado imobiliário chinês, considerando-o “anormal”, ao mesmo tempo que novas medidas estariam sendo anunciadas pelo governo para conter a alta de preços, que viria sofrendo uma valorização excessiva e artificial nos últimos meses (5,7% em relação ao mesmo período do ano anterior segundo a mesma fonte). Já na edição de 31 de janeiro de 2010, Trevisan retoma o tema da especulação imobiliária, “Investimento demais é o novo problema chinês”, repertoriando as posições pró e contra, ou seja, mais ou menos pessimistas em relação a uma possível bolha. Mas não deixa de levantar dúvidas a respeito da avaliação de que uma demanda potencial, por exemplo dos novos ricos, possa sustentar esta “exuberância irracional”. Cita o caso, entre outros, de Tianjin, onde um milhão de metros quadrados podem levar 25 anos para serem ocupados, ou ainda, entre os já construídos e semiociosos, o gigantesco empreendimento do Pangu Plaza, próximo ao Parque Olímpico, com uma das torres em formato de tocha e uma imensa tela digital na fachada, com uma área correspondente a sete campos de futebol, e onde “a maior parte do complexo está vazia, sem lojas, restaurantes, moradores ou funcionários de escritórios” (pp. B 16 e 17). Será que, antes que tudo isto venha a ser ocupado, não se transformará em ruínas, seja pela falta de uso, seja pelo custo de manutenção? A ver.



Pangu Plaza, ao lado do "Cubo"
Pequim

Cidade Olímpica



A velocidade com que os negócios da construção se desenvolveram tem várias causas palpáveis, a começar pela necessidade de alojar o grande número de novos moradores urbanos, depois de um período longo de desurbanização (a ida ao campo, da Era Mao). Nesses últimos anos, cidades inteiras surgiram quase do nada, entre os arrozais, como as do Delta do Rio Pérola. Muitas das grandes cidades, especialmente a leste, tiveram sua população aumentada n vezes. Xangai, por exemplo, duplicou a população em apenas quinze anos; Pequim, no ano da Olimpíada, contava com dezessete milhões de habitantes. Sem falar no mais recente “milagre” chinês, a cidade em que a China mais investe no momento, com vistas a desenvolver o interior do país, e que vem crescendo de forma ainda mais veloz: Chongqing – até o final do século passado, uma cidade modesta e atrasada, que está sendo totalmente reconstruída, segundo a propaganda, como um modelo de cidade sustentável (a bandeira que a China passou a ostentar com a proximidade da Expo de Xangai em 2010), e que já conta com 32 milhões de habitantes⁵⁴. Mas a demanda não para aí, desenvolvimento e modernização pediam infraestruturas – barragens, aeroportos, portos, estradas, pontes, canalizações etc. –, que não só os viabilizassem, mas antecipassem um crescimento que deveria

54. Ver, a respeito, revista *Exame*, *op. cit.*, do mesmo autor, pp. 110-112. É preciso não esquecer que para lá afluíu boa parte da população (aproximadamente oito milhões) desalojada pela construção da barragem das Três Gargantas, o que fez da cidade um barril de pólvora a ser desativado rapidamente – outra urgência (Cf. Raul Juste Lores, *FSP*, Caderno *Mais*, 29 set. 2009, p. 4).

manter-se em contínua expansão, e, de alguns anos para cá, nos dois dígitos⁵⁵. E não se pode esquecer o fato de que logo foi estimulada a poupança via propriedade, principalmente como sucedâneo à ausência de cobertura previdenciária de qualquer tipo – em 1998 o Congresso votou uma lei para privatizar as residências públicas, o que foi acompanhado de propaganda anunciando que a propriedade privada (na época, proibida pela Constituição) iria finalmente ser tratada como uma mercadoria e, como tal, protegida pelo Estado. Ou seja, as pessoas eram estimuladas a abandonar a mentalidade do *welfare* em troca de uma perspectiva mercadológica. Realçando o novo curso, um dos slogans difundidos pelo governo não poderia ser mais direto, mesmo para os padrões, digamos, americanos, que não costumam ser discretos nesta matéria: “a casa não é mais um item do bem-estar, mas uma mercadoria (*commodity*)”⁵⁶. Enquanto isso, incentivos e financiamentos facilitados proliferavam.

Os estoques iam assim se multiplicando, seja de terminais e vias expressas, seja de escritórios ou residências. Tudo isso, executado numa velocidade vertiginosa, como se obedecesse a um princípio tácito de máxima urgência. Embora possa parecer contraintuitivo, tudo se passa como se a antiga ideia de um futuro projetado, como no sonho ou pesadelo socialista, se apresentasse comprimida pela premência de acumulação por assim dizer instantânea, a se dar aqui e agora. Havia pressa, e ao mesmo tempo muita mão de obra disponível e a baixo custo.

55. Um dos exemplos mais típicos, entre a extravagância e a fantasmagoria, dentre os citados por Koolhaas, é o de uma autoestrada, Gordon Wu (um *promoter* que vive em Hong Kong), de mais de 115 quilômetros, construída sobre um viaduto contínuo, algo como uma estrutura espectral, próxima ao Delta do Rio Pérola, que deveria escoar o trânsito para catorze cidades à volta, porém sequer construídas. Não menos curiosa é a ponte de noventa quilômetros, na época (início deste século) ainda inacabada, que deveria ligar Zuhai ou a Hong Kong diretamente, ou a Shenzhen, à espera do rumo que viessem a tomar os negócios para sua definição final (a primeira parte da ponte acaba numa ilha que virou um parque temático de tiro!) (cf. *Mutaciones*, *op. cit.*, pp. 322 e 330).

56. Ver, a propósito, Li Zhang, “Private Homes, Distinct Lifestyles”, em Li Zhang e Aiwha Ong (orgs.), *Privatizing China, Socialism from Afar*, *op. cit.*, p. 27.



fotos Mylena Fiori

Hutongs
Pequim



fotos Mylena Fiori

Beijing Liuyinjie Hutong Culture Development Co. Ltd.
Circuito turístico

Voltando ao nosso título e às minhas fontes de referência: em matéria do jornal português *Público*, Francisca G. Henriques, em artigo intitulado “*Chai na ou Demolir aí*”, explica que casualmente os caracteres chineses que anunciam as demolições, se pronunciam da mesma maneira que China em inglês (4 jun. 2008). Reportagem da *Época*, *op. cit.*, de Ruth de Aquino, ao referir-se à febre destrutiva que liquidou a velha Pequim, e às histórias terríveis de expulsão, inclusive por incêndios criminosos, conta que a discussão se tornou tão ácida que os críticos desta situação passaram a pronunciar o nome do país em inglês, “Chai-na”, acrescentando a partícula *na* (que, segunda ela, em mandarim, corresponde a “onde?”) ao verbo “demolir”, *chai* (p. 98). Broudehoux também faz referência a este fato e à utilização pelos artistas grafiteiros, em especial Zhang Dali, que passaram a grafitar as ruínas com os caracteres “*chai*”, tal qual fazem as autoridades nos prédios a serem demolidos (*op. cit.*, p. 222; ainda, sobre os despejos, ver todo o capítulo “Popular strategies of resistance”). Yan Zhang e Ke Fang afirmam, em seu estudo sobre os processos de renovação e desenvolvimento das cidades chinesas, que as compensações variavam de seis milhões de *yuans* (750 mil \$), para as residências do alto escalão oficial, passando por 10 a 50 mil \$ para algumas famílias afetadas, a 0\$ quando as pessoas não eram “cooperativas” com os agentes do processo de remoção (*op. cit.*, p. 289).



Iain MacIntyre

Prédios construídos na área dos *Hutongs*
Pequim



fotos Mylena Fiori



Com aproximadamente duzentos milhões de trabalhadores migrantes vagando pelo país à procura de emprego, os canteiros podiam contar com dez vezes mais operários do que em qualquer outro lugar do mundo, dormindo e comendo amontoados no próprio local de trabalho, em alojamentos cuja precariedade se pode imaginar. Esse o combustível queimado nas máquinas chinesas de crescimento, dia e noite – só na construção do Ninho fala-se em centenas de mortos⁵⁷. Desapropriações para construir estruturas do porte das que estavam sendo realizadas, ou até mesmo conjuntos habitacionais, se davam de forma sumária e, em geral, sem nem mesmo consulta prévia e com indenização, quando ocorria, apenas parcial (mais de 60% das construções teriam sido resultado de tomadas irregulares de propriedades alheias)⁵⁸. Ao mesmo tempo em que a China se modernizava numa velocidade nunca antes alcançada por nenhum país capitalista, milhares e milhares de desabrigados tinham que se deslocar – flutuação que acabou gerando uma geografia própria das cidades e especialmente das áreas “fora dos muros”. Pode-se dizer que a China passou a ter várias megalópoles, mas o mais correto é falar da constituição de manchas urbanas sem contornos definidos, numa mistura de área rural e urbana, e conseqüente dissolução de fronteiras fixas⁵⁹. Mobilidade, rapidez e precariedade formam o tripé de sustentação deste crescimento à chinesa.

Com a crise que se abateu sobre o mundo em setembro de 2008 e que é, antes de tudo, ao menos no entender de Harvey, uma crise urbana, e por isso mesmo se expressando afinal no estouro de uma bolha imobiliária americana⁶⁰, o ritmo de construção na China, já abalado no início

57. Outro descomunal moinho de gastar gente, como diria Darcy Ribeiro, pensando na história brasileira da força de trabalho.

58. Sobre todos estes dados, cf. revista *Exame*, *op. cit.*, em especial o texto de Tiago Lethbridge, “Sob o Domínio da Pressa”, pp. 102-107.

59. Ver a propósito o livro editado por John Logan, *The New Chinese City*, *op. cit.*, em especial a Parte I: “Introduction to the New Chinese City”.

60. Cf. a entrevista ao *Le Monde Diplomatique Brasil*, onde Harvey afirma que deveríamos parar de falar em algo como uma crise hipotecária americana, para discutir a crise urbana, que tem como base um superaquecimento do

daquele ano (ver nota 95), foi parcialmente sustado, mas a aposta neste tipo de crescimento induzido pelos negócios da construção civil, tocados na velocidade alucinada de uma fuga para a frente, como estamos vendo, parece não ter sido substancialmente afetada. Isso se manifesta no fato, por exemplo, de, apesar dos temores expressos por alguns analistas, e do risco que certamente traz embutido, a maior empresa de construção chinesa, a *China State Construction Engeneering Corporation*, ter procurado captar quase seis bilhões de dólares por meio de oferta pública em bolsa (IPO, na sigla em inglês), aumentando em 40% o seu capital⁶¹. Mas, sem nos atermos a detalhes do mercado imobiliário chinês e, menos ainda, fazer prognósticos, nos interessa retomar a questão que nos vinha ocupando: a nova fisionomia urbana de Pequim.

Se o aspecto mais desfrutável é, sem dúvida, a parte monumental da cidade, as novas torres e os grandes equipamentos olímpicos, podemos dizer que são, contudo, os conjuntos de novas habitações que, num certo sentido, compõem a fisionomia da moderna Pequim. Já à primeira vista pode-se dizer que obedecem basicamente a dois padrões bastante distintos. De um lado, prédios altos, contíguos, enfileirados como se recompusessem as velhas muralhas, portanto, num aproveitamento máximo do solo, sem dar espaço às áreas verdes e de lazer, cujos acabamentos, feitos com materiais visivelmente de baixa qualidade, já têm suas pinturas desbotadas e escorridas, esquadrias deterioradas etc. Enfim, trazem todas as marcas, não do tempo, mas da construção a baixo custo. De outro lado, num contraste gritante, condomínios arejados, ou muito coloridos, ou, ao contrário, totalmente brancos – em estilo *revival*, imitando

mercado imobiliário nos Estados Unidos, quando, a partir de 2000 aproximadamente, os ricos americanos começaram a investir em ativos patrimoniais. E vai mais longe: chega a supor que, das 370 crises ocorridas desde os anos 1970, mais da metade teriam algum componente relacionado com os mercados imobiliários. “Ou seja [diz Harvey], uma das coisas para as quais devemos estar atentos é a relação entre urbanização, capital financeiro e formação de crises” (mar. 2009, pp. 6-7.)

61. Matéria de *Dow Jones Newswire*, transcrita no Caderno de Economia do OESP, 13 jul. 2009, p. B5.

os bairros próximos ao Hyde Park de Londres ou mesmo os prédios de habitação neoclássicos, no coração de Washington –, construídos evidentemente com materiais mais resistentes, arborizados, com gramados, flores, parkings ou garagens. Podem-se acrescentar as casas espaçosas, em estilos variados, de outras épocas e países, em subúrbios totalmente gentrificados.

Reproduzo a classificação das residências urbanas, feita pela antropóloga Li Zhang, e sua estratificação de acordo com os diferentes “estilos de vida” da população. Embora ela esteja tomando como exemplo outra cidade chinesa, Kunming, os protótipos certamente se reproduzem nas demais, dada o padrão repetitivo atual dos processos de urbanização na China⁶². Aliás, não por acaso, Koolhaas, para caracterizar estes novos aglomerados urbanos, forjou a expressão CIDADES GENÉRICAS®, tão semelhantes entre si como são os aeroportos, para ficar no emblema máximo da mesmice contemporânea: as “marcas” variam, mas não a sensação perene de *déjà vu*, a ponto de fazer um observador afirmar, viajando pela China, que mudava de cidade e tinha a sensação de estar sempre na mesma e nos mesmos hotéis. Portanto, acredito não estar extrapolando demais ao empregar os termos de Li Zhang para descrever o que vem ocorrendo em Pequim (que aliás é objeto do capítulo seguinte, de autoria de You-tien Hsing, do mesmo livro, *Privatizing China*, ao analisar, em continuidade, como se dá a segmentação dos territórios urbanos pelas políticas de acumulação⁶³):

1) “Jardins” e “vilas”. Os bairros de luxo, em geral chamados de “jardins” (*yuan ou haiyouan*), com casas espaçosas, unifamiliares, nas proximidades dos centros distritais (*shiqu*). Estão também incluídas nesta categoria as *bieshu*, habitações luxuosas, localizadas em subúrbios de novos empreendimentos imobiliários – as *gated communities*, verdadeiras

62. Sobre estas distinções, ver Li Zhang, em *Privatizing China*, *op. cit.* Baseio-me também aqui em depoimentos e documentação fotográfica da jornalista Mylena Fiori, enviada especial da Radiobrás para a cobertura das Olimpíadas (Cf. neste volume sequência de fotos sobre Pequim).

63. Cf. You-tien Hsing, “Socialist Land Masters”, *op. cit.*, pp. 57-70.



fortalezas vigiadas, em geral próximas a belos parques e às melhores escolas e clubes. A ocidentalização destes enclaves (talvez porque em parte são construídos para chineses da diáspora), clara nos estilos importados, chega a se manifestar até no plano religioso, com a formação, no seu interior, de grupos espontâneos e informais de leitura da Bíblia. Os habitantes destes condomínios são em geral empresários (*owners-operators*), homens de negócios, ou pessoas que trabalham no setor público (os caciques políticos).

2) Os bairros das camadas médias. São constituídos de construções comerciais, cujos preços variam de duzentos a quatrocentos mil *yuans*. De padrão um tanto variado, situam-se ora dentro do perímetro urbano, ora em subúrbios com mais espaço, vegetação, e formam aí também, como nos *gardens*, condomínios fechados. Por vezes esses conjuntos são adquiridos por grandes empresas, que renegociam com seus empregados, subsidiando-os parcialmente, o que redundava em preços e condições mais convenientes. Sua composição social, no entanto, é complexa e em geral mais misturada do que a das duas outras modalidades citadas por Li Zhang: pequenos empresários, profissionais especializados e intelectuais.

3) Por fim, os bairros de *gongxin* ou *gongxin jieceng xiaoqu*, comunidades de assalariados, em geral de proventos escassos ou moderados. São residências mais modestas, de menos de duzentos mil *yuans*, em sua maior parte grandes prédios de apartamentos construídos por incorporadoras estatais, ou ligadas ao Estado, em conjunto com as unidades de trabalho (*danwei*), de modo a empurrar ou desalojar as famílias destes empregados para fora da região central das cidades, de preferência já nas zonas de transição rural, onde as fronteiras e a legislação são fluidas, o policiamento inexistente e as pessoas têm que cuidar da própria segurança, recorrendo a portões de ferro, grades nos terraços e janelas, como se fossem verdadeiras jaulas. Nestas áreas os antigos camaradas vão-se tornando estrangeiros e sem direitos, incapacitados de desenvolver qualquer tipo de comunidade social ou cultural.

Nessa classificação faltou, contudo, referir um fenômeno (físico e social) muito importante nas novas configurações das cidades chinesas: a existência de microespaços bastante diferenciados, que combinam habitação, pequenas fábricas, comércio, inclusive de rua, serviços etc. Talvez pudessem ser incluídos na terceira categoria descrita acima, embora na verdade sejam enclaves um tanto especiais, de resto com forte presença em Pequim: são áreas ocupadas por populações “flutuantes”⁶⁴, não raro situadas, entretanto, para além da linha que demarca os subúrbios. Ao mesmo tempo que não são exclusivas, há nelas também residentes fixos, com os quais os migrantes mantêm intercâmbio, seja alugando cômodos em suas casas, ou mesmo os empregando nos próprios negócios – pequenos empreendimentos e comércio – que estabelecem ao chegar. Lugares portanto, apesar de tudo, relativamente “misturados”. Por exemplo, para ficarmos em Pequim: Zhejiangcun, bem ao sul, numa área quase rural; Henancun, no extremo leste; a noroeste, Anhuicun, já na região externa aos anéis que compõem o desenho da cidade; e, finalmente, Xingiangcun 1 e 2 (originários respectivamente das regiões de Zhejiang, Henan, Anhui, Xingiang)⁶⁵. É preciso não confundir estes migrantes com os *mingongs*, a que toda a bibliografia sobre a China se reporta, aqueles trabalhadores, referidos acima, que vão de uma cidade

64. Para uma definição destas populações e quadro estatístico, ver Dorothy Solinger, *Contesting Citizenship in Urban China. Peasant Migrants, the State, and the Logic of the Market*. Berkeley: University of California Press, 1999, pp. 15-23. Ver também John Friedmann, *op. cit.*, capítulo “New Spatial Mobilities”; Fan Jie e Wolfgang Taubmann, “Migrant Enclaves in Large Chinese Cities”, e Chaolin Gu e Haiyong Liu, “Social Polarization and Segregation in Beijing”, ambos os textos em John Logan (ed.) *The New Chinese Cities*. Acrescento ainda o livro já citado, e que nos servirá basicamente de guia neste capítulo, de Li Zhang, *Strangers em the City: Reconfiguration of Space, Power, and Social Networks within Cina’s Floating Population*. Stanford: Stanford University Press, 2001 (sobre o conceito de população flutuante, ver especialmente a Introdução).

65. Novamente em Li Zhang, *op. cit.*, em cuja pesquisa estou baseando-me para descrever a vida e o trabalho desta população, bem como o seu lugar (nos diversos sentidos) na cidade de Pequim.

a outra em busca de trabalho, especialmente no setor da construção, que se alojam em acampamentos, espécie de favelas, ou em fábricas desativadas, nos arredores das cidades, e que não aparecem jamais nos mapas. Trata-se aqui de uma outra população, que também se desloca, que não tem direito à cidade, embora a utilize e até se “fixe” em diferentes bairros em geral periféricos, constituída por uma camada social de pequenos empreendedores (*liudong renkou*). Isto é, pessoas que dispõem de dinheiro e certa autonomia, por vezes até de organização, embora estejam permanentemente sujeitas à extradição (o que ocorreu em vários momentos – como veremos a propósito da destruição de Zhenjiangcun, mas, em especial, no período das festividades do cinquentenário da Revolução, em que os tratores passaram sobre os locais em que se concentravam os migrantes de Xinjiang, em Weigongcun e Ganjiakou, a mando do governo distrital de Haidian⁶⁶, o que se repetiu em diferentes lugares da cidade no período das Olimpíadas), mas que representam uma parte importante da população urbana (em Pequim, ao menos, são bastante numerosos⁶⁷) e, mais ainda, têm um peso importante na economia local. São aqueles que o antropólogo Hill Gates chama de “*petty capitalists*”⁶⁸, justamente os que podem vir a comprometer a imagem de uma China capitalista avançada, “desenvolvida”, e que pouco combinaria com algo como um *street capitalism*. Na verdade, uma tradição chinesa que a modernização não conseguiu varrer do mapa. E mais, que supre em larga escala a demanda de consumo interna. Chegando a constituir a maior parte da “economia secundária”⁶⁹ emergente de Pequim.

66. *Idem*, p. 211.

67. Aparentemente, este é um fenômeno bastante típico de Pequim. O que não parece ser o caso de Xangai, onde esta população, ao menos segundo Fulong Wu, se apresenta mais dispersa e não se constitui em enclaves, como na capital da China (Cf. “Real Estate Development and Transformation of Urban Space in China’s Transitional Economy, with Special Reference to Shanghai”, em John Logan, ed. cit., p. 165).

68. Cf. Hill Gates, *China’s Motor: A Thousand Years of Petty Capitalism*. Ithaca: Cornell University Press. Citado por Li Zhang, *op. cit.*, p. 5.

69. A expressão é de Gregory Grossman, utilizada por Li Zhang, p. 19.

Detenhamo-nos um pouco neste *petit commerce*, mas que faz girar uma quantidade expressiva de pessoas, pequenos empreendimentos e outros tantos negócios da China, com sua trama de influências e subornos. E que, dentro do que estamos tentando descrever como paisagem urbana, em especial pequinesa, parece criar um ambiente físico e social totalmente estranho aos padrões ocidentais, mas que na verdade não o é tanto assim, e mais, está inclusive na origem do que se está chamando de “cidades-bazar”. Denominação utilizada justamente para dar conta da crescente e surpreendente “orientalização” das metrópoles do capitalismo central, à medida mesmo que se aprofundam as flexibilizações, em princípio, ultramodernas. Portanto, última palavra do “ocidentalismo” reajustado sobre o seu próprio eixo de racionalizações, digamos, weberianas, que implodiram as relações sociais de produção fordista sobre as quais foi moldada a *cidade funcional* do período anterior, justamente inspirada em modelos como este da China⁷⁰. Um motivo a mais para olharmos mais de perto este fenômeno.

Começo por um exemplo curioso, o de Zhejiangcun – bairro em que se deteve especialmente o estudo da antropóloga em cuja pesquisa estamos nos baseando: ao reconstruírem toda uma área comercial sobre os escombros das próprias residências, destruídas dois anos antes a mando do governo, os líderes da população que reconquistava o local procuraram criar uma espécie de réplica, justamente, e explicitamente, de Wangfujing (cuja natureza e história reconstituímos páginas atrás) –

70. A ideia de cidade-bazar foi elaborada por V. Ruggiero e N. South, “The Late Modern City as a Bazaar”, em *British Journal of Sociology*, vol. 48, n. 1, 1997.

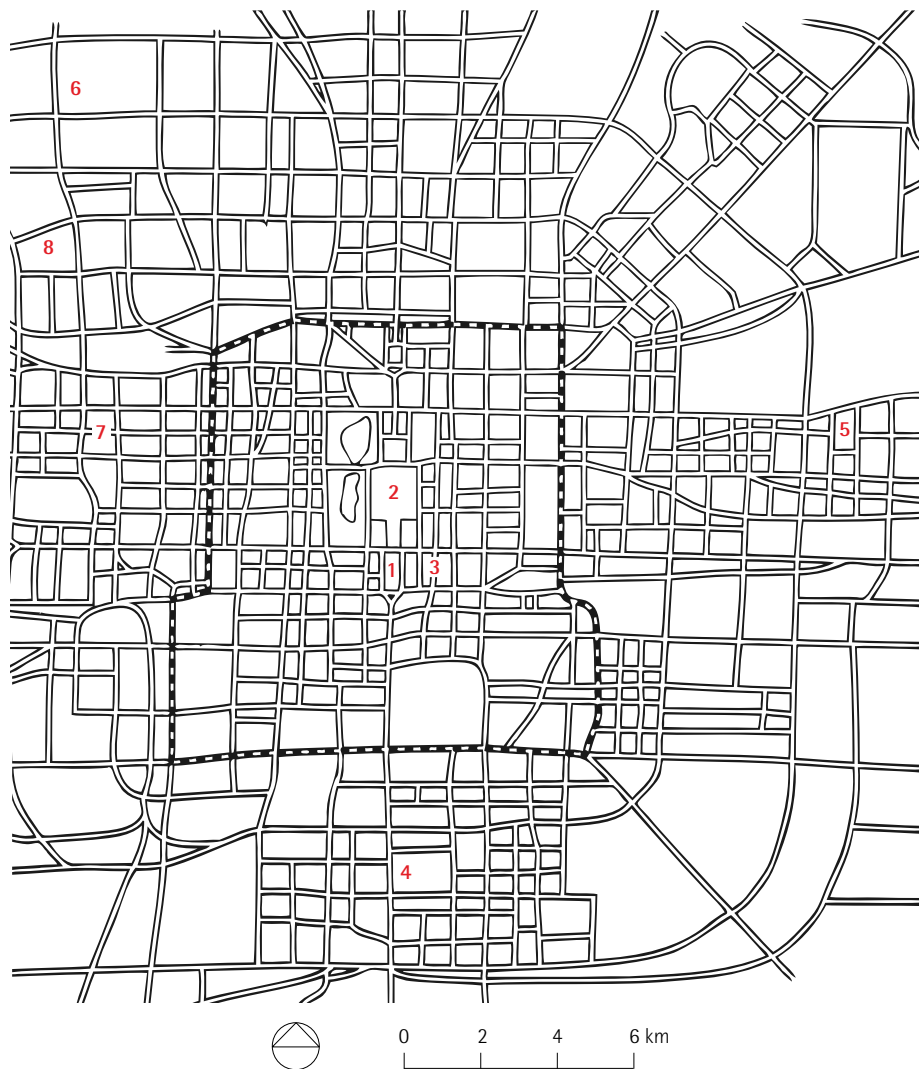
Hill Gates descreve *petty capitalism* como algo próprio aos empreendedores migrantes, baseado nos negócios familiares impulsionados por pequenos capitais previamente acumulados e caudalosos laços de parentesco. Em contraste, como lembrado, os *mingong* são migrantes que dispõem tão somente de sua força de trabalho para vender, nas piores condições, nos novos mercados urbanos.

Sobre o *clientelismo* como forma chinesa de governo, ver ainda pp. 205-209 do mesmo *Strangers in the City*. É preciso notar, todavia, que as relações clientelistas estudadas por Li Zhang, vinculando funcionários, famílias migrantes e todo tipo de chefetes e “corretores políticos” locais, não são meramente um *revival* de práticas tradicionais, porém alianças operando num ambiente já altamente mercantilizado e por isso demandando um novo modo de governo dessas populações (flutuantes, no caso), um conjunto de estratégias destinadas a moldar e guiar a conduta e a forma mental dos indivíduos. Parece clientelismo, mas já é outra coisa. Como de resto a transição chinesa, na opinião da autora, aliás compartilhada pelo conjunto das contribuições reunidas noutro livro já citado, *Privatizing China*: nem triunfo puro e simples dos mercados transplantados segundo o figurino ocidental, muito menos persistência de uma economia de comando arruinada. A seu ver, as reconfigurações sociais e espaciais induzidas pela “gestão” das populações flutuantes, justamente envolvidas pelas práticas endógenas deste *petty capitalism*, sugerem a emergência de formas sociais alternativas pelo menos estranhas (em mais de um sentido) à camisa de força dos dois modelos em competição. Por certo, um arranjo original de “características chinesas”, embora numa acepção muito diversa da oficial, especificação enigmática com que se costumam atenuar os apelos ora ao Socialismo, ora ao Capitalismo.

enfim, a avenida conhecida como a mais próspera do centro comercial da cidade. Demonstrando a pretensão desses empresários migrantes não só de se fixarem aí, mas de expandirem os negócios, uma faixa, na inauguração de um dos *Garment Trade Plaza*, trazia os seguintes dizeres: “Wangfujing na parte sul da cidade”. São áreas, pois, que misturam (mais uma vez) todo tipo de informalidade com prosperidade nos negócios e, portanto, mobilizam também a classe política. Este *market*, por exemplo (entre outros que foram construídos no mesmo local), foi fruto de negociação dos líderes locais com o governo regional, interessado em, ao mesmo tempo em que dava “legitimidade” ao espaço dos migrantes, criar uma forma original de controle sobre eles (coisa que antes da demolição era muito problemática, como veremos), sem falar nos ganhos dos mediadores, que no mínimo recebiam boxes, ou stands, em troca. Aliás, o clientelismo e a corrupção não são menores aí do que no resto da cidade “formal”.

Na verdade, o processo obedece em geral à seguinte lógica: os migrantes, expulsos de determinada região que é desapropriada ou demolida para dar lugar a empreendimentos de vários tipos ou “revitalizações”, se transferem para outra cidade, em geral maior, levando consigo suas economias (Pequim é uma das cidades que atrai boa parte destes migrantes, sobretudo por se caracterizar por um tipo de economia e de comércio no qual eles podem mais facilmente se enquadrar). Aí se instalam com o intuito de retomar os seus pequenos negócios e acumular mais ganhos, embora conscientes de que podem vir a ser novamente desalojados, quando são obrigados a se dispersarem, ficando numa espécie de clandestinidade em outros bairros ou cidades (até fora do país). Alguns permanecem, especialmente os líderes que tentam negociar com as autoridades locais: aos poucos a maioria vai retornando, inclusive para o mesmo local de origem, e a “comunidade”, se recompondo. Um dos traços fundamentais destes enclaves é exatamente este: ser “dinâmico” e “aberto”⁷¹, ou seja, manter o seu caráter flutuante.

71. Cf. Li Zhang, *op. cit.*, p. 19.



Mapa de Pequim, com os bairros de migrantes

- Centro histórico
- 1 Tiananmen
- 2 Cidade Proibida
- 3 Sede do Governo
- 4 Zhejiangcun
- 5 Henancun
- 6 Anhuicun
- 7 Xinjiangcun 1
- 8 Xinjiangcun 2

Um parêntesis importante sobre um caso exemplar. Com um esclarecimento inicial: a influência dos migrantes de Wenzhou, da região de Zhejiang, sobre a economia chinesa, e especialmente pequinesa, foi tão expressiva a ponto de o *Liberation Daily* se referir, em um artigo de 1985, a um “*Wenzhou model*” – algo como um novo paradigma econômico para a China. Paradigma que tem sua origem, obviamente, na economia regional anterior, baseada sobretudo em pequenas empresas privadas, indústrias de algodão, por exemplo, em pequena escala, e comércio miúdo. Para não serem acusadas de estarem “fazendo capitalismo”, tais empresas se apresentavam como indústrias caseiras (*guahu*) e, para ganhar legitimidade, se registravam na prefeitura local (ato que era visto como forma de acobertamento, a que se chamava “usar um chapéu vermelho”...). Tais empresas se especializavam em pequenos produtos (como meias, botões e outras miudezas) e se sustentavam sem financiamentos estatais, com os ganhos delas próprias, o que lhes garantia uma relativa liberdade. Dado o seu sucesso econômico, um famoso economista chinês, Li Yining, chegou a propor tal arranjo como a forma ideal, muito mais dinâmica das relações entre Estado e sociedade: “uma grande sociedade com um pequeno governo”, em que o papel do Estado fosse minimizado e fosse dada mais autonomia às iniciativas individuais. Não é bem o que passou a ocorrer na Nova China das grandes empresas nacionais e internacionais e de regime altamente centralizado, mas esta forma de organização se refletiu fortemente em alguns dos bairros de Pequim, onde o chamado *petty capitalism* sobreviveu, e com força⁷².

Expulsa de sua cidade de origem por mais uma intervenção de *renewal* urbano, uma parte da população de Wenzhou instalou-se em

72. Sobre este modelo, ver *idem*, pp. 52-54. Com as nuances assinaladas em nota anterior. Para uma análise detalhada de outras variedades locais desse mesmo *petty capitalism*, ver ainda o estudo de David Wank, *Commodifying Communism: Business, Trust and Politics in a Chinese City*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Pequim⁷³. Fiéis ao seu espírito de iniciativa, criaram um “lugar” com características próprias, eles mesmos construindo suas casas, à diferença dos outros bairros de migrantes (em geral locatários dos anteriormente lá residentes). Ao mesmo tempo, se de um lado tudo aí parecia ser fruto da organização popular (“autodesenvolvimento, autodisciplina e autoaperfeiçoamento”), de outro, dependia também, em grande medida, da atuação de seus líderes (*bosses*), cuja função era assegurar-lhes proteção, gerir e policiar o espaço, controlar os novos negócios e, principalmente, fazer a mediação com as autoridades oficiais – para o que se utilizavam de taxações e, evidentemente, na outra ponta, de subornos. O que não lhes poupou de, dez anos mais tarde, quando a criminalidade em Pequim se exacerbou, serem considerados os principais culpados, e Zhenjiangcun que, além do mais, representava uma ameaça pela sua relativa autonomia e forma de organização (o que, obviamente, não podia agradar ao governo central), ter, em novembro de 1995, suas casas totalmente demolidas e sua população expulsa. Os protestos e as manifestações foram inúteis, a debandada foi massiva, deixando para trás apenas ruínas. Sua realocação na própria cidade foi impossibilitada pelo governo central, que ordenou que não se desse abrigo aos migrantes de Zhenjiangcun. Poucos foram os que conseguiram ficar, pela ação de seus líderes que tentaram negociar com as autoridades distritais, alojando-se precariamente cá e lá, mas especialmente no distrito de Datun, no extremo sul de Pequim, numa área já quase rural, e numa região próxima, na província de Hebei.

Como os mercados de Zhenjiangcun não haviam sido destruídos, eles tentaram ir e vir de onde estavam abrigados, mas as dificuldades eram imensas, associadas à precariedade das moradias onde se instalaram, sem falar na perseguição do governo. Depois de muita luta e sofrimento, acabaram decidindo, sob o comando de um de seus líderes (Zhen), negociar sua permanência no distrito de Yanjiao, em Hebei.

73. Os primeiros chegaram em 1983, mas a maior parte desta população aí se fixou a partir de 1986. Ver a propósito Dorothy Solinger, *op. cit.*, p. 254.

Iniciaram-se conversações com o governo local, interessado em mantê-los para desenvolver a economia da cidade, chegando a afixar na frente de um dos hotéis uma faixa com a mensagem de boas-vindas “aos industriais e comerciantes de Zhejiang”⁷⁴. Mas as dificuldades não eram poucas, a começar pela divergência quanto à responsabilidade em construir as residências, que acabaram restringindo-se a abrigos provisórios, visto não chegarem a nenhum acordo, nem com os funcionários da administração local, nem com as construtoras (foram criadas comissões mistas, discutiu-se quais os materiais a serem empregados, inclusive preços, mas as negociações não avançavam). Chegou a ser feito um projeto de criação de uma Zona Comercial em Hebei, que envolveria um largo acordo entre o governo de Hebei, o da região de Zhejiang, o governo municipal de Wenzhou, mais a participação de duas corporações privadas de Wenzhou e dos próprios migrantes. Ponderadas vantagens e desvantagens, começou-se a duvidar da viabilidade econômica de uma tal iniciativa numa região tão distante dos consumidores potenciais. Os migrantes de Zhejiang não queriam arriscar suas economias e, mais uma vez, se voltaram para Pequim. Foi assim que, em abril de 1996, começou o retorno, não só à capital chinesa, mas ao mesmo bairro, isto é, Zhenjancun, mas, desta vez, negociando com as autoridades.

A volta deu-se gradativamente, porém logo a paisagem e o funcionamento daquela área ganharam outra dimensão – foi quando o simulacro de Wangfujing, há pouco mencionado, surgiu. Num certo sentido, a população teve que se enquadrar nos padrões chineses. Se, ao chegarem, foram instalando-se de forma semiclandestina nas fábricas estatais desativadas, aos poucos foram ganhando mais visibilidade. No início, essas fábricas, havia anos deficitárias, se associaram aos que chegavam, e passaram a alugar espaços para os chefes, que por sua vez sublocavam para a população morar. Ao mesmo tempo, o solo desocupado pela demolição também foi taxado e os migrantes puderam, mediante quantias relativamente módicas, ocupar uma certa área com os seus produtos,

74. Citado por Li Zhang, *op. cit.*, p. 191.



fotos Li Zhang

Ruínas de Zhenjiangcun, depois da expulsão dos migrantes, e mercado instalado no local após o retorno da mesma população



Jang Biao

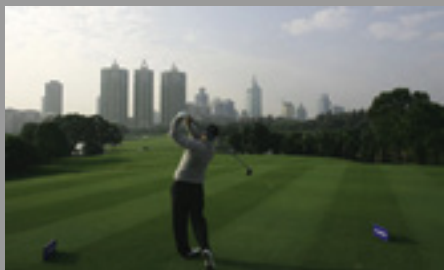
Rua de Zhenjiangcun

numa espécie de grande mercado aberto, especialmente de roupas. A presença aí de restos das construções demolidas era de certa forma um resquício simbólico de algo que não existia mais, em nome de outra espécie de espaço socioeconômico oficialmente sancionado, e uma organização, já na origem informalmente não-estatal, transformou-se num regime regulado de capital privado.

Um ano e meio mais tarde, voltando ao local, nossa antropóloga se deparou com os novos empreendimentos, a começar por um enorme e moderno *Plaza: Dahongmen Garment City*, com várias lojas, apartamentos para serem alugados aos migrantes, hotéis, restaurantes, lugares de entretenimento e outros serviços. Assim, uma nova Wangfujing (logicamente uma réplica abastardada) nascia ao sul de Pequim, como dizia a faixa na inauguração de um dos mercados, num regime de propriedade mista. De qualquer modo, se “nova garrafa, vinho velho” (como no intertítulo da autora), agora quem servia e se servia do tal vinho era certamente outra classe social e política. O *petty capitalism* de certa forma se tornava oficial⁷⁵.

75. A certa altura de seu trabalho, Li Zhang constata que “atualmente vários líderes de comunidades rurais em Pequim desejam atrair migrantes de Wenzhou porque estes mostraram que as atividades empresariais poderiam estimular a economia local e gerar ganhos relevantes. Contrariando a imagem oficial e da mídia que igualavam migrantes com crime e desordem, os habitantes locais passaram a vê-los como fonte de prosperidade” (p. 188). O modelo Wenzhou não se impôs, obviamente, mas foi assim incorporado à modernização, com “características chinesas”, para variar.

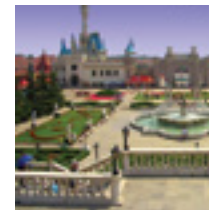
O grupo de Harvard, de Rem Koolhaas, chegou a criar um “conceito”, relativo a este item obrigatório das novas urbanizações chinesas: o de UTOPIA DO GOLFE© – uma paisagem utópica intraurbana, por vezes em meio aos Centros Empresariais, dominando o espaço, um inesperado e bizarro cenário Arcádico, espécie de visão sabe-se lá de que fantasia oriental. “Um híbrido entre o leste e o oeste, subúrbio e comunidade, antigo e moderno, vida informal e cultura empresarial, o campo de golfe é o ícone e o símbolo acabado da globalização. (...) A suprema tipologia do desenvolvimento global” (cf. *Great Leap Forward, op. cit.*, p. 396, já referido também em *Mutaciones, op. cit.*, p. 322). Chegou-se a falar na utilização do “ninho”, visto que o futebol não é um esporte assim tão popular na China, como um *Indoor Golf* ou um *Golf Simulator*, centros de treinamento, como existem em outros países asiáticos, cuja invenção e tecnologia são japonesas (uma amostra dessa compulsão nacional aparece no filme de Wenders, *Tokyo-Ga*). O mais famoso e sobrecarregado de *gadgets* se encontra em Hong Kong (cf. *Great Leap Forward, op. cit.*, p. 401).



Campo de golfe no centro empresarial de Shenzhen

Outro conceito explicativo: PARQUE TEMÁTICO©. Uma das atrações turísticas de Pequim é o World Park, uma espécie de Disney World de monumentos do mundo inteiro, com direito inclusive a um cavalo de Troia! À volta de Xangai foram construídas sete cidades-satélites, com habitações de alto padrão, que ao mesmo tempo são simulações de cidades europeias. Por exemplo, a *Thamestown*, uma versão Disney da Inglaterra, onde um apartamento custa de trezentos mil a quatrocentos mil euros, ou ainda, uma imitação de um pequeno burgo alemão, desenhado pelo mesmo Albert Speer Jr., já citado. O mesmo ocorre em outras cidades, como na região central de Shenzhen: em face dos prédios de luxo e, mais uma vez, ao lado de vários campos de golfe, novamente uma janela sobre o mundo em miniatura – um parque que é um conjunto de microcidades da Europa ou da Ásia – do Taj Mahal ao Fujiyama sem qualquer preocupação de escala ou outra referência, num verdadeiro bricabraque. Sem falar que, na região de uma fábrica desativada, em Zuhai, foi construída uma cópia de Veneza, projetada por ninguém menos do que Isosaki (ref. em *Mutaciones, op. cit.*, p. 328). Não por acaso Koolhaas diz que a Ásia se transformou num imenso parque temático, cujas cidades são uma espécie de “miragem”: compreende-se então, diante dessas formações delirantes, que já não se possa mais falar de arquitetura nem de urbanismo (p. 324), e justamente na região do globo cuja exuberância colossal parece contaminar a ascensão do resto do mundo, e dar assim régua e compasso ao século. Aliás, o filme de Jia Zhang-ke, misto de musical e desenho animado, *The World*, cujas locações são uma mescla desses parques, pretende ser um retrato da China atual, “globalizada”, e da maneira como ela olha para o resto do mundo.

Ainda sobre a configuração urbana de Pequim. Se uma estratificação como a que estamos descrevendo obedece em grande parte à hierarquia já definida pelos anéis perimetrais (com ressalva para os subúrbios novos ou gentrificados), com os desalojados do centro jogados para os anéis mais periféricos, juntamente com a população de mais baixa renda ou migrante, e os prédios de maior qualidade se situando mais próximos ao centro (como o projetado novo Centro Empresarial, já referido), tudo isto, entretanto, não está imune a valorizações induzidas pela especulação imobiliária – é onde entram os *land masters* e a disputa pela terra, em princípio propriedade estatal (embora desde 1986 tenham começado a ocorrer algumas privatizações), mas cujo uso depende de concessões. Recapitulemos o funcionamento da máquina chinesa de crescimento, retomando desta vez as pistas fornecidas por You-tien Hsing. Segundo ele, a concorrência, que se dá sobretudo entre os segmentos estatais, no arrendamento ou *leasing* do solo, tanto para a implantação das indústrias ou empresas de ponta, quanto para a incorporação imobiliária residencial, é em parte a responsável pela “vitalidade” dos negócios urbanos. Ou seja, na medida em que as taxas e custos de *leasing* são parte importante dos ganhos distritais e municipais, o poder dos chefes locais



World Park
Pequim

e de toda uma gama de agências estatais de desenvolvimento-incorporação, sem falar numa rede de intermediários que acabam beneficiando-se e enriquecendo também com os contratos sobre a comercialização da terra, é enorme. Um exemplo: como no período maoísta a política era trazer as indústrias para o centro das áreas urbanas (por exemplo, 5% da área central de Pequim era ocupada por 55% das suas indústrias estatais), o processo inverso – seja de desativação das mesmas, seja de transferência para fora do perímetro urbano – criou uma “casta” de *super-land masters*, dado o alto valor das terras a serem reutilizadas em todo tipo de incorporação, onde entravam desde habitação, monumentos comemorativos, *green parks*. E uma esclarecedora extravagância: campos de golfe. E ainda outra: os diversos parques temáticos. Além de, obviamente, comércio e empresas, particularmente indústrias de ponta ou do terciário avançado – com suas famigeradas torres.

A consequência dessa política de “acumulação” territorial, do ponto de vista da forma urbana, foi, apesar da existência de uma segmentação inegável, com valores do solo diferenciados, como nos diversos anéis de Pequim, ou nos novos CBDs das cidades – como Lujiazui e Pudong, em Xangai –, uma fragmentação muito grande, com os chefes distritais tentando trazer para a sua jurisdição o maior e mais variado número de empreendimentos, ou então mantendo conexões com outros distritos mais vantajosas para este ou aquele empreendimento, de modo a compartilhar os benefícios. O que resultou fisicamente em padrões urbanos múltiplos e numa disparidade de edificações, torres ladeando grandes extensões horizontais, funções e padrões de construção diversos, e por aí afora. Salvo alguns desses Centros Empresariais, que seguiram mais de perto os planos previamente estabelecidos (Pudong é o maior exemplo), e que mantêm uma certa coerência interna, nas demais áreas, a impressão que se tem é de um crescimento caótico e de uma ausência total de visão mais geral da cidade, ou de um mínimo de raciocínio urbano – o que certamente até ocorre, mas do ponto de vista estrito dos

negócios distritais imediatos⁷⁶. Apesar dos inúmeros planos (aliás, uma obsessão desde a época de Mao, com o intuito, pelo menos alardeado, de criar espaços urbanos condizentes com uma sociedade em princípio socialista), de haver sido estabelecido, já nesta nova fase de uma sociedade de mercado, um Plano Nacional para as Cidades (1991), definindo diretrizes para um desenvolvimento racional, controlado, ecológico etc., de terem se multiplicado os centros e os especialistas em planejamento, o que na verdade se vê triunfar por toda parte é a constante flexibilização das normas, a improvisação, a experimentação e as decisões pragmáticas⁷⁷. O superdimensionamento e a ociosidade, seja de estoques residenciais ou de escritórios, seja de infraestruturas, especialmente viárias, com superposição de até cinco planos ou mais de elevados, ou pontes que não levam a lugar nenhum, são outra consequência negativa dessa política de empreendedorismo acelerado, e cujos efeitos desastrosos para a economia local e para o desenvolvimento chinês ainda não se podem prever (ao menos, em toda a sua extensão).

Ora, diante de tais excessos, a começar pelos novos centros empresariais e financeiros das cidades chinesas, que obedecem todos à máxima

76. A propósito da importância dos *land masters* e do poder local – consequência da descentralização que vem ocorrendo na China, especialmente a partir dos anos 90 – na configuração espacial urbana e no funcionamento das máquinas de crescimento, ver, além dos autores citados, You-tien Hsing, ou, logo na abertura do presente capítulo, Tingwei Zhang (nota 4) e Yan Zhang e Ke Fang (nota 12), Fulong Wu (também já citado na nota 67). Este último, em vários estudos sobre o papel do Estado na China, sobretudo nas transformações urbanas, destaca o caráter “proativo” dos governos locais, a concorrência entre eles, e os efeitos seja no aspecto arquitetonicamente disparatado, espacialmente disperso e, por vezes, até funcional e socialmente “misto”, embora, no geral, produzindo remoções massivas de populações e gentrificação. Essa competição acirrada se estende inclusive aos diferentes distritos de uma mesma cidade, sempre em benefício dos bons negócios (Cf. em particular “Real Estate Development and Transformation of Urban Space in China’s Transitional Economy, with Special Reference to Shanghai”, *op. cit.*, pp. 153-166).

77. Na observação de John Friedmann. Cf. “The Governance of City-Building”, em *China’s Urban Transition*, *op. cit.*, pp. 95-116.

do “*more is more*”, a que nos referimos, a questão que se coloca é: como distinguir em tudo isso realidade e fantasia? Onde termina o mundo dos negócios e começa o faz-de-conta do divertimento? O que se deve à necessidade ou é mero artifício? Talvez devêssemos acrescentar um novo termo ou “conceito” (© *copyright*) ao repertório criado por Koolhaas e pelo *Project on the City*, da *Harvard Design School* (visto que foram inventados justamente com o intuito de renovar o vocabulário, próprio à urbanística tradicional, de modo a melhor descrever esses novos processos urbanos, a começar pelas Zonas Econômicas Especiais, como no Delta do Rio Pérola): a UTOPIA DAS SEZ©, isto é, das próprias *Special Economics Zones*, ou mesmo dos CBD (*Central Business Districts*). Projeção de todo tipo de fantasias megalômanas, ao mesmo tempo que réplicas, como os Parques Temáticos (com tudo que eles têm de irreal e francamente *kitsch*), das *cities* ocidentais, e de seus símbolos mais evidentes, as torres “infinitas”, cada vez maiores e em maior número? Tudo isto como imagem da exuberância econômica chinesa, mas também ironicamente reciclando e erodindo os fetiches que abastecem a mitologia do urbanismo contemporâneo, revelando-lhes o fundo falso. Exagero? Logo veremos. Maquetes, nada mais do que isto, onde o importante é a DIFERENÇA EXACERBADA©⁷⁸ – torres pós-miesianas, em geral de vidro

78. Conceito muito utilizado por Koolhaas para descrever o que acontece com os prédios desses novos aglomerados urbanos. O que não o impediu de protagonizar, alguns anos mais tarde, uma iniciativa que intrigou profissionais da área e críticos, sem falar na população em geral (embora afeita a tais extravagâncias), e com a qual certamente eleva, ao limite extremo, a “diferença exacerbada” (definição em *Mutaciones*, p. 316): “Apesar de seus elementos repetitivos [diz ele], os edifícios mostram uma ambição e uma vontade de originalidade definidas”. E mais adiante, fornece o diagnóstico definitivo a respeito: “Não se trata de uma criação metódica do ideal, mas de uma exploração oportunista de golpes de sorte, acidentes, imperfeições”. Tudo isto, vinculado ao que chama, no mesmo texto, de REALISMO MERCANTILISTA© (p. 324), do qual essa “diferença” não seria mais do que um tópico. Mas não se pode omitir a conclusão, que pode ser a chave da resposta aos que lhe cobraram coerência por ter aceitado projetar a CCTV: “Embora o modelo da CIDADE DA DIFERENÇA EXACERBADA© pareça brutal – dependendo da

espelhado, que se autorrefletem, ao mesmo tempo que disputam entre si a distinção através de algum detalhe ínfimo que as diferencie (COURTAIN WAR⁷⁹), eventualmente que as torne a imagem ícone daquele lugar, embora acabem por compor conjuntos absolutamente indiscerníveis⁸⁰. Aliás, como advertem os pesquisadores citados, cobrar autenticidade, coerência, urbanidade, não faz sentido nestas paisagens transurbanas. Não por acaso os chineses preferem o termo um tanto vago ZONA[©], que delimita o espaço mas não o seu conteúdo, conceitualmente vazia – ao contrário de “cidade” –, expurgada de todo o conteúdo histórico do território (por isto mesmo aplicada principalmente às áreas “urbanas” novas ou totalmente renovadas, ou ainda aos novos bairros ou subúrbios), e totalmente desobstruída para sujeitar-se à dinâmica do mercado (seja o capitalismo internacional, seja a especulação imobiliária local – se é que se pode separá-los)⁸¹.

robustez e do primitivismo das partes – é, de fato, delicada e sensível” [sic] (p. 334, reproduzido na abertura de *Great Leap Forward*, p. 29).

79. A expressão é mais uma vez de Koolhaas, em *Mutaciones*, num jogo de palavras com o *courtain wall* dos Modernos, *op. cit.*, p. 318.

80. Ver também a propósito o texto de Chantal Béret em *Alors la Chine?* *op. cit.*, p. 224.

81. Sobre o “conceito” de ZONA[©], cf. Koolhaas, *idem*, p. 87.



Maquete virtual do Centro Empresarial de Pequim, próximo à CCTV, 2003
Paul Andreu

Skyline de Pudong
Xangai



Quem se pergunta é o economista do MIT, Yasheng Huang, aliás ele também antigo professor em Harvard, porém sem o menor elo ou afinidade com os autores do *Great Leap Forward*, longe disso. Não obstante a enorme distância que separa um economista nada heterodoxo de um arquiteto-provocador, o primeiro está igualmente impressionado com o caráter francamente irreal desses novos centros, distritos, ou mais exatamente, como estamos a nos dar conta, *zonas*. E o afirma sem maiores rodeios. A seu ver, muito da admiração boquiaberta que provocam, a começar pela ofuscação suprema que se irradia de Xangai, se baseia quando muito numa espécie de “evidência visual”, no caso, a imponência grandiloquente de um *skyline*, que faz com que algo seja imediatamente assumido como “milagre” sem precisar minimamente ser demonstrado. No entanto, quando se olha mais de perto, percebe-se que tudo não passa de uma “miragem”, afirma o autor, que, além do mais, não hesita em profetizar, após um balanço minucioso dos grandes números chineses: “se a economia chinesa tropeçar, os futuros historiadores olharão para trás, para a estonteante elevação de arranha-céus em meio aos antigos

arrozais de Pudong, como um sinal de alarme que passou despercebido para quase todo mundo”⁸².

Recapitulemos brevemente o percurso que o leva a fechar tal diagnóstico sobre o futuro dessas cidades. Na verdade, sobre o futuro da China dominada pelos burocratas de Xangai, Yang Zemin *en tête*. Primeiro, ao assumir a direção da política econômica da China, em 1989, e, depois, ao suceder Deng Xiaoping. É quando Xangai passa a ser considerada também uma SEZ, como as cidades do Delta do Rio Pérola, e, ao mesmo tempo, a consumir bilhões de *yuans* na sua expansão – das suas infraestruturas aos Distritos Financeiros, especialmente o incomensurável Pudong. Mas não apenas Xangai, para Huang todo o crescimento chinês e as modernizações urbanas que o acompanharam teriam sido resultado de uma espoliação muito especial, seja através de transferência de renda extraída de camadas sociais *underprivileged*, seja através de taxaço dos vários tipos de negócios e arranjos empresariais situados na imensidão da China rural. De fato, são estes últimos os responsáveis pelo *boom* dos anos 80/90, e que ainda continuam a sustentar boa parte destes centros literalmente “inventados” e superlativamente concentrados em Xangai. Milagres manufaturados, apresentados ao mundo como espelhos nos quais se reflete a vibração ultramoderna da economia chinesa. Miragem que, segundo o autor, não resiste a uma boa desagregação dos indicadores macroeconômicos pertinentes. Assim, em Xangai, pouco se produz de riqueza real, não obstante se enriquece e se fazem negócios – ou seja, trata-se de um centro de consumo e sede de vários *headquarters* (regionais) de grandes empresas multinacionais. Sua participação no PIB chinês (5,5%, em 2004) também não corresponderia ao papel que lhe é atribuído e, proporcionalmente aos investimentos, seria deficitária. Huang chega ao extremo de dizer que tanto o Centro Empresarial de Pudong, quanto até mesmo o celebrado Centro de Alta Tecnologia não passariam de bem arquitetadas farsas. De sorte que, por entre tantos simulacros e

82. *Capitalism with Chinese Characteristics. Entrepreneurship and the State*. Nova York: Cambridge University Press, 2008, p. 231.

Rua Nanjing e vista aérea de Pudong Xangai



fachadas, Xangai no fundo nada mais seria do que uma gigantesca cidade de Potemkin – em suma, mero cenário⁸³.

Um dos exercícios prediletos de Huang é colecionar disparates de celebridades a respeito da vitrine chinesa. A palma vai sem dúvida para o colunista e ideólogo Thomas Friedman, em cujo mundo global *plano* (*flat*), Xangai e Silicon Valley estão no mesmo nível: acresce que no mesmo paraíso, às margens do Hongpu, você pode trabalhar onde quiser, viver onde desejar, vestir o que bem entender, estudar no estrangeiro se lhe der vontade, buscar na internet todas as informações de que precisar e começar um novo negócio se lhe convier. E por aí vai. Nada disso, e muito mais, seria sátira involuntária, no caso, por exemplo, dos *yuppies* xangaineses descritos por Aiwha Ong, enredados no “jogo afrodisíaco da emergência global”⁸⁴. Tampouco escapa a veneração acadêmica pela “cabeça do dragão” (Xangai, é claro), considerada uma das “áreas mais legalistas e institucionalizadas da China” – obviamente dependendo do que se está institucionalizando. Outro forte concorrente é o Banco Mundial. Segundo Huang, seus economistas costumam traduzir impressões turísticas – três mil arranha-céus, trem-bala etc. – em gráficos e estatísticas macroeconômicas. Uma amostra extrema e patética, sempre aos olhos de nosso autor: num Congresso de 2004, num hotel luxuoso de Xangai, para variar, o Banco Mundial chegou à conclusão de que a inquestionável redução da pobreza na China se devia à sabedoria

83. A expressão, aliás, já foi utilizada por Koolhaas (mais uma vez). Seja para caracterizar as estradas do presidente Mao – CORREDORES POTESKIN© –, quanto as pontes mirabolantes e megarródovias na região do Delta do Rio Pérola (*Mutaciones*, p. 330). Ver ainda, num sentido próximo ao de Huang, Broudehoux, no capítulo “Potemkinismo chinês” (*op. cit.*, p. 30): cidades e fachadas confeccionadas de modo a distorcer e idealizar a realidade. Todos esses autores, portanto, convergem de algum modo, ao descrever a irrealidade das novas paisagens urbanas chinesas, compostas à maneira dos cenários montados pelo ministro da Imperatriz Catarina a Grande para melhor enagnar a viagem de inspeção sua pela recém-conquistada Crimeia.

84. Cf. “Reengineering the Chinese Soul in Shanghai?”, em Aiwha Ong, *Neoliberalism as Exception*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 235.

do governo ao não proteger os agricultores com subsídios artificiais, de sorte que a explicação correta para o fenômeno residiria na “rápida urbanização”⁸⁵!

Enunciadas todas essas enormidades – na contramão da euforia ocidental com o turbo-capitalismo chinês –, é bom lembrar que o modelo de economia eficiente para o autor é o *laissez faire* de Hong Kong, aliás não menos fantasioso dos que os *trompe-l’oeil* da China urbana contra os quais investe. Já a epígrafe do capítulo que nos está servindo de roteiro e argumento – justamente “O que há de errado com Xangai?” – vale como um atestado do engodo em curso: “É necessário que se saiba que, em relação à necessidade de crescimento econômico e social, Xangai não é suficientemente dinâmica. O elogio ao dinamismo de Xangai em geral vem da boca dos amigos internacionais, baseados em comparações impressionísticas com metrópoles de países estrangeiros”⁸⁶. Ocorre que esta advertência em relação às ilusões quanto ao que de fato se passa neste famigerado centro financeiro e empresarial da China é nada mais nada menos do que um trecho do Relatório da Associação da Indústria e Comércio de Xangai, de 2006! Portanto, a medida de sua avaliação deve ser dada tanto por outras províncias mais empreendedoras da própria China, quanto pelas metas de crescimento que esta se propõe e na velocidade que pretende atingir. Mas, pode-se contra-argumentar, as evidências não são apenas visuais, afinal o PIB *per capita* de Xangai é dos maiores na China (5,2 vezes o PIB *per capita* nacional); porém, é certo também que, apesar de deter os salários mais altos do país, a renda *per capita* é das mais baixas – ou seja, não se trata de um crescimento para os pobres. Do que se está falando, portanto, a propósito deste “milagre” consagrado por todos – e não só pelos “amigos”? Se Xangai deve ser a grande vitrine do capitalismo chinês, a maior referência externa e modelo interno (mesmo havendo outras cidades tão dinâmicas como

85. Cf. *op. cit.*, pp. 178-179.

86. *Idem*, p. 175.

Shenzen, ou, mais recentemente, Chongqing), a ponto de investimentos maciços do governo a subsidiarem, o que na verdade ela sinaliza?

Segundo Huang, o modelo de crescimento urbano de Xangai é sobretudo “político”, e a primeira comparação que ele faz, já na abertura do livro, é com o “desenvolvimentismo” dos anos 70 na América Latina – *commanding heights economies* – regimes centralizados e autoritários em sua maioria, grandes obras superdimensionadas de infraestrutura, paraíso das empreiteiras, gigantismo dos anéis burocráticos de negócios, e com consequências análogas: aumento do fosso social, concentração escandalosa de renda, contração das oportunidades sociais, retrocesso na educação (retorno do analfabetismo) e na saúde (custos exorbitantes e socialmente inacessíveis)⁸⁷.

De outro lado, se o PIB *per capita* de Xangai é expressivo, diz Huang, é devido à carga tributária e ao lucro das corporações. O *boom* imobiliário dos grandes projetos pouco repercutiu na renda familiar dos moradores de Xangai, nem mesmo no aumento do emprego. Boa parte da mão de obra da construção é de migrantes, como se sabe, sendo que as grandes empresas multinacionais aí sediadas empregam, proporcionalmente, muito pouco. A inovação em matéria de tecnologia também é pequena e lenta – tem fama, mas não é (embora seja centro de instituições científicas) o lugar em que mais patentes são licenciadas para fins comerciais, que é o que conta (não basta ser inventivo nos laboratórios...)⁸⁸.

E acrescenta: para que ocorresse o “milagre” propagandeado, faltaria ao modelo Xangai um elemento importante até então na economia chinesa (e que ainda está em vigor em outras regiões, como a referida acima Zhenjiang, onde a renda *per capita* chega a ser cinco vezes maior do que a de Xangai), o empreendedorismo privado e os pequenos

87. Deixemos ao juízo dos *experts* a heresia do nosso professor do MIT, ao aproximar, além do mais baralhando os tempos históricos, a atual hegemonia nacional do que se poderia denominar Consenso de Xangai, dos antigos milagres latino-americanos, cujos perdedores se conhece.

88. Aliás, um dado interessante a respeito: Pequim e não Xangai domina a lista de empresas chinesas de tecnologia cotadas na Nasdaq.

Xangai, cidade de contrastes



A “elite” chinesa continua dividida, segundo matéria do *Newsweek* de 5 de outubro de 2009: “China’s Divided Elite”. De um lado, os assim chamados “populistas”, como o atual Presidente Hu Jintao e o Primeiro-ministro Wen Jiabao, a favor do incremento de algum tipo de proteção social, políticas “verdes” e um menor desequilíbrio entre a rica zona litorânea e o vasto interior mais pobre. Do outro, os “elitistas”, no topo dos quais se encontram os “príncipezinhos”, como são chamados os herdeiros, naturais ou não, da casta dominante, advogando com a ênfase costumeira a causa do crescimento a qualquer preço, com epicentro nas Zonas Econômicas Especiais, e, enfim, coroando o edifício, o livre comércio. Está claro que esta é a agenda das cidades: economia orientada para as exportações, assentada nas grandes empresas, e, para variar, às custas das áreas rurais. A novidade – ainda segundo a mesma matéria do *Newsweek* – é que começam a aparecer vozes dissonantes não triviais: por exemplo, a do Secretário do Partido na Província Costeira de Guangdong, Bo Xilai, denunciando os estratagemas habituais empregados pelas autoridades municipais para engordar estatísticas de crescimento – o PIB local aumenta com a construção de uma via expressa duvidosa, e volta a aumentar quando o elefante branco é demolido.

A “ideologia urbana”, como Yasheng Huang denomina toda esta síndrome, certamente foi consideravelmente reforçada pelo “Grande Salto Tecnocrático” dado pela política chinesa no último período – conforme título da matéria em que o correspondente da *FSP* na China comenta a presença de nada menos do que oito

engenheiros entre os nove membros do Politburo do PCC, formalmente a última instância da elite chinesa do poder (Caderno *Mais*, de 29 set. 2009, p. 4). Na mesma matéria, Juste Lores conta que a rápida ascensão do Ministro do Comércio Bo Xilai – de prefeito de grande sucesso em Dalian a secretário geral do Partido para a região de Chongqing –, a ponto de pretender a sucessão de Hu Jintao, e que poderia parecer simplesmente meritocrática, estava, também ela, enraizada justamente em ligações de estreito parentesco com os hierarcas de turno. O que explica boa parte dos fartos financiamentos de Pequim para Dalian, porto transformado, naquela ocasião, em modelo ambiental. Enfim, Bo Xilai conseguiu juntar desempenho à sua condição herdada de *princeling*, além do mais entroncada na linhagem azul dos elitistas – segundo a mesma reportagem já citada da *Newsweek*, acerca da divisão entre “vermelhos” e “azuis”, no Partido. Aliás, não seria desinteressante saber que a carreira deste presumido príncipe herdeiro foi impulsionada, mais recentemente, por uma outra demonstração de “competência”, desta vez, no combate, como se diz, ao crime organizado em Chongqing, de resto renomada capital mafiosa antes da Revolução. Vale lembrar que, erradicado desde então, o gangsterismo retornou com toda a força na última década graças às novas conexões com o intrincado e estratificado sistema chinês de administração, agravado pela autorização de ingresso dos representantes do *big business* nas fileiras do Partido (Cf. reportagem do *Economist* de 3 out. 2009, “The red and the black”, pp. 28-30, e do correspondente na China do *Le Nouvel Observateur*, n. 2358, jan.2010, “Voyage dans la cité des ripoux”, pp. 30-32).

negócios, a pequena escala como na época do *tacking off* da década de 80⁸⁹. Responsáveis, sempre de acordo com Huang, juntamente com os produtores rurais, pelas pesadas taxas que financiaram até agora os megaprojetos, improdutivos enquanto tais. Além do que, em termos de grandes empresas privadas nativas, Xangai também poderia ser considerada subdesenvolvida frente ao resto do país – ela comparece com apenas seis na lista das 1500 maiores empresas chinesas. Portanto, nada parece justificar o *great leap* que a cidade pretende ter dado. Tratar-se-ia, pois, ao fim e ao cabo, de uma escolha política (não esqueçamos que, na qualidade de municipalidade – poucas cidades são consideradas como tal –, Xangai está diretamente subordinada ao controle do governo central, como Pequim e poucas outras na China): presença massiva e concomitante de estatais e multinacionais, em detrimento da iniciativa econômica endógena, na opinião dissonante do autor. A verdade é que, por ser politicamente privilegiada, a cidade se fez subsidiar. Numa palavra, a “cabeça do dragão” está vazia⁹⁰.

A promoção de tal imagem obviamente exigiu um processo de *world city making* levado ao paroxismo – seja na construção desmedida das infraestruturas, seja nos disparates de Pudong –, o que faz com que o setor imobiliário não só seja dos mais prósperos (três das seis empresas citadas há pouco são construtoras), mas o setor mais “político” da China. O que explica em razoável medida a irresistível ascensão dos novos tecnocratas urbanos Yang Zemin e Zhu Rongji, que afinal implantaram o modelo de Xangai no país inteiro, como lembrado. Daí a onipresença do Estado no setor, onde não opera mais à maneira brutalista do tempo da economia de comando, mas ao modo de uma rede tal de alianças de poder e compadrio de toda espécie, que seria o caso de se perguntar se não

89. Como se vê, mais um economista que acredita que a China estaria muito melhor se desse mais espaço para as iniciativas de menor porte, além do mais voltadas principalmente para o mercado interno. Algo aliás que está começando a mudar e que talvez venha a desbancar o modelo Xangai, na opinião do autor.

90. Cf. Yasheng Huang, *op. cit.*, especialmente pp. 176-178.

A expressão *crony capitalism* – traduzida em geral por capitalismo de compadres, ou de cupinchas – é utilizada pela literatura especializada para designar um conjunto de práticas econômicas voltadas para a captura de rendas extraordinárias graças a conexões políticas pessoais com os altos escalões do Estado. Quando a crise asiática de 1997-1998 estourou, o *establishment* ocidental, que no entanto estava lucrando com a *débâcle* do Milagre asiático, não hesitou em despejar cinicamente nas costas do famigerado *crony capitalism* a responsabilidade pelo colapso, pois afinal aquele transplante do atávico clientelismo oriental para o mundo dos negócios representava uma aberrante distorção da presumida impessoalidade weberiana do capitalismo moderno. Até que os escândalos da era Bush revelaram a extensão do “capitalismo entre amigos à moda americana”. Do ângulo mais específico dos argumentos reunidos neste estudo, interessa sobretudo destacar uma dimensão desta espécie original de capitalismo, que aos poucos está se tornando

gênero global, da síndrome Enron ao berlusconismo: seu caráter dissimulado, ou melhor, sua ostensiva simulação, algo como um capitalismo simulado, como se desprende do título mesmo da obra clássica sobre o conceito de *crony capitalism*, o livro de Kunio Yoshihara, *The Rise of Ersatz Capitalism in South-East Asia* (Singapura: Oxford University Press, 1988). Como o enunciado indica, trata-se de um *sucedâneo* que se distingue pelo fato de que o mundo dos negócios é que se converte num feudo da elite política, ao contrário da corrupção rotineira, em que a classe política está à venda. Pelo contrário, a acumulação é política desde o seu nascedouro. Por isso, no caso chinês, não se trata de uma patologia de um mercado previamente existente, pois o que está em jogo é a própria emergência política dos mercados. De sorte que os negócios são ao mesmo tempo negócios de verdade e... fachada. Faz portanto todo o sentido do mundo identificar no Consenso de Xangai seu necessário invólucro urbano, ou seja, a matriz da metrópole Potemkin.

estaria aí o núcleo orgânico, isto é, urbano, do *crony capitalism* chinês. Parece-me ser esta a convicção mais arraigada de nosso autor.

Como se pode imaginar, com o monopólio da propriedade do solo urbano e, sobretudo, o poder político de decisão acerca das formas de sua ocupação, o tráfico de influência nas redes clientelísticas envolvidas no negócio atinge proporções grandiosas – chinesas, em suma. Voltamos aqui à questão levantada há pouco sobre a configuração das novas paisagens urbanas e o papel dos *land masters*. No caso de Xangai, dada a escala, a presença do compadrio e da corrupção é ainda mais gritante. Um bom exemplo é o da firma *Fuxi Investment Group*, fundada por Zhiang Rongkun em 2003 e que em 2005 já havia construído um total de duzentos quilômetros de elevados (!), o que lhe valeu o apelido de Mr. Road King. Um ano mais tarde acabou sendo preso, e, na ocasião, foi revelado que “o que ele havia acumulado vinha de um Fundo de Pensão de Xangai e o restante, de um Banco de Empréstimos e, ‘por baixo do pano’, de negócios envolvendo a privatização de uma das maiores estatais da cidade, *Shanghai Electric*. Noutras palavras, o Sr. Zhiang nunca construiu ou desenvolveu um verdadeiro negócio, ele se tornou grande devido às suas conexões políticas. O elenco das personalidades envolvidas neste escândalo revela a profundidade do *crony capitalism* em Xangai”⁹¹.

Jonathan Story, professor no Instituto Europeu de Administração de Empresas, ao escrever *China, corrida para o mercado*⁹², livro destinado justamente a explicar como se fazem os negócios na China, depois de reafirmar a tutela do Estado, dos caciques locais, as manipulações da *nomenklatura* do partido, na formação de *lobbies*, seja na definição das empresas a serem preservadas, criadas ou fundidas, seja na escolha dos gestores, esbarra na inexistência de regras claras de modo a conferir às autoridades públicas amplos poderes, além do mais arbitrários. Ou seja, para Story, os negócios estão de tal modo inseridos no arranjo chinês de influências, que acabam gerando uma rede de relações

91. Huang, *op. cit.*, pp. 229-30.

92. Editora Futura, 2004. Cf. especialmente o cap. 7.

interpessoais de dimensões tais que chegam a consumir 70% das despesas de instalação de um negócio (e aqui ele está citando o depoimento de Zhang Hongwey, fundador do *Orient Group*, a primeira empresa privada a negociar as suas ações em bolsa). Ou seja, é uma máquina que funciona através de “um extenso mercado político de favores”, a tal ponto que a corrupção passa a ser parte estrutural do processo. Talvez não haja aí muita novidade em relação ao funcionamento do capitalismo no ocidente, mas o poder do Estado, proponente, concessionário (principalmente quando se trata do setor da construção e do uso do solo) e supervisor, alimentaria ainda mais esta cadeia pouco virtuosa e de total promiscuidade entre poder político e “crime organizado” (na expressão forte do autor). Segundo ele, a construção civil é onde se daria de forma mais gritante este tipo de convergência entre políticos importantes e empresários inescrupulosos. Ligados a empreiteiras, por exemplo, que, para pagar a porcentagem dos intermediários, utilizam materiais inadequados, como no dique, no lago de Honghou, fundamental para a proteção da área industrial de Hubei, onde os tijolos foram substituídos por cacos e detritos de todo tipo. Foi assim que se viu a ponte Arco-Íris, ao sul de Chongqing, ruir de uma hora para a outra, ou prédios inteiros de habitação, escolas, hospitais, como aconteceu recentemente no terremoto de Sishuan (ditos por isto mesmo “de areia”), salvando-se apenas alguns edifícios públicos ou de corporações, construídos evidentemente de acordo com outros padrões. É ainda dentro desta cadeia “produtiva” que Story inscreve o novo e cintilante centro de negócios de Xangai, dos dois lados do rio Huangpu, “entupido de edifícios de escritórios semiocupados”, ou seja, criam-se demandas artificiais, um superdimensionamento das obras a serem executadas, que alimentariam esse desvairio especulativo.

Já um autor como John Friedmann, nem um pouco ingênuo, porém preocupado em julgar de forma menos categórica as mudanças em curso na China, prefere ver, em todas essas alianças de poder e dinheiro, algo que ele chama de “instituições anfíbias”, e que na verdade apenas

mantém (apesar da relativa pulverização do sistema de controle hierárquico) práticas ancestrais, genericamente apelidadas de patrimonialistas, entranhadas nas extensas redes familiares e de relações políticas, com pactos de reciprocidade a longo prazo – o famoso *guanxi* (que não cessa de escandalizar o virtuoso capitalismo ocidental...) –, um fenómeno nacional quase incontornável, e onde é difícil distinguir o que é e não é corrupção (e que não é comparável, portanto, ao comportamento das elites mafiosas, como ocorre na Rússia). Sem negar a existência de práticas ilícitas, aliás chega a adotar até a expressão “capitalismo bucaneiro”, Friedmann, no entanto, acredita que casos de grandes escândalos seriam mais ou menos excepcionais, devidamente punidos e mantidos dentro de certos limites controláveis pelo partido, embora na China, como ele mesmo reconhece, práticas governamentais de responsabilização pública são raridade ainda maior do que no resto do mundo. Menos drástico do que os autores citados acima, ainda que reconhecendo a pouca participação da população nos benefícios e muito menos na gestão dos negócios, e as enormes desigualdades geradas justamente por essa forma de “acobertamento” familiar e político, sem falar na concessão das terras públicas (ou a especulação com elas), associada à ausência de controles estatais sobre as empresas de construção (provocando um aumento, por exemplo, do valor das habitações a níveis muito superiores aos dos salários e rendas familiares, a um ponto tal que $\frac{3}{5}$ das mesmas pertencem aos 10% mais ricos, isto sem contabilizar os trabalhadores migrantes, que aumentariam ainda mais a desproporção entre “proprietários” e “não proprietários”), ao mesmo tempo acredita que as cidades chinesas vivem uma “transição” que ainda não acabou. Friedmann aposta em possíveis correções a serem feitas ao longo do processo⁹³.

Inclusive, tão reticente Yasheng Huang de há pouco, para o qual já soou o sinal de alarme instalado no coração do atual modelo urbano, atenua um pouco seu prognóstico sombrio, ao pressentir os sinais de um novo curso se multiplicarem ultimamente. O livro se encerra com o

93. John Friedmann, *op. cit.*, pp. 122-129.

Em matéria da *Folha* sobre o evento a ser realizado daí a dois dias (Caderno *Mais*, 29 set. 2009), os dois correspondentes tentam relativizar o fato de as comemorações estarem centradas (*et pour cause*) num desfile militar. Juste Lores, por exemplo, reproduz o depoimento de diplomatas estrangeiros que dizem acreditar que o desfile vise mais ao público interno, e que dificilmente o aparato bélico que será apresentado poderia ser interpretado como expressão de poderio militar mundial (p. 4). Aliás, segundo o outro repórter, Vaguinaldo Marinheiro, nem conviria à China, neste momento, passar a imagem de um país que quer dominar o mundo, ou de uma superpotência ameaçadora, mas a de um país amistoso, de uma potência em desenvolvimento, às voltas com a resolução de suas contradições internas, que, ao mesmo tempo, merece respeito e não abre mão do seu modelo político e econômico – por sinal fortalecido após a crise mundial, da qual não só se saíram melhor, mas em grande medida salvaram os demais (p. 8). Como era de se prever, o desfile de 60 anos do regime foi mais uma *extravaganza* exibida para o mundo inteiro, agora com todo um arsenal *made in China*, comprovando o fim da dependência soviética, além da mensagem clara passada pela presença da última geração de mísseis nucleares, todavia, confirmando igualmente as previsões, o real destinatário daquela parada militar espetacular – a relíquia arcaica na origem de todo o megaevento, como lembrado – era o próprio povo chinês. Porém, desta vez, um desfile realizado exclusivamente para ser visto pela televisão, sem público real, cuja presença nas ruas e até nas janelas e sacadas foi proibida, bem como espectadores mais exóticos, como pipas e pombos. Dificil melhor pano de fundo para realçar a ironia voluntária do presidente Hu Jintao: “com uma China Socialista [sic.] caminhando a passos firmes para a modernização, o mundo e o futuro estarão assentados firmes como uma rocha no Oriente” (cf. reportagem do *The Economist* de 3 out. 2009, p. 54).



registro de algumas dessas mudanças provocadas principalmente pelos efeitos nefastos e impopulares da inflação, resultantes em parte do aumento do preço das *commodities*, consequência, por sua vez, do *boom* desproporcional da construção urbana – o que estaria obrigando as autoridades a voltarem sua atenção novamente para o campo, para o consumo interno, e a reconhecerem a necessidade de novas reformas (previdência, saúde, educação etc.). Ainda sobre tudo isto, é difícil fazer previsões. A crise americana de 2008 – afinal mundial – também bateu à porta da China, mesmo que o tenha feito com menos força, mas a ameaça não é apenas externa, a imensa massa de desempregados e trabalhadores precários é, como tem advertido a maior parte dos analistas, uma bomba que pode explodir a qualquer momento, e seguramente não será na dimensão restrita da Praça Tiananmen. De qualquer modo, às vésperas do sexagésimo aniversário da Revolução chinesa, a demonstração reiterada de progressos tecnológicos em matéria militar espetaculares dá o que pensar.

Pequim-Xangai. Aparentemente este o eixo que representa de forma mais nítida o elo entre os negócios da política e a política dos negócios, ao menos no plano da figuração simbólica. Se, aparentemente, outras cidades se impuseram neste meio tempo, as duas cidades-marca continuam sendo estas, e a Exposição Universal, com ou sem crise, continua a despejar *yuans* naquela que sempre foi tida como o centro econômico e financeiro do país: Xangai, sem dúvida. Agora em nome de *better city, better life* (tema e lema da Expo, voltada para o “Desenvolvimento urbano com qualidade de vida”). As conquistas tecnológicas a serem exibidas pelos diferentes países dizem, portanto, respeito ao desenvolvimento sustentável, meio ambiente, novas fontes de energia, energia renovável etc. Tudo isto, evidentemente, num clima de feira, com atividades culturais, eventos e convenções de várias ordens. Numa área antes ocupada por fábricas desativadas, e já prometida aos empreendedores imobiliários, estão sendo construídos: um Centro de Convenções, outro de Performances, com palco e plateia flexíveis, um Expo Boulevard, espécie de Centro comercial e de transportes, e assim por diante. Mas a atração maior será obviamente a própria China – a performática-mor do evento, com um pavilhão nacional de 47 mil metros quadrados desenhado na forma de “coroa oriental”, além de um pavilhão regional de 38 mil metros quadrados e os pavilhões dos territórios incorporados ou aliados da Nova China, Hong Kong, Macau e Taiwan.

Se as Olimpíadas eram apresentadas no *site* oficial como um grande acontecimento “popular”, esta exposição abre com o ideograma que corresponde em chinês a “pessoas”, um imenso “Edifício do povo”, como foi batizado, projetado por uma firma dinamarquesa (BIG), emergindo da água e da terra simultaneamente, em direção ao infinito, projetado



Montse Zamorano

Pavilhão da China

para ser um hotel de 150 metros de altura e mil quartos – nada menos popular em matéria de monumento ao povo. Mas novamente as imagens se superpõem à realidade, ou são a própria realidade (como já se disse à exaustão sobre essa arquitetura midiática). O projeto do pavilhão de Xangai, assinado por arquitetos do atelier de Feiching Jianzhu, é projetado com o reaproveitamento de parte do lixo de Xangai, no caso, milhares de caixas de CDs (trinta milhões de CDs são jogados fora anualmente e apenas uma pequena parcela é reciclada). A fachada, inspirada em parte no Beaubourg, igualmente remete ao lúdico: de novo tubos plásticos – nada ecológicos, como se sabe, mas que também podem vir a ser reciclados, após o término da Exposição, justificam seus idealizadores. A iluminação será feita por *leds*, modificando a aparência exterior, num jogo de luzes e cores que fazem lembrar os recursos cenográficos exaustivamente utilizados em Pequim, nas Olimpíadas, mas que são também a marca dos novos centros urbanos chineses, em especial a famosa avenida de seis quilômetros, Nanjing Road, a rua comercial mais luxuosa de Xangai, com suas cascatas de luzes e cores. Novamente estamos diante de mais um espetáculo para os olhos, embora se alegue que se trata de um edifício que, além de utilizar material reciclado ou reciclável, possui uma infraestrutura que procura aproveitar a energia solar e a água da chuva⁹⁴.

Mas os grandes investimentos para este evento estão sendo mais uma vez canalizados para o *world city making*, da “Torre de Xangai” de Gensler, no centro financeiro de Pudong, que pretendia ser a maior do mundo (desbancada recentemente pela Burj Dubai, com mais de oitocentos metros), em meio a uma multidão de arranha-céus que há muito superou a cifra mítica de Nova York; um metrô de duzentos quilômetros que não para de crescer e deve chegar em 2020 a oitocentos quilômetros; mais elevados e pontes; sem contar os conjuntos habitacionais (na pressa, um acabou de cair literalmente e integralmente “de costas” – segundo as autoridades, efeito de um tremor de terra, embora os demais, do

94. Todas essas informações se acham nos *sites* publicitários do Evento.



Maquete virtual do Pavilhão de Xangai

mesmo conjunto habitacional, continuem em pé, sabe-se lá por que e até quando); o aeroporto e o porto também estão sendo ampliados (este é atualmente o segundo do mundo em movimento de carga – sendo o primeiro o de Cingapura). Enfim, como sempre, um evento a mais capaz de justificar que rios de dinheiro sejam canalizados para Grandes Projetos e, portanto, sempre mais “construção”⁹⁵.

Em suma, os recursos habituais na escala chinesa. Das grandes obras às gentrificações de costume. Resta saber a quem de fato se destina essa vitrine. Seguramente não apenas a empresários e banqueiros embaixados. Far-se-ão negócios, obviamente, mas o importante é que, numa velocidade ainda maior do que o crescimento da China, os pontos a favor vão-se somando no imaginário internacional sobre a possibilidade de ela ir superando rapidamente os *handicaps* negativos: performance primeiramente econômica, mas também esportiva (veja-se o número de vezes que subiu ao podium em Pequim, não tendo nenhuma tradição de medalhas olímpicas), talvez militar (haja vista o desfile das comemorações dos 60 anos da Revolução), e ecológica – o último trunfo (ainda por conquistar, visto que as suas maiores cidades são tidas como as mais poluídas do mundo, mas já podendo exibir alguns exemplos exitosos, como Dalian, Zuhai ou Chongqing), para ser reconhecida como de fato a grande líder mundial.

A exposição acontece num momento em que o mundo todo está empenhado em preservação ambiental, energia renovável, reaproveitamento das águas, diminuição do aquecimento global e demais temas da agenda

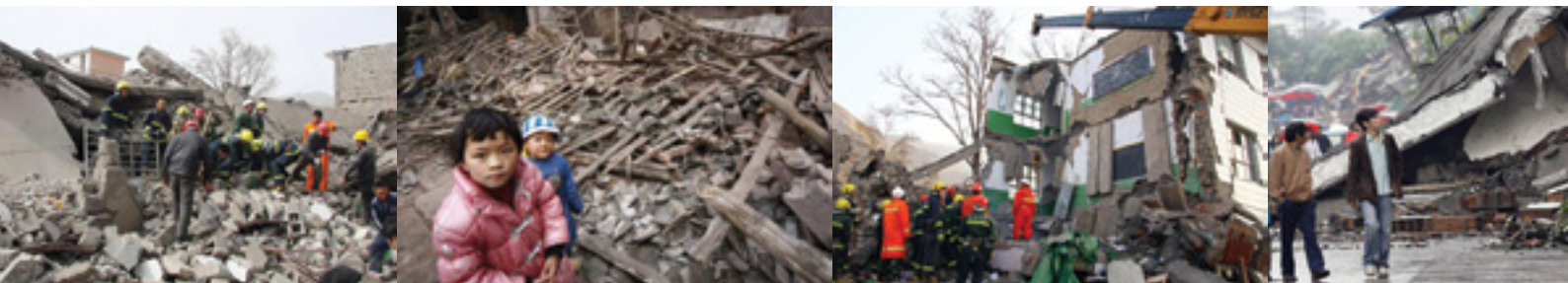
95. As dúvidas a respeito se intensificam, cada vez mais próximas do topo. Yu Yongding, antigo consultor do Banco Central da China, adverte, em declaração recente, que o furor construtivo megaestrutural, ao inevitavelmente estancar, deixará o país órfão de “motores de crescimento”. Pois convém não esquecer que, malgrado seu crescente vigor financeiro, a China continua um inovador tecnológico retardatário, além de ainda irrelevante na criação de *global brands* (Cf. “A Wary Respect: a Special Report on China and America”, *The Economist*, 24 out. 2009).

ecológica. Mais uma chance para a China tomar a liderança no que o colunista do *New York Times*, Thomas Friedman – como sempre empenhado em enaltecer a China para pôr em brios os americanos, que não estariam enxergando o perigo que se aproxima –, denominou de “Revolução Verde”. Para ele, uma das coisas mais importantes ocorridas nos últimos dezoito meses foi a decisão da China Vermelha de se tornar Verde, sem o que ela corria o risco de perecer devido ao seu próprio desenvolvimento. Como se vê, ao nível pelo menos da propaganda, a China já está ganhando a batalha. Segundo o mesmo autor, num misto de entusiasmo e susto, logo não estaremos mais comprando apenas brinquedos da China, mas carros elétricos, painéis solares, *softwares* de eficiência energética. Ele chega a comparar este salto chinês com o lançamento do Sputnik pela Rússia em 1957 – o primeiro satélite artificial do mundo, que levou um ansioso Eisenhower a promover grandes investimentos em ciência e tecnologia de ponta. E adverte os americanos sobre o fato de a China, neste momento, concentrar-se na fabricação a baixo custo de equipamentos para energia solar e eólica para o mercado mundial. Para tanto, já teria aberto as portas a empresas estrangeiras, como a Applied Materials, que vai instalar em Xian o maior centro no mundo de pesquisa em energia solar. Friedman acredita que uma nova corrida mundial se anuncia, na qual os Estados Unidos parecem mais empenhados em obstruir leis que impeçam o aumento do gás carbônico do que o inverso, acreditando ainda que o novo Sputnik seja apenas uma estrela a mais, enquanto, na China, um grupo de jovens líderes empreendedores está inteiramente voltado para essa questão. E ele encerra a matéria com uma ressalva e logo um alerta: “Evidentemente, a China continuará crescendo com carvão sujo e barato, prendendo ambientalistas e despojando florestas africanas de madeiras e minerais. Não tenham dúvida sobre isso. Mas não tenham dúvidas também de que, em silêncio, a China está enveredando por um novo caminho paralelo de inovação e utilização de energia limpa. É o Sputnik do nosso tempo. Se o

ignorarmos, o risco é nosso”⁹⁶. Pela última vez, o que está em jogo num megaevento como Xangai 2010 é algo muito mais intrincado do que o lançamento espetacular de uma *world city*.

Novamente o trem da modernização vai partir. O futuro, cuja chegada foi anunciada no Portão da Paz Celestial em 1º de outubro de 1949, hoje é a assombrosa ruína que se pode ver no filme de Wang Bing. Até aqui, as formas urbanas extremas da Nova China não autorizam a descartar inteiramente o pressentimento de que o eixo Pequim-Xangai afinal não passe de mais uma colossal ponte para lugar-nenhum.

96. Reproduzido em *OESP*, 11 out. 2009, p. A18. Obviamente um “formador de opinião” como Thomas Friedman nunca está falando sozinho. Em matéria de capa sobre os enganos e certezas convencionais sobre a China, o *Newsweek* de 26 out. 2009 vai na mesma direção: o governo chinês está empenhado em tornar a tecnologia verde uma prioridade estratégica, presumindo liderar o combate mundial à mudança climática por volta de 2020. Choverá dinheiro, por certo: fala-se num pacote de 218 bilhões de dólares.





Terremotos na China, em 2008 e 2010,
que provocaram o desmoronamento das
chamadas casas e escolas de areia

Ruínas do futuro

- ARAGON. *Paysan de Paris* (várias edições).
- ARANTES, Otília. “A Ideologia do Lugar Público na Arquitetura Contemporânea”. *O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos*. São Paulo: Edusp, 1993.
- BENJAMIN, Walter. “Rua de Mão Única”. *Obras Escolhidas II*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Passagens* (várias edições, ed. Brasileira: BOLLE, Willi, e MATOS, Olgária (orgs.). eds. UFMG, Imprensa Oficial do ESP, 2006.
- BOAL, Iain. MATTHEWS, Joseph & WALTERS, Michael. *Afflicted Powers: Capital and Spectacle in a New Age of War*. Londres: Verso, 2005.
- BOYM, Svetlana. *The Future of Nostalgia*. Nova York: Basic Books, 2001.
- BUCK-MORSS, Susan. *Dreamworld and Catastroph. The Passing of Mass Utopia in East an West*. Cambridge: MIT Press, 2000.
- _____. *The Dialectics of Seeing: Walter Benjamin and the Arcades Project*. Cambridge: MIT Press, 1993.
- _____. *Dialética do Olhar: Walter Benjamin e o Projeto das Passagens*. Trad. Ana Luiza Andrade. Belo Horizonte; Chapecó: UFMG; Argos, 2002.
- CLARK, T.J. “Será que Benjamin Devia Ter Lido Marx?”. *Modernismos*. Sônia Salzstein (org.). Trad. Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- _____. *The Painting of Modern Life: Paris in the Art of Manet and his Followers*. Princeton: University Press, 1999.
- DÁVILA, Sérgio. “Arquitetura da Alienação”, *Morar* (FSP, 30 maio 2008).
- DAVIS, Mike & MONK, Daniel (orgs.). *Evil Paradises*. Nova York: The New Press, 2007.
- DAVIS, Mike. “As Chamas de Nova York”. *Cidades Mortas*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- GESSEN, Masha. *Dead Again: the Russian Intelligentsia after Communism*. Londres: Verso, 1997.
- GORELIK, Adrián. “Manifesto Retroativo”. In: KOOLHAAS, Rem. *Nova York Delirante*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

- GRAHAM, Stephen & MARVIN, Simon. *Splintering Urbanism*. Londres: Routledge, 2001.
- JAMESON, Fredric. "Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism". *New Left Review*. n. 146, 1984.
- _____. *Pós-Modernismo*. Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 1996, cap. 1.
- KAGAN, Robert. *The Return of History and the End of Dreams*. Nova York: Knopf, 2008.
- KOOLHAAS, Rem. *Delirious New York*. Nova York: Monacelli Press, 1994.
- _____. *Nova York Delirante*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- LACAYO, Richard. "The Architecture of Autocracy". *Foreign Policy* de maio-jun. 2008.
- OEHLER, Doelf. *Terrenos Vulcânicos*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- SASSEN, Saskia. *The Global City, New York, Londres, Tokyo*. Princeton: University Press, 1991.
- SIMMEL, Georg. "A Metrópole e a Vida Mental". In: VELHO, Gilberto (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SONTAG, Susan. *Contra a Interpretação*. Porto Alegre: LPM, 1987.
- TAFURI, Manfredo Tafuri. "The Disenchanted Mountain: the Skyscraper and the City". In: CIUCCI (org.). *American City*. Londres: Granada Publishing, 1980.
- VERGARA, Camilo José. *American Ruins*. Nova York: Monacelli Press, 1999.
- XINYU, Lu. "China's Rustbelt Epic". *New Left Review*, n. 31, 2005, p. 131.
- ZAKARIA, Fareed. *The Post-American World*. Nova York: Norton, 2008.

Pequim 2008 · Xangai 2010

Um estudo sobre a era das formas urbanas extremas

- “A Wary Respect: a Special Report on China and America”. *The Economist*, 24 out. 2009.
- ADAMS, Tim. “Made in China, la Reinención del País a través del Diseño”. *Arquitectura Viva*, n. 118-119, 2008.
- ANDREU, Paul. “Ovoide Titânico”. *Arquitectura Viva*, n. 118-119, 2008.
- AQUINO, Ruth de. “China, a Nova Superpotência”. *Época*, 23 jul. 2008.
- ARANTES, Otilia. “Berlim Reconquistada: Falsa Mistura e Outras Miragens”. *Espaço e Debates*, vol. 23, n. 43-44, jan.-dez. 2003. Reproduzido em *Berlim e Barcelona: Duas Imagens Estratégicas*. São Paulo: Annablume, 2013.
- _____. “Uma Estratégia Fatal”. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARANTES, Pedro. “O Grau Zero da Arquiteura na Era Financeira”. *Novos Estudos*. Cebrap, São Paulo, n. 80, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni. “The Winding Paths of Capital”. *New Left Review*, n. 56, 2009.
- _____. *Adam Smith em Pequim – Origem e Fundamentos do Século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ATONE, C. N. *The Study of Urban Regime*, apud ZHANG, Tingwei, “Urban Development and a Socialist Pro-Growth Coalition in Shanghai”. In: *Urban Affairs Review*, vol. 37, n. 4, mar. 2002.
- BECKER, Jasper. *City of Heavenly Tranquility*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- BÉRET, Chantal. “Polarités chinoises. Entre épopée et mémoire”. *Alors, la Chine?*: catálogo. Paris: Centre Pompidou, 2003. Catálogo de exposição.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986, cap. 1.
- BROUDEHOUS, Anne-Marie. “Delirious Beijing: The Conspicuous Construction of an Olympic Metropolis”. In: DAVIS, Mike & MONK, Daniel (orgs.). *Evil Paradises*. Nova York: The New Press, 2007.
- _____. *The Making and Selling of Post-Mao Beijing*. Londres: Routledge, 2004.
- “Bull in a China Shop”. *The Economist*. 10 out. 2009.

- BURBANK, Matthew; ANDRANOVITCH, Gregory D. & HEYNING, Charles H. *Olympic Dreams. The Impact of Mega-events on Local Politics*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001.
- CATELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- “China’s Divided Elite”. *Newsweek*, 5 out. 2009.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FAIRBANK, John King & GOLDMAN, Merle. *China, uma Nova História*. Porto Alegre: LPM, 2006.
- FOLEY, John, “China se Expõe aos Riscos de uma Bolha Imobiliária”. *Le Monde*, 15 ago. 2009.
- FRIEDMAN, Thomas. “Revolução Verde”, *Newsweek*, 26 out. 2009, reproduzido em OESP, 11 out. 2009, p. A18.
- FRIEDMANN, John. *China’s Urban Transition*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.
- GALIANO, L. F. & ANGLÈS, M. “El Arte como Sintoma. A Weiwei, Primera Exposición em España”. *Arquitectura Viva*, n. 125, 2009.
- GATES, Hill. *China’s Motor: A Thousand Years of Petty Capitalism*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.
- GRAHAM, Stephen & MARVIN, Simon. *Splintering Urbanism*. Londres: Routledge, 2001.
- GRIES, Peter Hays. *China’s New Nationalism, Pride, Politics and Diplomacy*. Berkeley: University of California Press, 2004.
- GU, Chaolin & LIU, Haiyong. “Social Polarization and Segregation in Beijing”. In: LOGAN (org.). *The New Chinese City*. Oxford: Blackwell, 2002.
- GUIDI, Chen & CHUNTAO, Wu. *O Segredo Chinês. Milagre Econômico e Vida Rural na China de Hoje*. São Paulo: Record, 2008.
- HARVEY, David. *The New Imperialism*. Nova York: Oxford University Press, 2003.
- _____. Entrevista em *Le Monde Diplomatique Brasil*, mar. 2009.
- HENRIQUES, Francisca Gorjão. “Chai na ou Demolir Onde”. *Público*, Portugal, 4 jun. 2008.
- HSING, You-Tien. “Socialists Land Masters”. In: ZHANG, Li & ONG, Aiwha (orgs.). *Privatizing China, Socialism from Afar*. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

- HUANG, Yasheng. *Capitalism with Chinese Characteristics. Entrepreneurship and the State*. Nova York: Cambridge University Press, 2008.
- HUI, Wang. *China's New Order*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- JAMESON, Fredric. "Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism", *New Left Review*, n. 146, 1984.
- _____. *Pós-Modernismo*. Trad. Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 1996, cap. 1.
- JIANFEI, Zhu. "Vers un moderne chinois". *Alors, la Chine?: catálogo*. Paris: Centre Pompidou, 2003. Catálogo de exposição.
- JIE, Fan & TAUBMANN, Wolfgang. "Migrant Enclaves in Large Chinese Cities". In: LOGAN (org.). *The New Chinese Cities*. Oxford: Backwell, 2002.
- KING, Anthony D. & KUSNO, Abidin. "On Bieijing on the World: Postmodernism, Globalization and the Making of Transnational Space in the China". In: DIRLIK, Arif & ZHANG, Xudong (orgs.). *Postmodernism in China*. Durham: Duke University Press, 2000.
- KOOLHAAS e Harvard Design School. *Great Leap Forward: Project on the City, vol. 1*. Colônia; Londres: Taschen, 2001, p. 209.
- KOOLHAAS e Harvard Design School. *Mutaciones*. ACTAR, Barcelona, 2000.
- LACAYO, Richard. "The Architecture of Autocracy". *Foreign Policy*, maio-jun. 2008.
- LETBRIDGE, Tiago. Reportagens em *Exame*. "Ano da China", n. 11, ago. 2008.
- LI, Lillian M.; DRAY-NOVEY & KONG, Haili. *Beijing, from Imperial Capital to Olympic City*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.
- LOGAN, John R. "Three Challenges for the Chinese City: Globalization, Migration, and Market Reform". In: LOGAN (org.). *The New Chinese Cities*. Oxford: Backwell, 2002.
- _____. "Introduction to the New Chinese City". In: LOGAN (org.). *The New Chinese Cities*. Oxford: Backwell, 2002.
- LORES, Raul Juste. Reportagens para a *FSP*, 21 jul. 2008, pp. E1,3, Caderno *Mais*, 29 set. 2009, p. 4.
- MALUF, Eduardo. *OESP*, 3 ago. 2008.
- MANONELLES, Lara. "Um Revolucionário Cultural". *Arquitectura Viva*, n. 118-119, 2008.
- MARTI, Michael. *A China de Deng Xiaoping*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

- MOLOTCH, Harvey & LOGAN, John. *Urban Fortunes: The Political Economy of Place*. University of California Press, 1987.
- NING, Wang. "The Mapping of Chinese Postmodernity". In: DIRLIK, Arif & ZHANG Xunding (orgs.). *Postmodernism and China*. Londres; Durham: Duke University Press, 2000.
- ONG, Aiwha. *Neoliberalism as Exception*. Durham: Duke University Press, 2006.
- PETTI, Alessandro. *Archipelago e Enclave, Architettura dell'Ordinamento Spaziale Contemporaneo*. Milão: Mondadori, 2007.
- POMFRET, John. *Caminhos da China. A Vida de Cinco Estudantes, da Revolução Cultural aos Dias de Hoje*. São Paulo: Landscape, 2007.
- RIGHTER, Rosemary. "Al Rojo Blanco". *Arquitectura Viva*, n. 118-119, 2008.
- ROCHE, Maurice. *Mega-events and Modernity. Olympics and Expos in the Growth of Global Culture*. Londres: Routledge, 2000.
- ROWE, Peter. *Shangai. Architecture and Urbanism for Modern China*. Prestel, 2004
- RUGGIERO & SOUTH, N. "The Late Modern City as a Bazaar". *British Journal of Sociology*, vol. 48, n. 1, 1997.
- SHANG, Li. *Strangers in the City: Reconfiguration of Space, Power, and Social Networks within China's Floating Population*. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- SOLINGER, Dorothy. *Contesting Citizenship in Urban China. Peasant Migrants, the State, and the Logic of the Market*. Berkeley: University of California Press, 1999.
- STORY, Jonathan. *A Corrida para o Mercado*. São Paulo: Futura, 2004.
- "The Red and the Black". *The Economist*. 3 out. 2009.
- TREVISAN, Cláudia. *China. O Renascimento do Império*. São Paulo: Planeta, 2006.
- _____. Reportagens para o OESP. 16 jan. 2010, p. B11; 25 out. 2009, p. B15; 21 jul. 2008, p. D1; 16 jan. 2010, p. B11; 31 jan. 2010, pp. B16-17.
- VIRILIO. *Villes paniques, ailleurs comme ici*. Paris: Galilée, 2004.
- WANG, Chaohua. *One China, Many Paths*. Londres: Verso, 2003.
- WANK, David. *Commodifying Communism: Business, Trust and Politics in a Chinese City*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- WU, Fulong. "Real Estate Development and Transformation of Urban Space in China's Transitional Economy, with Special Reference to Shangai". In: LOGAN (org.). *The New Chinese Cities*. Oxford: Backwell, 2002.

- XIANTING, Li. “Une imitation sarcastique”. *Alors la Chine?: catálogo*. Paris: Centre Pompidou, 2003. Catálogo de exposição.
- XINYU, Lu. “China’s Rustbelt Epic”, *New Left Review*, n. 31, 2005.
- YOSHIARA, Kunio. *The Rise of Ersatz Capitalism in South-East Asia*. Singapura: Oxford University Press, 1988.
- ZHANG, Li. “Private Homes, Distinct Lifestyles”. In: ZHANG, Li & ONG, Aiwha (orgs.). *Privatizing China, Socialism from Afar*. Ithaca: Cornell University Press, 2008.
- ZHANG, Tingwei. “Urban Development and a Socialist Pro-Growth Coalition in Shanghai”. *Urban Affairs Review*, vol. 37, n. 4, mar. 2002.
- ZHANG, Yan & FANG, Ke. “Is History Repeating Itself? From Urban Renewal in the United States to Inner City Redevelopment in China”. *Journal of Planning Education and Research*, n. 23, 2004.

Crédito das imagens

pp. 10–11 · **Jia Zhang ke**, *24 City* (fotogramas extraídos do próprio filme pela autora); p. 16 · **Walter Benjamin**, *Diários de Moscou*, São Paulo: Cia. das Letras, 1989; p. 18 · Gravura de **Erik Bulatov**, **Galeria Sandmann**, artnet.com; Imagem de **Rulon Oboev**, pbase.com/rulon/galleries; pp. 20–21 · skyscrapercity.com (imagens reproduzidas em vários sites oficiais ou de agências de turismo, *s/a*); p. 22 · **Rulon Oboev**, pbase.com/rulon/galleries; p. 24 · *Arquitectura Viva*, 115 (imagens fornecidas pelos próprios escritórios); p. 26 · Fotos da autora; p. 27 · **Mécène et Gilles Leimdorfer** pour *Le Figaro Magazine*, lefigaro.com; p. 28 · à esquerda: **Arquivo da BNF**; à direita: **Arquivo Roger Viollet**, Michel Löwy, *Révolutions*. Paris: Hazan, 2000; p. 30 · **Jia Zhang ke**, *24 City* e **Wang Bing**, *West of the Tracks* (fotogramas extraídos dos filmes pela autora); pp. 34–36 · Postais da época, cardcow.com (*s/a*); p. 37 · metropolismag.com; p. 38 · Postais e fotos da época, ioffer.com (*s/a*); p. 39 · commons.wikimedia.org; p. 41 · Aquarela de **Madelon Vriesendorp**, 1975 (arquivo da Architectural Association, Londres); p. 42 · **Merian C. Cooper**, *King Kong* (fotograma reproduzido em inúmeros sites); p. 44 · butdoesitfloat.com; p. 45 · No alto: foto realizada a partir do escritório de Wilber Sawyer, **LBBHV** (National Library of Medicine); embaixo: poster **Price Tower Arts Center**, procerower.org/exhibitions; e foto (*s/a*) em Koolhaas, *Nova York Delirante*. São Paulo: Cosac Naify, 2008; pp. 46,47,49 · Petronas Towers, *Shanghai*, Prestel, 2004; demais imagens: Jim Mao Tower, Eric Höwler, *Skyscraper*. Nova York: University Publishing, 2003; World Financial Center, imageshack.us; Gazprom Tower, *Arquitectura Viva*, 127 (fornecidas pelos respectivos escritórios); p. 52 · **Cordon Press**, *Arquitectura Viva*, 127; p. 53 · **Human Rights Watch**; p. 54 · imc.ep.usp.br; p. 55 · **Det. Greg Smendinger** (New York Police Aviation Unit); pp. 60–61 · **Zhang ke**, *Still Life* (fotogramas extraídos do próprio filme pela autora); p. 62 · **Martin Brower**, martinbrowerphotography.com; p. 63 · skyscrapercity.com (*s/aa*); p. 64 · **Jorge Ferrari** em *Arquitectura Viva*, 111; p. 66 · Arquivos de Construção Urbana de Xangai, *Shanghai, op. cit.*; p. 67 · *Shanghai, op. cit.* (fotos fornecidas pelos próprios escritórios); p. 70 · **Mylena Fiori** (arquivo particular); p. 71 · **Modern Buildings Archive**, youarehere.com (*s/a*); p. 73 · martmut.com (*s/a*); p. 74 · À esquerda: **Reuters/Joe Chan**; à direita: **Ng Han Guan**, boston.com; p. 76 · Iwan Baan, iwan.com; p. 78 · No alto: chineseinterpreter.com; embaixo: **Edward Revens**, commons.wikimedia.com; p. 81 · No alto: **Shohei Shigematsu**, Catálogo do Centro Georges Pompidou, *Alors la Chine?*, 2003; embaixo: **Mylena Fiori**, arquivo pessoal; p. 82 · Iwan Baan, iwan.com; p. 85 · **Mylena Fiori**, arquivo pessoal; p. 87 · *Arquitectura Viva*, 118,119

(*s/a*); p. 90 · *Alors la Chine?*, 2003 (*s/a*); p. 92 · commons.wikimedia.org (*s/a*); p. 93 · imagensquemudamomundo.files.wordpress.com (*s/a*); p. 94 · commons.wikimedia.org (*s/a*); p. 95 · **Peking Union Medical College**, vip.mpiwgberlin.mpg.de (*s/a*); p. 96 · De cima para baixo: eveanderson.com (*s/a*); criticomusicalblogspot.com (*s/a*); orientalplaza.com (*s/a*); p. 99 · no alto: **mp4.man** (picasaweb.com); embaixo: travel.webshots.com (*s/a*); p. 101 · No alto: commons.wikimedia.org (*s/a*); embaixo: patsloan.typepad.com (*s/a*); p. 105 · **AP/Photo Andy Wong**, boston.com; pp. 106–107 · No alto: **Mylena Fiori**, arquivo pessoal; embaixo, série do **China Daily** (chinadaily.com); p. 109 · No alto e embaixo: **Nigel Young**, *Arquitectura Viva*, 118–119, no meio: Iwan Baan, iwan.com; p. 110 · **Andy Ryann/Getty images** e **Guang Nin/Getty images**, *Arquitectura Viva*, 118–119; p. 113 · No alto: Iwan Baan, iwan.com; embaixo: foto oficial do site da Olimpíadas 2008 (reproduzido em cartazes e vários outros sites); p. 114 · No alto: **Human Rights Watch** (*s/a*); no meio: **Reuters/Reinhard**, boston.com; embaixo: Cordon Press, *Arquitectura Viva*, 118–119; p. 116 · **Arquivo pessoal Weiwei**, artknowledges.news.com; **Mylena Fiori**, arquivo pessoal; p. 118 · No alto à direita: Iwan Baan, iwan.com; no meio: **Ng Han Guan**, boston.com; embaixo: **Mylena Fiori**, arquivo pessoal; p. 121 · No alto: **Mylena Fiori**, arquivo pessoal; embaixo: Iwan Baan, iwan.com; p. 124 · Iwan Baan, iwan.com; p. 127 · No alto: **Guang Nin/Getty images**, boston.com; embaixo: **Mylena Fiori**, arquivo pessoal; pp. 130–131,133,137 · **Mylena Fiori**, arquivo pessoal; p. 132 · **Iain Masterton**, informaword.com; pp. 144,148 · Mapa e fotos: **Li Zhang**, *Strangers in the city*. Stanford Univ. Press, 2001; p. 149 · Capa do livro de Xiang Biao, *Transcending Boundaries. Zhejinagun, the Story of Migrant Village in Beijing*. Brill China Studies, 2010; p. 150 · guardian.co.uk (*s/a*); p. 152 · beijingchinaword.com; p. 157 · paulandreu.com; p. 158 · commons.wikimedia.com (*s/a*); p. 161 · No alto: *Shanghai, op. cit.* (*s/a*); embaixo: mrl.nyu.edu (*s/a*); p. 165 · **Ryan Pyle**, *Arquitectura Viva*, 129; p. 175 · **Montze Zamorano**, *Arquitectura Viva*, 129; p. 176 · tecnologia.com; pp. 180–181 · imagens distribuídas pelas agências internacionais de notícias (*s/aa*).

Agradecemos aos fotógrafos e escritórios que nos disponibilizaram suas fotos. Todos os esforços foram realizados para reconhecer os direitos morais e autorais das imagens; agradecemos toda informação relativa à autoria e a outros dados que estejam incompletos e nos comprometemos a fazer eventuais retificações, no caso de nova edição.

<i>Título</i>	Chai-na
<i>Autora</i>	Otilia Beatriz Fiori Arantes
<i>Produção</i>	Carla Fernanda Fontana
<i>Projeto Gráfico e Capa</i>	Caroline Gabriel Pedro
<i>Editoração Eletrônica</i>	Caroline Gabriel Pedro
<i>Revisão de Provas</i>	Ieda Lebenszteyn
	Alicia Toffani Magalhães
<i>Divulgação</i>	Regina Brandão
	Cinzia de Araujo
	Diego Canabrava de Hungria
<i>Secretaria Editorial</i>	Eliane dos Santos
<i>Formato</i>	21 x 21 cm
<i>Tipologia</i>	Minion
<i>Papel</i>	Kraft Natural 300 g/m ² (capa)
	Chamois Fine Dunas 120 g/m ² (miolo)
<i>Número de Páginas</i>	192
<i>CTP, Impressão e Acabamento</i>	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo